

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO AGRICULTURA E SOCIEDADE – CPDA

DISSERTAÇÃO

A Caminho do Campo:
As Relações entre Reforma Agrária e Migrações rural-urbano-rural e
urbano-rural. Um Estudo de Caso em Campos dos Goytacazes - RJ

Silvia Lima de Aquino

2008



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO AGRICULTURA E SOCIEDADE – CPDA**

**A CAMINHO DO CAMPO:
AS RELAÇÕES ENTRE REFORMA AGRÁRIA E MIGRAÇÕES
RURAL-URBANO-RURAL E URBANO-RURAL. UM ESTUDO DE
CASO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ**

SILVIA LIMA DE AQUINO

Sob a Orientação do Professor
Dr. Canrobert Penn Lopes Costa Neto

Dissertação submetida ao curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre, de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade.**

Rio de Janeiro, RJ
Agosto de 2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

SILVIA LIMA DE AQUINO

Dissertação submetida ao curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, de Ciências Sociais, em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - Área de concentração Movimentos Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM -----/-----/-----

Dr. Canrobert Penn Lopes Costa Neto – CPDA/UFRRJ
(Orientador)

Dr. John Cunha Comerford – CPDA/UFRRJ

Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano - UERJ

Para Maria de Lourdes, Nercy,
Vagner e Eliane, minha família,
meu porto seguro, sem o qual
nada na minha vida faria sentido
ou seria possível.

AGRADECIMENTOS

Estas páginas iniciais são as últimas que escrevo neste trabalho. São as primeiras porque antes de tudo é preciso demonstrar que sem determinadas pessoas esta dissertação não seria, de forma, alguma possível. Últimas porque é no fim da jornada que a gente olha para trás e tem a dimensão real do quanto várias pessoas perpassaram nosso caminho e assim, deixaram um pouco de si, que agora percorrem aqui nas entrelinhas. Apesar do trabalho receber apenas um nome, o esforço aqui, de certo modo, foi algo coletivo. Espero, para além deste momento, poder demonstrar a todos o quão foram importantes nesta minha caminhada. Meus agradecimentos não são formais, porque os agradecimentos escritos já são suficientemente frios e distantes.

Sei que agradecer é tarefa complicada. Posso cometer deslizes, correndo o risco de esquecer-me de algumas pessoas. Há também o risco de que, se o resultado do que agradeço for ruim, passar a impressão de que a culpa encontra-se também entre os que foram agradecidos. Não. De forma alguma quero isso. Ainda que eu deva muito disso tudo a todas as pessoas que agradeço, as idéias aqui contidas são de minha total responsabilidade. Assim, meus agradecimentos vão para todos listados abaixo.

Aos meus pais Nercy e Maria de Lourdes, que na simplicidade que lhes é peculiar e no amor incondicional aos seus filhos, sempre me apoiaram e me incentivaram a estudar, a despeito de todas as dificuldades que atravesso e que hei de atravessar, nesse caminho sinuoso em que consiste a vida acadêmica. Sem o seu amor e sacrifício, dedicado a minha formação, nada disso seria possível. Para mim, vocês são exemplos de luta, de honestidade, de vida.

Aos meus irmãos Vaguinho e Eliane, que mais que irmãos, são meus melhores amigos. Só tenho a agradecer o bem que possuo... Privilégio de poucos.

Aos meus avós Natalina e Zé, que sempre me acolheram carinhosamente nas minhas esporádicas visitas. E a minha avó Bela, minha amiga, presença constante nas várias etapas da minha vida. Agradeço também a todos os meus familiares, pela amizade e carinho.

Ao meu orientador Canrobert Costa Neto, faço um agradecimento especial, pela confiança, dedicação, paciência e orientação ao longo de todo o mestrado.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, pelos valiosos ensinamentos, pela interação e

pelos conhecimentos compartilhados, não só ao longo da realização das disciplinas, mas nos diversos momentos que não se resumem as salas de aula.

Aos professores John Comerford e Paulo Alentejano, integrantes da Comissão Examinadora, pelas importantes observações e sugestões dadas ao desenvolvimento desta dissertação, tanto na Banca de Qualificação quanto na de Defesa da Dissertação.

A todos os funcionários do CPDA, responsáveis pelos serviços que tanto utilizei durante a realização do curso.

Ao Ilson, sempre de bom humor e muito prestativo e paciente ao atender todos os alunos na mecanografia.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo auxílio financeiro concedido por meio da bolsa, fundamental para a minha manutenção durante a realização do curso e sem a qual a concretização deste trabalho não seria possível.

Ao Programa de Apoio à Pesquisa Discente 2007 - CPDA/UFRRJ / Nead/MDA / ActionAid, pelo financiamento concedido para a realização do trabalho de campo destinado a coletar as informações para esta dissertação.

Aos meus amigos que percorrem comigo esta trajetória, alguns há mais tempo e outros que conheci recentemente: Aos amigos que fiz na UENF, pessoas que durante a minha primeira graduação ensinam-me a crescer e que até hoje me acompanham, ainda que tenhamos nos distanciado em virtude dos diversos caminhos tomados. Ao pessoal da Geografia do CEFET, que nos momentos mais penosos e solitários da minha vida em Campos, me animaram e arejaram minha cabeça para novos conhecimentos e perspectivas.

Sinto-me imensamente orgulhosa por ter podido fazer parte da turma do CPDA de 2006. Lá encontrei bons amigos, que quero que permaneçam, ainda que as trajetórias se dispersem. A riqueza das nossas discussões certamente contribuiu muito para a minha formação não só acadêmica, mas como pessoa. Cada qual, a sua maneira, foi muito importante. Como esquecer os almoços, as reuniões, os encontros pela Lapa, os bate-papos nos intervalos das aulas, os congressos?

Algumas pessoas são muito especiais. São aquelas que eu sei que posso contar sempre. Portanto, desejo que se façam presentes sempre na minha vida, mesmo mediante a teimosia da distância e do tempo, que muitas vezes insiste em nos afastar: Agradeço então, a Camila, amiga que encontrei durante a graduação, que muitos acreditavam ser minha irmã, tamanha a nossa cumplicidade. Se houvesse palavra maior que amiga para defini-la, com certeza, eu a usaria.

Agradeço também a Bonnie, Mari, Tanize, Manu, Carol, pessoas maravilhosas que as Ciências Sociais me proporcionaram conhecer. Ao Júlio, que talvez nem mais se lembre, mas que me deu a maior força para participar do processo seletivo do mestrado. Ao Klenio, pelos devaneios sociológicos compartilhados durante estes três anos de vida de república. A Juliana, amiga querida, que me ajudou a segurar a barra nos momentos mais difíceis no Rio. Como fazem falta os nossos fins de semana na minha cobertura na Lapa...

A Maíra, Carol, Daniel, João, Ana, Mary, amigos sempre próximos, compartilhando alegrias, desesperos e traumas surgidos durante a realização do mestrado.

Aos meus grandes companheiros do “Berro da Riachuelo”: Vivian, Juciano, Léo e Felipe, que com sua amizade conseguiram modificar todas as minhas expectativas sobre o Rio, e me fizeram apaixonar por esta capital. Sinto saudades.

A Dona Tânia, mãe de Camila, que me recebeu como filha em sua casa até que eu conseguisse um local para ficar no Rio.

Aos assentados, pela paciência com que me receberam em suas casas, uma estranha querendo saber de suas vidas. Sem eles, este trabalho não seria possível.

E, finalmente as bênçãos de Deus – responsáveis por me dar força e ânimo quando a vontade era a de abandonar tudo –, graças que muitos preferem atribuir ao acaso ou ao destino.

A todos, meu muito obrigado, serei eternamente grata.

RESUMO

AQUINO, Silvia Lima de. **A Caminho do Campo: As Relações entre Reforma Agrária e Migrações rural-urbano-rural e urbano-rural. Um Estudo de Caso em Campos dos Goytacazes – RJ.** 2008.169p. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura E Sociedade – CPDA. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2008.

Esta dissertação teve por objetivo examinar a relação existente entre o estabelecimento de assentamentos de reforma agrária e as migrações rural-urbano-rural, urbano-rural, bem como a permanência de indivíduos no campo. Para tanto, optou-se por uma análise qualitativa, fundamentada no ponto de vista dos próprios assentados a respeito de suas trajetórias migratórias. Desta forma, empreendemos, inicialmente, uma discussão cujas temáticas principais foram o par rural-urbano e as migrações e, assumimos como referenciais teórico-conceituais a categoria *identidade*, bem como os conceitos de *trajetória* e *habitus*, formulados por Pierre Bourdieu. O trabalho de campo foi realizado nos Assentamentos Che Guevara e Ilha Grande, ambos situados em Campos dos Goytacazes, município pertencente à região Norte Fluminense. Por meio de entrevistas semi-estruturadas e da observação participante, foram colhidos depoimentos dos assentados, o que permitiu a reconstituição de suas trajetórias e, ao mesmo tempo, a avaliação de percepções, significados e representações que envolvem os itinerários descritos. Assim, constatamos que para os assentados existe uma estreita relação entre a conformação dos assentamentos estudados e a migração para o campo a partir de 1998. Ao descreverem suas trajetórias, os assentados tomam o trabalho como um referencial. Deste modo, concepções sobre o rural e o urbano são explicitadas e diferenciações são estabelecidas. A cidade é então caracterizada como um espaço em que prevalece o controle do tempo e a agitação, ao passo que o campo é adjetivado como um local de liberdade, ainda que relativa, e tranquilidade, apesar do trabalho ali ser considerado muito mais exaustivo. Este atributo conferido ao campo relaciona-se, em certa medida, com a oportunidade econômica de manter-se por meio do trabalho na agricultura e, com o peso simbólico de ser proprietário de um pedaço de terra. Por isso, embora existam vertentes teóricas que apregoam o fim das fronteiras entre campo e cidade, para os assentados, estas são manifestas, o que evidencia a permanência de relações peculiares a cada um destes espaços, ainda que sejam reatualizadas.

Palavras-chave: Migrações; Reforma Agrária; Trajetórias.

ABSTRACT

AQUINO, Silvia Lima de. **On the way to the countryside: the relations between the agrarian reform and rural-urban-rural, urban-rural migrations. A study case in Campos dos Goytacazes – RJ.** 2008.169 p. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2008.

This dissertation had as objective to examine the existing relation between the establishment of agrarian reform settlements and rural-urban-rural, urban-rural migrations, and the permanence of individuals on the countryside. It was selected a qualitative analysis, based on the settlers own point of view, about their migratory trajectories. Therefore, we firstly undertook a discussion which main themes were the pair urban-rural and migrations, and we assumed as conceptual-theoretic references the category *identity*, *trajectory* and *habitus* concepts, formulated by Pierre Bourdieu. The field work took place in Che Guevera and Ilha Grande settlements, both located in Campos dos Goytacazes, a city that belongs to the North region of Rio de Janeiro state. Depositions were collected utilizing semi-structured interview and participant observation, which permitted the reconstitution of their trajectories and, at the same time, evaluate perceptions, meanings and representation that evolves the described itineraries. Thus, we found that, according to the settlers, there is a close relation between the studied settlement conformation and migration to the countryside, starting in 1998. When they describe their trajectory, the settlers take work as a referential. In this way, conceptions of rural and urban were explicated and differences were established. The city is characterized as a space where time control and agitation prevails, while the countryside is described as a place of freedom, but relative, and tranquility, even though work is considered much more exhausting. This countryside conferred attribute is related, in certain a way, to the economic opportunity of supporting one's self with agricultural work, and, to the symbolic charge of being the proprietor of a piece of land. Therefore, even though there are theoretic branches claiming the end of the frontiers between city and countryside, to settlers, such frontiers are revealed, which shows the permanence of peculiar relations to each one of them, even when they are renewed.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro de acordo com o IBGE (1990).	44
Figura 2- Mapa Municípios da Região Norte Fluminense	45
Figura 3 - População residente por situação de domicílio em Campos dos Goytacazes, 1940-2000	48
Figura 4 - Assentamentos Rurais e Acampamentos de trabalhadores rurais no Estado do Rio de Janeiro – 2005.	67
Figura 5 - Mapa do Assentamento Ilha Grande mostrando a divisão dos lotes	78
Figura 6 - Croqui do Assentamento Che Guevara feito por um assentado.	79
Figura 7 - População dos P. A. Che Guevara e Ilha Grande, distribuição sexo por faixa etária	80
Figura 8 - Nível de Escolaridade nos Assentamentos Che Guevara e Ilha Grande	81
Figura 9 - Exemplo das casas dos assentamentos	82
Figura 10 - Visão interna de uma casa localizada no Assentamento Che Guevara	83
Figura 11 - Prédio construído pela Companhia Agrícola Baixa Grande	84
Figura 12 – Casa destinada ao administrador da fazenda, construída pela Companhia Agrícola Baixa Grande	84
Figura 13- Casas que eram destinadas ao sistema de <i>morada</i> , construídas pela Companhia Agrícola Baixa Grande	85
Figura 14 - Lavoura de Quiabo- Assentamento Che Guevara	87
Figura 15 - Assentado colhendo quiabo no Assentamento Ilha Grande	87
Figura 16- Colheita da cana-de-açúcar realizada por uma usina no Assentamento Che Guevara	88
Figura 17- Taboa colhida no assentamento Che Guevara em processo de secagem para a confecção de esteiras.	89
Figura 18 - Assentada do Assentamento Ilha Grande	164
Figura 19 - Assentada do Assentamento Che Guevara	164
Figura 20 - Assentado do Assentamento Che Guevara	165
Figura 21- Fotografias antigas de um assentado apresentadas no momento da entrevista	165
Figura 22- Fotografias antigas de um assentado apresentadas no momento da entrevista	166
Figura 23 - Fotografias antigas de um assentado apresentadas no momento da entrevista	166
Figura 24 - Assentado do Assentamento Che Guevara	167

Figura 25 - Assentado do Assentamento Ilha Grande	167
Figura 26 - Caminhão transportando a cana-de-açúcar do assentamento para uma usina	168
Figura 27 - Assentado do Assentamento Ilha Grande	168
Figura 28 - Assentada do Assentamento Che Guevara	169
Figura 29 - Assentada do Assentamento Che Guevara	169

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução da atividade Sucroalcooleira na Região Norte Fluminense	45
Tabela 2- População residente no Estado do Rio de Janeiro, Região Norte Fluminense e Campos dos Goytacazes 1940-2000	46
Tabela 3 - Distritos de Campos dos Goytacazes	47
Tabela 4 - População Residente por situação de domicílio; Estado, Região Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes – 1940-2000 (continua).	47
Tabela 5 - Quantidade produzida, Valor da produção, Área plantada e Área colhida da lavoura temporária de cana-de-açúcar.	49
Tabela 6 - Ranking dos dez primeiros municípios brasileiros produtores de cana-de-açúcar	50
Tabela 7 - Comparação entre os orçamentos de Municípios receptores de royalties no Estado do Rio de Janeiro e IDH	51
Tabela 8 - Nível de escolaridade dos titulares dos assentamentos no Brasil	81

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – Migrações: Panorama Geral	10
1.1. O par rural-urbano: Situando o debate	11
1.2. Identidades, trajetórias e o conceito de habitus: aportes teóricos para análise das migrações.	15
1.3. Migrações: Algumas considerações	21
1.4. As migrações de retorno	29
1.5. Migrações e Assentamentos de Reforma Agrária	34
CAPÍTULO II - Contexto local: Informações sobre a região do trabalho de Campo	42
2.1. Campos dos Goytacazes e Norte Fluminense: Breve Panorama	42
2.2 A Região Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes: Algumas considerações sobre a trajetória da atividade sucroalcooleira	52
2.3. A chegada do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Norte Fluminense e Campos dos Goytacazes	62
CAPÍTULO III - Caminhos Metodológicos	69
3.1. Construção do problema da pesquisa	71
3.2. As áreas de estudo de caso	75
3.2. A inserção no campo	90
3.3. Entrevistas	93
CAPÍTULO IV – Migrações e Reforma agrária: com a palavra, os assentados	97
4.1. Retomando conceitos para estabelecer perfis de acordo com análise das trajetórias	98
4.2. As principais trajetórias dos assentados	102
4.2.1. Aqueles que permaneceram no campo após a crise na atividade canavieira	103
4.2.2. Da cidade para o campo por meio dos assentamentos de reforma agrária: Migrações urbano-rural e rural-urbano-rural	109
4.3. Campo e cidade: as impressões dos assentados	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	152
ANEXOS	164
Os Assentados, os assentamentos, as trajetórias	164

INTRODUÇÃO

A visível disparidade de distribuição de terras no Brasil tem intensificado a luta de diversos segmentos desfavorecidos presentes na sociedade pela fixação no território, dentre os quais se destacam os trabalhadores rurais. O resultado é que este ramo da população, organizado através de movimentos sociais, cujo principal e de maior visibilidade é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, vem demonstrando uma negação à estratégia da migração rural-urbana, como solução única e inexorável para a má distribuição de terras e todos os problemas dela decorrentes.

Neste sentido, as sucessivas ocupações de terras e os assentamentos constituídos, geralmente, depois de muitos anos de batalhas travadas, emergem como evidência empírica desta negação. Portanto, apresentam-se como um mecanismo potencializador das migrações para o campo, seja daqueles que nunca tiveram uma experiência concreta neste espaço (migração urbano-rural), ou daqueles que por certo tempo viveram e trabalharam no campo, mas que por diversos fatores migraram para cidade e, diante da reforma agrária, abraçaram a oportunidade do retorno ao campo (migração rural-urbano-rural). Além disso, a criação dos assentamentos evidencia uma resistência e combate ao êxodo rural, bem como uma opção pela vida e trabalho neste espaço.

Se, como aponta Evelyn (1988), entendermos os movimentos migratórios como um processo complexo, em que estão em jogo, não apenas os deslocamentos entre fronteiras geográficas, mas ao mesmo tempo, entre as fronteiras políticas, culturais, lingüísticas, etc., constataremos a importância de avaliarmos estes fenômenos também por meio de uma matriz qualitativa. Isto sugere a necessidade de se propor análises a respeito das migrações, que considerem os aspectos subjetivos que permeiam tais deslocamentos.

Estudar as relações entre a reforma agrária e a motivação das migrações de retorno ou entrada no campo, representadas pelas modalidades de migração rural-urbano-rural e urbano-rural, e as percepções e significados constituídos em função destes itinerários, foi a proposta inicial deste trabalho. Com o desdobramento da pesquisa, principalmente a empírica, – realizada por meio da aplicação de entrevistas semi-estruturadas e da observação participante –, que fundamentou as considerações que serão apresentadas nos capítulos a seguir, insurge também a importância de se considerar o papel essencial da reforma agrária no favorecimento da manutenção e permanência dos indivíduos que já estão no campo.

De certa forma colocando-se na contramão dos estudos migratórios tradicionais, o desafio aqui assumido é o de analisar a mobilidade espacial dos assentados, dado o processo de reforma agrária implementado, não sob o prisma das informações quantitativas, – ainda que estas tenham servido de aporte para o trabalho, principalmente no que concerne à apresentação da região de estudo – mas, a partir dos significados destes deslocamentos, atribuídos por estes indivíduos.

Assim, o que o leitor encontrará nesta dissertação não é um estudo clássico a respeito das migrações, cuja essência fundamenta-se na análise de informações estatísticas, tampouco, uma teoria geral referente ao tema. Mas, uma tentativa de se empreender uma reflexão sobre como estes processos ocorrem, em uma perspectiva em que a reforma agrária é entendida também como motivadora da mobilidade espacial dos indivíduos. Esta questão é evidenciada pelos próprios assentados durante a exposição de seus pontos de vista no que concerne a seus itinerários. Estes, majoritariamente, destacam a importância possuída pela reforma agrária, que ao fomentar estes processos migratórios, favorece a sua presença no campo. Para cumprir os objetivos então propostos, retomar as trajetórias ocupacionais e, sobretudo, migracionais de assentados até a sua chegada ao assentamento, tornou-se essencial.

Todavia, antes da realização do trabalho empírico propriamente dito, foi necessário empreender um levantamento teórico acerca da temática “migração”, bem como uma reflexão sobre o instrumental conceitual mais pertinente para a sua análise, tendo em vista o objeto de estudo proposto. Assim, ao realizarmos este levantamento observamos que as migrações em suas mais variadas nuances apresentam certos desafios no que diz respeito a sua compreensão teórica. Isto porque implicam não só em deslocamentos físicos, mas na promoção de uma diversidade de relações sociais, ao longo das trajetórias construídas em função dos deslocamentos. Aliás, *trajetórias* e *identidades*, ao lado do conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu, apresentam-se como categorias importantes para a compreensão e interpretação dos significados que ultrapassam os números, quando pensamos a temática das migrações.

Neste trabalho, considerando as observações de Bourdieu (1998; 2007), definimos então as trajetórias, como biografias conformadas pelos indivíduos ao longo dos caminhos percorridos durante as migrações e/ou seus ciclos de vida. As experiências vividas nestes itinerários, tanto no que se refere aos deslocamentos quanto às modalidades de trabalho assumidas, são então responsáveis por organizar o material a partir do qual os indivíduos conformam, para si, identidades.

Assim, fundamentando-se em autores como Hall (1999; 2003), Woodward (2003), Castells (1999), e Silva (2003), a noção de identidade adotada neste trabalho remete a um aspecto passível de mudanças, fragmentado e múltiplo, construído e reconstruído de forma ininterrupta, a partir de percepções e visões de mundo, por sua vez influenciadas pelo lugar ocupado pelo indivíduo no mundo social. As posições ocupadas na sociedade são organizadas pelos indivíduos a partir de suas trajetórias e compreendem uma série de disposições, capazes de orientar as suas ações na vida cotidiana. Este arranjo remete-nos então, à noção de *habitus* estabelecida por Bourdieu (2005; 2007), um sistema de esquemas individuais portadores de disposições estruturadas coletivamente, e estruturantes de forma individual, adquirido nas e pelas experiências práticas.

Estabelecer um sobrevôo sobre as principais concepções a respeito dos conceitos de campo e cidade na literatura brasileira especializada também se fez importante, principalmente para dialogar e contrapor estas perspectivas com as surgidas nos pontos de vista dos assentados. Apesar dos debates acerca das correntes que abordam a relação campo-cidade não serem o objetivo primeiro da dissertação, integram a discussão. Ora, muitos indivíduos que hoje habitam os assentamentos estudados, passaram pelo perímetro urbano e/ou se relacionam cotidianamente com a cidade. Assim, *grosso modo*, de maneira simplificada, dividimos estas posições teóricas em dois principais olhares: Um que afirma existir uma tendência de homogeneização do campo e pasteurização de suas diferenças em relação à cidade, a partir da sobreposição do urbano sobre o rural; e outro que assegura a conservação de relações peculiares e características a cada um destes espaços, mesmo diante do processo de Globalização econômica em curso.

Foi fundamental, também, analisar como a migração é definida nas ciências sociais, e quais foram os principais avanços e retrocessos em seu estudo. Para Becker (2003) este fenômeno pode ser deliberado, resumidamente, como a mobilidade espacial da população. Estudiosos como Arango (1985) e Peixoto (2004) acreditam que o tema migrações manteve-se por muito tempo, na melhor das hipóteses, à margem nos estudos empreendidos pelos autores clássicos das principais ciências sociais, quando não foi simplesmente ignorado. Ainda hoje, nos estudos sociológicos, esta temática surge, rotineiramente, *a reboque* de outros temas considerados clássicos, como gênero, trabalho, educação, etc. Por isso, para estes dois autores, embora tenha ocorrido um refinamento analítico no que concerne aos estudos dos processos migratórios, o estágio de desenvolvimento teórico ainda não corresponde à importância do fenômeno.

Deste modo, mesmo que haja uma diversidade de possibilidades de análise a respeito da migração, em regra os estudos sobre esta questão são essencialmente estatísticos e, ao definirem suas causas e conseqüências, o cerne do debate, na maioria das vezes, limita as justificativas aos fatores econômicos arrolados nestes processos. Observa-se, então, que a exemplo de outros conceitos presentes nas Ciências Sociais, a delimitação da migração aparece acompanhada da clássica dualidade a respeito da unidade de análise que seria mais pertinente: o indivíduo ou a sociedade. Neste caso, o migrante ou o processo em que se dá a migração.

Dito isto, como veremos adiante, o debate acerca das migrações pode ser dividido em duas principais abordagens, de cunho micro ou macrosociológico. A primeira fundamenta-se na crença da capacidade de racionalidade individual do sujeito, a partir da realização dos cálculos dos custos e benefícios de se aderir ou não à estratégia da migração, dadas as condições objetivas do local de partida e chegada. A segunda explica as migrações como fenômenos decorrentes de fatores histórico-estruturais, conseqüência da situação econômica, política e social de um determinado momento, portanto, capazes de suprimir os interesses individuais dentro do processo decisório (Matos, 2003); (Peixoto, 2004).

Ambas, comumente, buscam explicar as migrações a partir do trabalho empírico baseado na coleta de informações, convertidas em estatísticas, principalmente através da aplicação de questionários. Deste modo, Muniz (2002) acredita que, apesar destas explicações serem válidas para questionarmos o fenômeno das migrações, não são, por si só, satisfatórias. Isto porque os migrantes não respondem de forma automática às variadas crises, têm prioridades e agem de formas distintas e, nem sempre são capazes de empreender cálculos perfeitos.

É neste contexto que ganham espaço e importância as análises qualitativas a respeito das migrações, cujo intuito é responder a algumas limitações e preencher lacunas colocadas pelos exames especialmente quantitativos. Portanto, a preocupação não se concentra exclusivamente nos elementos passíveis de quantificação, fundamentados somente em aspectos econômicos, mas passa a considerar, principalmente, os fatores subjetivos relacionados a estes fenômenos.

Tomando como pressuposto empreender uma análise qualitativa das migrações, o trabalho de campo que subsidiou esta dissertação foi realizado em dois assentamentos rurais denominados Che Guevara e Ilha Grande, situados no Norte Fluminense, mais precisamente, em Campos dos Goytacazes. O Norte Fluminense é historicamente caracterizado por ter sido

uma das regiões brasileiras mais proeminentes no cultivo e beneficiamento da cana-de-açúcar, o que tornou a produção de derivados deste artigo uma das atividades econômicas de maior expressão na região.

Neste contexto, destacam-se o município de Campos dos Goytacazes e seu entorno, localidade que concentrou e, de forma incipiente ainda concentra, a atividade canavieira regional. No auge da atividade canavieira, Campos dos Goytacazes contou com inúmeras fazendas produtoras de cana-de-açúcar e, aproximadamente, vinte e quatro usinas responsáveis pelo beneficiamento deste produto, o que possibilitava ao município distribuir sua produção pelo país inteiro (Carvalho e Silva, 2004).

Dada a intensidade da produção e os vultosos capitais que envolviam a atividade, já que o açúcar constituía-se em um artigo fundamental de exportação brasileira, os produtores (usineiros e fazendeiros), gozavam de forte influência no governo federal, a ponto de pressionarem-no exigindo o fornecimento de subsídios para possibilitar a manutenção e expansão da atividade canavieira. O marco central desta conjuntura foi a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1933. O papel principal deste Instituto era o de controlar a produção sucroalcooleira por meio da determinação de cotas de produção (Carvalho e Silva, 2004); (Neves, 1997a).

Apesar da pressão exercida pelos produtores, a política do IAA não foi homogênea. Conciliou o atraso tecnológico atravessado pela região Norte Fluminense com a modernidade das usinas de São Paulo, tornando este Estado o maior fabricante de açúcar do país e um dos maiores do mundo, ao mesmo tempo em que Campos dos Goytacazes perdia mercado, dada a defasagem na tecnologia utilizada, cujo resultado foi a venda ou falência de diversas usinas (Barbosa, 2003).

Diante desta defasagem tecnológica, nos anos 1970, há um processo de reestruturação do padrão produtivo das usinas sucroalcooleiras campistas, no entanto, desacompanhado do aumento da produção de matéria-prima na mesma magnitude. Faltava cana-de-açúcar para as indústrias que operavam de forma ociosa. Sem matéria-prima para trabalhar, muitas usinas entraram em falência, ocasionando o desemprego e, conseqüentemente, contribuindo para o êxodo rural (Neves, 1997b).

Esta crise é abrandada na segunda metade dos anos 1970 com a criação do Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL), que tinha por objetivo o aumento da produção de safras de cana-de-açúcar a fim de produzir o álcool, cujo papel era o de substituir os derivados do petróleo, principalmente a gasolina, dado o alto preço do produto no mercado internacional.

Apesar de um reaquecimento no setor sucroalcooleiro promovido pelo PRÓALCOOL, a partir de 1980 o país atravessa uma grave recessão econômica, que comprometeu a continuidade do programa. Nos anos 1990, em virtude, em parte, das conseqüências da crise, o IAA foi extinto (Azevedo, 2004). (Neves, 1997a).

Desta forma, o fim dos investimentos massivos no setor sucroalcooleiro, atrelado à tensão anterior da década de 1970, resultou em um colapso das usinas beneficiadoras da cana-de-açúcar, entre 1980 e 1990 e, por conseguinte, acarretou uma sucessão de falências. As falências, obviamente, contribuíram mais uma vez, para o aumento do desemprego no campo, elevando a ocorrência do êxodo rural, que já vinha acontecendo de forma expressiva desde os anos 1970. Ao chegar à cidade, sem qualificação profissional, grande parte dos indivíduos que migrou continuou desempregada, agravando ainda mais os problemas sociais comuns às periferias urbanas.

É neste cenário que o MST retoma, a partir dos anos 1990, suas ações no Estado do Rio de Janeiro e volta sua atenção para a região Norte Fluminense. Havia ali uma vasta extensão de terras improdutivas em função das sucessivas falências ocorridas (Macedo, 2006). Sob a bandeira da luta pela terra e contra a situação de pobreza provocada pela atividade canavieira no Norte Fluminense, o MST passa então a generalizar as ocupações de terras nesta região, incentivando o retorno de indivíduos ao campo (migração rural-urbano-rural) e, conseqüentemente, motivando também o processo de migração urbano-rural. Portanto, o MST abriu a possibilidade de incorporação ao movimento tanto daqueles que se tornaram *órfãos* das atividades que envolviam a cana-de-açúcar, como de indivíduos de origem urbana.

A partir dessa visível retomada das ações no MST no Rio de Janeiro, nos anos 1990, é que são também estabelecidos os assentamentos que se constituíram como local de estudo empírico deste trabalho e que são denominados Ilha Grande e Che Guevara. Estes se originaram a partir da ocupação empreendida pelo MST em janeiro de 1998, em duas fazendas produtoras de cana-de-açúcar, pertencentes à Companhia Agrícola Baixa Grande. As fazendas chamavam-se, respectivamente, “Ilha Grande” e “Marrecas”, ambas situadas na localidade de Marrecas que dista, aproximadamente, 48 quilômetros do perímetro urbano de Campos dos Goytacazes (PDA Che Guevara, 2001; PDA Ilha Grande, 2002).

Embora o trabalho de campo desta dissertação tenha ocorrido nestes assentamentos, no momento da coleta de dados a atenção foi centrada não nestes espaços em si, considerados como casos específicos, mas nos assentados que deles fazem parte e nas suas trajetórias migratórias. Como anteriormente mencionado, a estratégia principal adotada para angariar os

dados foi a realização de entrevistas semi-estruturadas e a observação participante. Neste momento, procurou-se compreender como os assentados vivenciaram os deslocamentos (físicos e sociais) empreendidos até a chegada aos assentamentos e a influência das posições sociais, que ocuparam e ocupam, na elaboração dos significados e representações sobre sua atual situação.

Por isso, valorizou-se, nos diálogos travados no momento da realização das entrevistas, a trajetória migratória dos assentados, as atividades realizadas antes e depois da entrada no assentamento, as habilidades de trabalho adquiridas ao longo destas trajetórias, os valores que orientam o cotidiano do assentamento, principalmente no que tange à caracterização da vida no campo e na cidade pelos próprios assentados. Os depoimentos concedidos foram então o eixo orientador desta dissertação.

A partir das considerações esboçadas surge o desafio: observar os processos migratórios sob a ótica daqueles que migram. Nestes termos, é que emerge a proposta deste trabalho. Ao mesmo tempo em que objetiva, como já foi explicitado, compreender e problematizar a relação entre reforma agrária e migrações, bem como as percepções em jogo nestes processos, é também, de certo modo um convite a estabelecermos um exercício de pensar as migrações através de uma reflexão qualitativa.

Diante disso, como motes para analisarmos estas questões, foram estabelecidas algumas hipóteses que, por sua vez, nortearam todo o trabalho. Assim, nossa primeira proposição é a de que a reforma agrária pode ser tomada como elemento motivador de deslocamentos populacionais em direção ao campo, favorecendo, de certo modo a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos. Desta forma, a partir deste pressuposto inicial, podemos inferir que a migração em geral, ultimamente tomada como um fator cujos resultados são em sua maioria, negativos, quando relacionadas ao mundo rural, em função de ser estritamente analisada apenas sob a ótica do êxodo rural, nem sempre pode ser assim considerada, se observarmos também suas outras facetas, a exemplo das migrações de retorno. Dito isto, para além dos aspectos objetivos ligados ao ramo econômico, aspectos simbólicos e subjetivos envolvem os processos migratórios.

Assim, apoiando-se no conceito de habitus, acreditamos na pertinência de considerarmos que o processo migratório até a chegada ao acampamento e/ou assentamento rural, proporciona aos indivíduos a aquisição de muitos aprendizados, favorecendo o estabelecimento de percepções específicas sobre o rural, que passam então a orientar as suas condutas. Esta proposição nos direciona conseqüentemente, a entender que retorno ou

entrada de indivíduos no campo por meio do estabelecimento dos assentamentos promove a emergência de novas relações sociais, e a construção de novos saberes, que unidos aos saberes pretéritos, conformam um estilo de vida particular.

A reunião destes conhecimentos adquiridos ao longo das trajetórias de vida, e sua incorporação como um *habitus*, certamente interfere sobre o modo de gerir o lote; na maneira de garantir a reprodução social da família; na construção das relações sociais, o que inclui formação de grupos, as afinidades, os laços de solidariedade, conflitos, etc., fatores que refletem na constituição do assentamento como local de vida e trabalho, bem como na concepção de identidades.

Todavia, se por um lado, as alterações no mundo do trabalho e as influências do mundo urbano repercutem no campo e, por conseguinte, nos assentamentos rurais, – facilitadas em parte, pela diversidade de trajetórias e pela proximidade destes espaços a cidade –, por outro lado, tais alterações, como em qualquer outra conjuntura, são traduzidas para a ordem local e inseridas nas relações sociais, no sistema de representações, e nas percepções dos indivíduos. Isto demonstra que os assentamentos possuem particularidades relacionadas a um estilo de vida rural. Portanto, reforça a necessidade de questionarmos a hipótese do desaparecimento do rural em virtude da expansão do mundo urbano.

Para descartar ou ratificar as proposições levantadas, esta dissertação foi estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo contém uma discussão do ponto de vista teórico, cujo intuito foi o de situar o debate sobre as migrações, relacionando-o com a Reforma Agrária. Além disso, buscou-se explicitar os conceitos eleitos como norteadores da análise destes fenômenos. Assim, o capítulo apresenta de forma sucinta algumas considerações sobre o debate acerca do par rural/urbano, além de propor uma análise das migrações entrecruzada com ferramentas conceituais como identidade, *habitus* e trajetória.

O segundo capítulo ocupou-se da apresentação das regiões que abrigam os assentamentos que consistiram na área de estudo, o Norte Fluminense e o município de Campos dos Goytacazes, em que pese seus aspectos históricos e sócio-econômicos, diretamente relacionados à sua estrutura fundiária, a fim de auxiliar a compreensão da organização do espaço do local. Isto suscitou a necessidade de destacar fatores ligados à atividade canavieira, bem como aqueles relacionados à ascensão da luta pela terra na região. Portanto, bancos de dados de instituições como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2003); Centro de

Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE); Anuário do Perfil Sócio-econômico do Município de Campos dos Goytacazes 2005 (2006) serviram de alicerces.

No terceiro capítulo são organizados e explicitados os instrumentos e referenciais metodológicos utilizados, principalmente para a coleta dos dados empíricos. Não obstante, neste capítulo também são abordadas a construção do problema de pesquisa e a apresentação das áreas de estudo, isto é, os assentamentos Che Guevara e Ilha Grande, por meio de aspectos históricos e de um material iconográfico. Há também neste capítulo, um debate sobre a inserção da pesquisadora no campo de pesquisa, além de uma discussão acerca da entrevista como ferramenta metodológica do trabalho de campo.

O quarto capítulo é dedicado à retomada das discussões das questões até então levantadas. A estas questões, porém, são acrescentados os pontos de vista dos assentados, que foram extraídos a partir dos depoimentos concedidos no momento do trabalho empírico. Entendemos que, para além da discussão a respeito da fundamentação teórica, tem papel central a visão do sujeito do estudo acerca das questões abordadas. Assim, este capítulo, consiste em um esforço de apresentar tais relatos sob o pano de fundo dos debates teóricos explicitados nos capítulos anteriores. Nesta relação entre as informações colhidas e as questões teóricas, resgatamos então os conceitos de identidade, trajetória e habitus, além das considerações sobre migrações, o debate sobre o rural e o urbano, confrontando este arcabouço teórico com os olhares externados pelos assentados.

CAPÍTULO I – Migrações: Panorama Geral

As migrações em suas mais variadas expressões apresentam certos desafios no que diz respeito a sua compreensão, uma vez que, referindo-se genericamente aos fenômenos de mobilidade espacial, isto é, aos deslocamentos de contingentes populacionais de uma região para outra, trazem à baila diversos sujeitos portadores de diferentes visões de mundo. Partir e chegar, dois lados da migração, implicam então, em rearranjos que envolvem fatores como trajetórias e identidades.

Não obstante, quando o assunto abordado refere-se às migrações desencadeadas por acontecimentos no campo, emergem as novas modalidades de deslocamentos populacionais que, por sua vez, promovem alterações tanto nas relações presentes no meio rural quanto no perímetro urbano, repercutindo, de certa forma, na organização da população inserida e que transita nestes espaços.

Tais fatores alteram então, as percepções cristalizadas ao longo do tempo, acerca das concepções do que poderia ser deliberado como rural e urbano. Isto impõe discussões no que tange as definições fundamentadas pela clássica oposição destes conceitos em dois pólos. Assim, este capítulo tem o objetivo de pontuar alguns aspectos teóricos de modo a nortear as questões empíricas apontadas no trabalho.¹ Deste modo, torna-se interessante situar o debate acerca do par rural/urbano, bem como propor um entrecruzamento do tema migração, com conceitos como *identidade*, *habitus* e *trajetória*, cujo intuito é auxiliar uma investigação especialmente qualitativa de tal temática. Para tanto, aspirou-se a princípio, empreender a iniciativa de não polarização do debate sobre migrações. Isto significa tomar a precaução de não assumir uma postura que resultasse em uma análise que privilegiasse apenas o migrante, ou somente o processo migratório.²

¹ De acordo com Bourdieu (2007:15): “*Não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la, porém, como caso particular do possível (...), isto é, como uma figura em um universo de configurações possíveis.*”

²Faz-se importante observar as considerações de Pierre Bourdieu (2007) acerca de uma proposta do exercício de uma ciência *relacional*, que atribui primazia às relações; e ao mesmo tempo *disposicional*, que atualiza as potencialidades inscritas nos corpos dos agentes, e nas estruturas das situações nas quais eles atuam. Isto nos permite uma prática sociológica que observe as ações centradas nas relações objetivas entre as potencialidades inscritas nos agentes, bem como a estrutura das situações nas quais eles agem. Desta forma, segundo este ponto de vista, tanto o indivíduo quanto a estrutura social têm de ser levados em conta quando se faz pesquisa em Sociologia. Assim, as concepções dos indivíduos são tão importantes quanto às condições objetivas.

1.1. O par rural-urbano: Situando o debate

“A ordem da cidade sempre se alimentou da ordem rural, e a ordem da fábrica (ou do canteiro de obras) sempre se alimentou da ordem dos campos (SAYAD, 2000:7).”

A acepção de qualquer conceito é influenciada pelas diversas representações existentes sobre o aspecto da realidade que se pretende delimitar. Neste sentido, a definição do espaço rural depende de particularidades históricas, institucionais e regionais. Para Martins (1986) a noção de rural é elaborada a partir de determinadas condições e circunstâncias sociais. Carneiro (1998) assevera que em virtude do ritmo das transformações das relações sociais no campo, as demarcações do que vem a ser rural e urbano são construídas a partir de representações sociais, tratando-se de noções simbólicas.

Assim, Reis (2006), afirma que são inúmeras as dificuldades conceituais e metodológicas impostas no que se refere às definições do que seja rural e urbano no Brasil. Portanto, nem sempre as delimitações, ainda que oficiais, conseguem corresponder às especificidades e realidades díspares que integram o rural. Diante das dificuldades de definição do que vem a ser o rural, insurge a necessidade de pontuar a discussão acerca das relações entre o par rural-urbano, cujo intuito é contribuir para o debate sobre as migrações de entrada ou retorno ao campo. Desta forma, a *grosso modo*, o que estão em jogo, principalmente, são pontos de vista que de um lado, defendem uma tendência de homogeneização, a partir da sobreposição do urbano sobre o rural, e de outro, reflexões que asseguram a manutenção de relações peculiares e características a cada um destes espaços.

De acordo com Ferreira (2002) no final dos anos 1960, nos países de capitalismo avançado, e no início da década de 1980 no Brasil, correntes teóricas que abordavam as relações campo-cidade apontavam para o fim do rural, dado o processo de urbanização em curso, a integração da indústria a agricultura, acompanhada pela exacerbação do êxodo rural. Desta forma, o declínio da população no campo era diretamente associado ao esmorecimento do que então era considerado rural a partir de diversas teorias. Segundo Giuliani (1990), na Europa tudo parecia indicar então, que o urbano iria se sobrepujar rapidamente ao rural, diante das aparentes conveniências que a cidade tinha a oferecer. A agricultura se tornaria apenas mais um ramo da indústria, e os agricultores seriam os funcionários suburbanos.

A cidade, no contexto destas análises, consistia no *lócus* do desenvolvimento econômico e da modernização, enquanto o campo era entendido como um espaço arcaico, por

isso em declínio. Segundo Sauer (2003) esta visão dicotômica, ora contrapõe os dois pólos, ora subordina, incondicionalmente, o rural ao urbano “*através do estabelecimento de uma estreita identificação entre urbano e moderno, de um lado, em oposição ao rural e tradicional de outro* (Sauer, 2003:2).” Obedecendo esta lógica, o que teríamos seria a preponderância do urbano sobre o rural, ocasionando a diluição das contradições e diferenças entre estes dois espaços.³ Esta percepção do imaginário espacial no que tange ao rural e urbano prevaleceu durante muito tempo. Contudo, a partir dos anos 1990 de acordo com Wanderley (1999:3):

A crise do modelo de sociedade (desemprego, violência urbana, etc.), a redução dos fluxos migratórios para as cidades, as novas demandas no que se refere à modernização da agricultura (no sentido da chamada “sustentabilidade” social), a referência explícita a uma identidade que se pretende rural e as novas exigências a respeito da cidadania rural, trazem à ordem do dia a preocupação com o desenvolvimento rural e impõem a reflexão sobre o que vem a ser o “rural” na atualidade brasileira e quem é (ou se identifica como) rural no Brasil de hoje.

Surgem então teorias que passam a discutir as potencialidades do rural enquanto espaço de reformas sociais, procurando evidenciar a existência de uma realidade mais complexa. Para tanto, de modo a empreender uma tentativa de superar o debate que preconiza esta dicotomia, questiona-se até que ponto a dualidade rural-urbana apresenta-se como um referencial teórico pertinente para entender esses espaços.⁴ No Brasil, Wanderley (1999) afirma que tal fato foi impulsionado, sobretudo, pela ascensão de movimentos sociais no campo. O mais expressivo é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que recentemente, apresentou como um dos elementos da sua pauta de reivindicações, apesar de não constituir-se em uma característica geral, a demanda pela volta ao campo, para surpresa de muitos, que anteviam o fim do rural e, por isso, interpretavam as migrações para as cidades como fato inexorável, significando uma espécie de libertação da dependência tradicional presente no campo.

Para Sauer (2003), a reivindicação destes movimentos promove a ascensão de valores que perpassam os itinerários de vida, e influenciam a reconstrução da identidade das pessoas que lutam pelo acesso à terra. Soma-se a isto o fato de que, em diversos países, registravam-se processos de recomposição do campo, representado por aspectos como a retomada do

³ Um dos maiores expoentes desta vertente teórica é o estudioso Henri Lefebvre, que defende em suas teorias a hipótese de completa urbanização. Para maiores detalhes ver: LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

⁴ De acordo com Ferreira (2002:30-31) “*As ciências sociais passaram a analisar o rural por meio de correntes teóricas que introduziram questões como novas ruralidades, renascimento rural, reconstrução da ruralidade, novo rural, etc.*”

crescimento demográfico, diversificação das ocupações, etc. (Ferreira, 2002). Tais fatores, atrelados a reflexões teóricas recentes, questionam o suposto fenecimento do rural, na medida em que recolocam importância do mesmo tanto na agenda política brasileira, bem como nas reflexões acerca da sociedade ocidental contemporânea (Sauer, 2003).

Dito isto, de forma simplificada, podemos destacar dois olhares acerca do rural no cenário brasileiro. O primeiro aponta para a existência de um “novo rural” no país. Deste modo, José Graziano da Silva (1999), fundamentado no projeto que coordena com auxílio de outros pesquisadores, denominado *Caracterização do Novo Rural Brasileiro*, sinteticamente chamado de *Projeto Rurbano*, afirma que atualmente o rural brasileiro deve ser definido levando-se em conta um mundo urbano em expansão, haja vista a industrialização da agricultura, a racionalidade econômica das empresas rurais e do atual padrão técnico-produtivo agrícola. De acordo com esta análise, o rural está assistindo ao crescimento acelerado de atividades não agrícolas, por isso, a tendência é que este se transforme em uma espécie de *continuum* do urbano, do ponto de vista espacial.

Ao rural não caberia mais delimitações baseadas em atividades estritamente agrícolas. De acordo com Ferreira (2002), dentro deste contexto, a tese do *continuum* rural-urbano é retomada, de modo a dar sentido à urbanização geral em um território concreto. Para Wanderley (2000), sob esta ótica, a agricultura se tornaria apenas mais um campo de aplicação do capital, como qualquer outro setor passível de investimento. O rural, não desapareceria por completo, porém, estaria vivenciando uma crescente diminuição de suas particularidades diante do considerado urbano, o que desembocaria na homogeneização, onde o urbano prevaleceria.

A partir deste ponto de vista, a idéia de uma concepção dual do rural e do urbano é reatualizada. Assim, de acordo com Wanderley (2001) *apud* Sauer (2003) o principal problema desta análise, repousa no fato de privilegiar uma visão direcionada ao urbano, considerado então como a fonte do progresso e dos valores dominantes, que se impõem ao conjunto da sociedade. Ora, focando-se no contraste entre estes dois espaços, o rural mais uma vez assume o pólo atrasado em uma escala de gradação. Todavia, o outro olhar acerca do par rural-urbano prioriza uma análise que aproxima os dois pólos. De acordo com esta vertente, o rural está integrado ao urbano, porém, mantém suas especificidades, assim:

Mesmo ressaltando-se as semelhanças entre os dois extremos e a continuidade entre o rural e o urbano, as relações entre o campo e a cidade não destroem as particularidades dos dois pólos e, por conseguinte, não

representam o fim do rural; o *continuum* se desenha entre um pólo urbano e um pólo rural, distintos entre si e em intenso processo de mudança em suas relações (WANDERLEY 2001:33).

De forma semelhante, Carneiro (1998) afirma que o abrandamento das fronteiras entre o rural e o urbano não pressupõe uma homogeneização, capaz de reduzir a distinção entre estes espaços. Para a autora, a modernização repercute em cada local de forma diferenciada. Deste modo, as transformações observadas no rural advindas das trocas, sejam elas simbólicas, materiais ou pessoais, com o mundo urbano, não acarretam necessariamente na descaracterização do sistema cultural e social vigente no rural. Mas, podem promover o reforço de identidades ligadas ao pertencimento a uma localidade, bem como uma reorientação da capacidade produtiva da sua população, apresentando-se com uma alternativa a fatores como o êxodo rural, desemprego urbano e o padrão agrícola dominante.

Neste sentido, para Wanderley (2001:33), mesmo que as fronteiras entre o rural e o urbano sejam tênues, *“as representações sociais dos espaços rurais e urbanos reiteram diferenças significativas, que têm repercussão direta sobre as identidades sociais, os direitos e as posições sociais de indivíduos e grupos, tanto no campo quanto na cidade.”* Contudo, a autora assinala ainda que, as diferenças entre o rural e o urbano não mais se manifestam a partir do acesso a bens materiais e sociais. Estas, atualmente, se dão no plano da elaboração de identidades e das reivindicações do espaço rural como local de vida e trabalho, principalmente a partir das ações de movimentos sociais, que recolocam a importância e vitalidade do rural na sociedade contemporânea. As especificidades por um lado, podem significar fontes de integração, e de outro, dar origem a embates e tensões entre estes espaços.

Para Sauer (2003) é imperativo, ao invés da busca de delimitação de fronteiras para o rural e urbano, investigar os significados que os indivíduos atribuem às práticas sociais que compõem as interações entre estes espaços. Deste modo, para Carneiro (1998) é preciso, pois, rejeitar trabalhar com oposições binárias do rural e urbano, de modo a apreender as visões de mundo que integram estes espaços. Assim, consta-se que é infactível a pretensão de elaborar uma definição ampla e universal seja do rural ou mesmo do urbano, uma vez que em cada um destes espaços são encontradas as mais diversas realidades sociais e espaciais.

Neste contexto, campo e cidade apresentam-se como realidades diferenciadas, mas não como espaços antagônicos. Ora, acredita-se aqui que nem tudo o que existe no campo é estritamente rural e, por conseguinte, nem tudo o que é verificado na cidade é urbano. Entende-se que as diferenças evidenciadas nestes espaços são, justamente, as que promovem a

complementaridade existente entre os mesmos, transformando-os em partes de um mesmo todo. Neste sentido, Carneiro (1988, 6-7) assevera ainda, ao falar em ruralidade, que:

(...) não podemos entender a ruralidade hoje somente a partir da penetração do mundo urbano-industrial no que era definido tradicionalmente como "rural", mas também do consumo pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais (a natureza como valor e os produtos "naturais", por exemplo) e de práticas culturais que são reconhecidos como sendo próprios do chamado mundo rural. Nesse sentido, importa mais do que tentarmos redefinir as fronteiras entre o "rural" e o "urbano", ou simplesmente ignorar as diferenças culturais contidas nessas representações sociais, buscar, a partir do ponto de vista dos agentes sociais, os significados das práticas sociais que operacionalizam essa interação e que proliferam tanto no campo como nos grandes centros urbanos, tais como a pluriatividade, os neo-rurais, a cultura country etc.

1.2. Identities, trajetórias e o conceito de habitus: aportes teóricos para análise das migrações.

Além do debate sobre a definição do par rural-urbano, como acima apontado, três conceitos são evocados, de modo a auxiliar posteriormente a análise das migrações. Assim, a decisão de não polarização do debate sobre estes fenômenos, de um lado no indivíduo migrante ou de outro, no processo migratório, bem como, a proposta do estabelecimento de uma reflexão fundamentalmente qualitativa, aponta para a análise das migrações de forma articulada ao conceito de *habitus* desenvolvido por Pierre Bourdieu (2005; 2007), e as categorias identidade e trajetória. Deste modo, faz-se mister, situarmos, ainda que de forma breve, considerações a respeito do conceito de identidade aqui aludido.

Assim, ao buscarmos definições para a categoria *identidade* no âmbito das Ciências Sociais, – o que nos ajudará, posteriormente, a refletir e relacionar esta questão com o fenômeno das migrações – nos deparamos com a análise empreendida por Max Weber (1994), acerca do que denominou identidade étnica, conceito que pode nos fornecer indicações iniciais para pensarmos a temática identidade. O ponto principal da teoria weberiana, que pode contribuir para a análise de tal categoria, encontra-se na relevância dada pelo autor à idéia do pertencimento subjetivamente definido a um grupo. Este pertencimento poderia ocorrer de modo temporário ou permanente, o que conformaria um “sentimento de vida em comum” e culminaria no estabelecimento de identidades. A idéia de coletividade e dos processos capazes de promover a criação de comunidades de intercâmbio social adquire, então, papel central.

Deste modo, para Weber (1994), a identidade seria parte de uma tentativa de generalização de processos de formação de grupos e ação política, cuja objetividade não pode

ser avaliada independentemente da significação que lhes atribuem os indivíduos no decorrer de suas relações sociais. De acordo com o autor, é de fundamental importância neste contexto o compartilhamento de valores e costumes, pois toda espécie de comunidade, desde a doméstica e de vizinhos até a política e religiosa, é geralmente portadora de costumes em comum.

Autores como Hall (1999; 2003), Woodward (2003), Castells (1999) e Silva (2003b), também têm se debruçado sobre a questão da identidade e destacado a relevância dos significados, costumes e aspectos culturais para a construção destas categorias. Eles consideram que as identidades são construídas a partir de discursos e atribuições de significados. Portanto, estas estão em constante alteração, tornando-se cada vez mais fragmentadas e múltiplas (Silva, 2003b; Hall, 2003).

Dentre os estudos a respeito da questão da identidade, merecem destaque as reflexões de Stuart Hall (1999; 2003). Para o autor, a identidade deve ser pensada como algo em constante movimento e, em função disso, trata-se de um processo historicamente definido e que se modifica de acordo com o contexto. Portanto, identidades são formadas e transformadas de maneira contínua em relação às percepções e visões de mundo que nos rodeiam, culminando em posições que o sujeito é obrigado a assumir. Neste sentido, na conformação da identidade há uma troca entre o que está dentro e o que está fora, entre o mundo pessoal e o mundo público, ou seja, assimilamos os valores culturais do ambiente no qual vivemos, ao mesmo tempo em que projetamos a nós próprios neste mesmo ambiente.

De acordo com Hall (2003), as identidades são então, construídas dentro dos diversos discursos, emergindo das relações de poder, o que lhes confere o status de produto da marcação de diferença e exclusão. Ora, é apenas a partir da relação com o outro – aquilo que não o é – que o significado de qualquer termo, dentre eles o de identidade pode ser instituído. A identidade é então algo móvel, múltiplo, pessoal, auto-reflexivo e sujeito a mudanças, o que faz dela um processo inacabado, sempre em construção e permeado por tensões.

Para Woodward (2003), a identidade é relacional e marcada por símbolos cuja função é demonstrar a diferença, a distinção em relação a outras identidades. Todavia, “*a identidade não é o oposto da diferença, a identidade depende da diferença* (Woodward, 2003:40).” Não obstante, está vinculada não apenas a condições simbólicas, mas também a condições sociais e materiais. Deste modo, a marcação simbólica é o meio pelo qual organizamos as práticas e relações sociais, que são vividas através do processo de diferenciação social. A autora sublinha a importância das percepções e representações na conformação das identidades, em

virtude de abrigarem práticas de significação e sistemas simbólicos que proporcionam a elaboração de significados, o que nos permite nos posicionarmos como sujeitos.

Silva (2003b), aproximando-se das análises de Woodward e Hall, considera a identidade como o fator que proporciona o estabelecimento da diferença, isto é, a identidade constitui-se em uma norma pela qual avaliamos aquilo que não somos. Porém, como fruto de relações culturais e sociais, identidades e diferenças são produzidas constantemente através dos discursos, e não podem ser compreendidas fora do sistema de significação construído pelos sujeitos.

Em uma linha de pensamento semelhante à desenvolvida por Hall, Castells (1999:22), ao ressaltar também a influência dos fatores culturais, define identidade como a *“fonte de significados e experiências de um povo, com base em atributos culturais relacionados que prevalecem sobre outras fontes”*.⁵ Para o autor, um determinado indivíduo ou ator coletivo pode possuir identidades múltiplas. Todavia, ele assinala que não se devem confundir identidades com papéis, pois estes determinam funções e as identidades organizam significados. Portanto, a construção da identidade depende da matéria-prima proveniente da cultura obtida, processada e reorganizada de acordo com a sociedade.

Embora não compartilhem exatamente a mesma definição a respeito do conceito de identidade, é possível constatar que a análise empreendida pelos autores acima aludidos converge em vários pontos. Todos situam a demarcação de tal conceito dentro dos sistemas de significação e postulam o aspecto fluido inerente às identidades, em que o plano objetivo tem papel importante. Neste sentido, demonstram que as identidades não consistem em algo estático, inerte, mas, ao contrário, se impõem por meio da influência de aspectos sociais, simbólicos e ao mesmo tempo materiais.

Na construção de identidades há então, uma mediação entre arranjos internos aos indivíduos, e arranjos externos estabelecidos entre os indivíduos a partir da interação. Isto significa dizer que as identidades são construídas sim, por meio de aspectos simbólicos,

⁵ Ao abordar o conceito de identidade Castells (1999) estabelece três formas e origens de construção da mesma: Identidade legitimadora, introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais; Identidade de resistência, criada por atores que se encontram em posições desvalorizadas e estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade; e Identidade de projeto, que consiste na busca da conquista de uma nova identidade através de aparatos culturais, cujo objetivo é o de promover uma redefinição das posições na sociedade.

contudo, esta construção corresponde às posições objetivas ocupadas pelos indivíduos nesse espaço de produção simbólica. Deste modo, a constituição de uma identidade é realizada:

A partir de um ponto situado no espaço social, ou seja, através de uma perspectiva definida em sua forma e em seu conteúdo, pela posição objetiva a partir da qual é assumida. Assim, o espaço social comanda as representações que os agentes sociais podem ter dele (BOURDIEU, 2007:27).

Partindo do pressuposto de que as identidades são então construídas por meio das experiências e situações vivenciadas pelos indivíduos ao longo de seus itinerários, emerge a questão da categoria trajetória. Para Bourdieu (1998), trajetória refere-se a acontecimentos biográficos constituídos por meio da junção de ações realizadas pelo indivíduo ao longo de seu ciclo de vida. Assim, segundo Bourdieu (1998:189-190) podemos compreender o conceito de trajetória como:

Uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações. Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um "sujeito" cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações. (...). O sentido dos movimentos que conduzem [o indivíduo] de uma posição a outra (de um posto profissional a outro, de uma editora a outra, de uma diocese a outra etc.) evidentemente se define na relação objetiva entre o sentido e o valor, no momento considerado, dessas posições num espaço orientado. O que equivale a dizer que não podemos compreender uma trajetória (...) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado - pelo menos em certo número de estados pertinentes - ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis.

Bourdieu (1996) *apud* Montagner (2007:14) afirma ainda que:

Toda trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde se exprimem as disposições do habitus e reconstitui a série das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos.

Dessa forma, constata-se que as experiências vivenciadas e internalizadas por um indivíduo e a série de posições ocupadas dentro das diversas instituições sociais, no itinerário de um ciclo de vida, fundamentam a conformação de trajetórias. Estas, por sua vez, constituem-se no material a partir do qual o indivíduo constrói para si identidades. É então, a

trajetória social "objetiva", categorizada pelas instituições, que permite as identificações subjetivas. Por conseguinte, o indivíduo não existe de fato, fora destes itinerários.

Para Mills (1965), todo indivíduo que vive de uma geração até a seguinte, em uma determinada sociedade, vive uma biografia, dentro de uma seqüência histórica. Este fato contribui, por menos que seja, para o condicionamento dessa sociedade e para o curso de sua história, ao mesmo tempo em que o indivíduo é condicionado pela sociedade e pelo seu processo histórico. Neste sentido, Velho (2006:4) reitera que, de acordo com as colocações de Mills, percebe-se que “*os indivíduos são condicionados pela vida social, mas não são passivos e objetos inertes. Não são simples produtos, mas sim seres atuantes que através de sua ação social e de suas biografias reinterpretem e transformam as instituições sociais.*”

O termo identidade refere-se, a partir deste ponto de vista, a uma articulação entre um tipo de espaço significativo de investimento de si com uma forma de temporalidade considerada como estruturante de um ciclo de vida (Dubar, 1998). Dito isto, a análise das trajetórias pode nos auxiliar a compreender como são produzidas e transformadas as identidades sociais, bem como os processos de socialização pelos quais as identidades se constroem e se reconstroem ao longo da vida.

Deste modo, a noção de *habitus* de Pierre Bourdieu pode auxiliar a formulação de uma análise que apreenda as nuances das construções relacionais das identidades. Assim, podemos considerar que a partir das trajetórias há também a conformação de uma matriz de disposições, relacionadas a posições sociais que, por sua vez, estruturam as práticas sociais e subsidiam cumprimento de papéis. Este arranjo, à luz de Pierre Bourdieu, pode ser definido como *habitus*. Assim, de acordo com este autor, a noção de *habitus* refere-se a: “*um princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas* (Bourdieu, 2007:22)”.

Neste contexto, o *habitus* é uma forma de subjetivação das estruturas. Ora, o conceito de *habitus* assume o papel de vincular às percepções e visões de mundo às condições e relações objetivas, que dão origem ao que Bourdieu chama de *campo*, demonstrando o modo pelo qual um processo continuado de sociabilidade propicia a incorporação da sociedade no indivíduo, permitindo-lhe a conformação de identidades.⁶ Não obstante, quando exteriorizado

⁶ Para Bourdieu (2005; 2007) a noção de *campo* corresponde ao espaço onde se dão as relações objetivas entre os indivíduos, por isso trata-se de um espaço de disputa e jogo de poder entre grupos com distintos

no campo, o *habitus* funciona como elemento de distinção, ou seja, é responsável por gerar práticas distintas e distintivas, peculiares a um indivíduo, ou a um grupo de indivíduos. Deste modo, “*diferenças nas práticas, nos bens possuídos, nas opiniões expressas tornam-se diferenças simbólicas e constituem uma verdadeira linguagem* (Bourdieu. 2007:22)”, o que também pode ser vinculado à noção de identidade.

Assim, de acordo com Setton (2002), o *habitus* deve então ser concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientadas para funções e ações do agir cotidiano. Isto evidencia a dinâmica existente entre o plano objetivo e o plano subjetivo das individualidades, colocando a necessidade de uma análise relacional entre indivíduo e sociedade. Neste sentido, nas palavras de Bourdieu, o *habitus* pode ser observado como:

(...) Produto de uma aquisição histórica que permite a apropriação do adquirido histórico. A história no sentido de *res gestae* constitui a história feita coisa a qual é levada, reativada pela história feita corpo e que não só atua como traz de volta aquilo que a leva (...) (BOURDIEU, 2005: 83).

Diante disso, noção de *habitus* torna-se um referencial teórico pertinente, na medida em que esta ferramenta analítica permite examinar as trajetórias como processos que envolvem mediações entre os condicionamentos sociais exteriores e a subjetividade. Isto, de certa forma, nos ajuda na tentativa de romper com a dualidade entre indivíduo e sociedade, no que se refere à análise das migrações, bem como a captar a “*interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade* (Wacquant, 2004:2)”. Ou seja, nos possibilita apreender o modo como a sociedade se torna depositada nos indivíduos durante os processos migratórios, que então os guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do seu meio social (Wacquant, 2004).

posicionamentos sociais. Há na sociedade diversos campos, dotados de regras próprias. Deste modo, enquanto o *habitus* permite a subjetivação das estruturas, o *campo* é espaço no qual o *habitus* pode ser exteriorizado.

1.3. Migrações: Algumas considerações

Ao buscarmos definições para o termo *migração* constatamos que a etimologia desta palavra origina-se do latim *migrare*, que significa deslocar-se de um lugar para outro (Matos, 1993). Embora possua significado aparentemente simples para todos que dominam a Língua Portuguesa, se abandonarmos a esfera lingüística e tomarmos tal denominação sob a ótica das ciências sociais, nos deparamos com a complexidade que este termo assume. Assim, de acordo com Cunha (2005:4), “*tratando-se de um fenômeno com múltiplas expressões espaciais e temporais, a migração não possui uma única definição – fato que dificulta qualquer tentativa de sistematização e levantamento de dados e estimativas*”, pois ao mesmo tempo em que um fluxo migratório possui características universais e estruturalmente semelhantes a outros fluxos, ele desenvolve histórica e socialmente sua singularidade, já que cada deslocamento é permeado por série de relações, políticas, econômicas e sociais e, portanto, pode ser observado sob diferentes aspectos (Davis 1989 *apud* Fazito 2005).

Neste sentido, Becker (2003) concorda que a categoria migração diz respeito à mobilidade espacial da população, e acrescenta que tal fenômeno provoca alterações nas relações entre as pessoas, nas relações de produção e entre estas e seu ambiente físico. Desse modo, interpretando as migrações como um processo enredado por uma série de arranjos – o que significa que envolve deslocamentos de indivíduos não apenas entre fronteiras geográficas, mas também entre as fronteiras políticas, culturais, lingüísticas, etc. –, constataremos que tais fenômenos pressupõem uma ampla gama de significados, tanto para os que partem quanto para os que ficam, bem como para os locais de origem e chegada do grupo ou indivíduo migrante (Evelyn, 1988). Isto favorece então, a produção de diversas correntes de pensamento, nas quais os migrantes são classificados.

Assim sendo, do ponto de vista sociológico, desta substancial definição emergem diversas questões que demonstram a complexidade que tal conceito carrega, dentre elas: Por que as pessoas migram? Quais os fatores que desencadeiam este movimento? Como ele se dá? A partir de onde se dá? Quais as relações que o atravessam? As respostas surgem principalmente de dois lados: uma, sugerindo que as migrações envolvem decisões individuais racionais e outra que denota que os movimentos migratórios são causa e efeito das estruturas sociais. Novamente nos deparamos com a clássica discussão dual presente na

Sociologia: A unidade de análise mais adequada para o estudo destes fenômenos deve privilegiar o indivíduo ou a sociedade? O migrante ou o processo em que se dá a migração?

Para Peixoto (2004) o tema migrações foi largamente ignorado pelos autores clássicos das principais ciências sociais, no período histórico em que estas se constituíram e se consolidaram. Neste sentido, segundo este autor, habitualmente, na Sociologia contemporânea a temática das migrações não surge como algo dotado de autonomia, ao contrário de temas clássicos como o trabalho, a educação ou as questões territoriais, acontecendo o mesmo em outras ciências sociais.

Arango (1985) assinala que embora tenha ocorrido um refinamento analítico ao longo dos anos no que se refere à análise das migrações, o grau de desenvolvimento teórico ainda não corresponde à importância deste fenômeno. Para o autor, a prova é que recorrentemente nos estudos acerca das migrações, são feitas considerações sobre os obstáculos que se colocam na compreensão desta temática. Tais obstáculos são oriundos de fatores como a ambigüidade conceitual do fenômeno, das dificuldades de medição e do seu caráter interdisciplinar e multifacetado. Deste modo, Oliveira (2007) enfatiza que apesar das diversas possibilidades de olhares a respeito dos movimentos migratórios, em geral, os estudos sobre esta temática são balizados por enfoques advindos e justificados apenas pelo viés econômico.

Segundo Alves e Mattei (2006), se remontarmos ao passado sobre o estudo das migrações – tema cuja magnitude extrapola o escopo deste trabalho–, constataremos que um dos primeiros teóricos a dedicar especial atenção a este fenômeno foi o E.G. Ravenstein.⁷ Uma primeira abordagem está calcada na valorização do indivíduo no processo migratório. Com o objetivo de analisar os movimentos migratórios na Grã-Bretanha, o referido estudioso utilizou os dados estatísticos concernentes ao Censo Populacional do Reino Unido de 1881, para estabelecer o que denominou “*Leis da Migração*”⁸, que foram publicadas em duas obras

⁷ De acordo com Arango (1985) os artigos elaborados por Ravenstein entre os anos de 1885 e 1889 representam, provavelmente, a primeira manifestação do moderno pensamento científico-social sobre as migrações, por isso, inauguram uma linha de reflexão que se estende até os dias atuais, cujo objetivo principal é encontrar regularidades nos processos migratórios. Para maiores detalhes ver: RAVENSTEIN, E. G. (1885). As leis da migração. Traduzido de RAVENSTEIN, E. G. The laws of migration Journal of the statistical society, 47(1): 167-227. In: MOURA, H. A. (org.). Migração interna, textos selecionados: teorias e modelos de análise. Tomo 1: 19-88. Fortaleza: BNB, 1980.

⁸ As leis da migração são as seguintes: (1) A maioria dos migrantes apenas percorre uma curta distância, e as correntes de migração dirigem-se para os centros de comércio [e da indústria]. (2) O processo de atração para uma cidade em rápido crescimento começa pelas suas zonas circundantes, e gradualmente estende-se para lugares mais remotos. (3) O processo de dispersão é o inverso do de atração. (4) Cada corrente principal de migração produz uma contra-corrente compensadora. (5) Os migrantes provenientes de longas distâncias preferem os grandes centros de comércio [e da indústria]. (6) Os nativos das cidades migram menos do que os das zonas rurais do país. (7) As mulheres migram mais do que os homens (Ravenstein *apud* Peixoto, 2006:4).

no final do século XIX, entre os anos de 1885 e 1889. Tais leis consistem em tipologias sobre as formas mais freqüentes de fluxos populacionais, que descrevem relações migratórias entre origens e destinos, em que se considerou que a mola propulsora das migrações seriam os fatores econômicos (Arango, 1985).

Se a partir da literatura sobre o tema migrações empreendermos uma tentativa de enumerar as teorias que têm procurado analisar os processos migratórios em uma perspectiva sociológica, encontraremos várias correntes. No entanto, para efeito de análise, podemos situar o debate acerca das migrações em duas principais abordagens de cunho micro ou macrosociológico (Peixoto, 2006).⁹

A primeira, largamente influenciada pelos escritos de Ravenstein, bem como pelas teorias da modernização dos anos 1960, se concentra em um enfoque que considera a migração como um movimento proveniente do comportamento individual, fundamentado na livre escolha, através dos cálculos dos custos e benefícios, dadas as condições objetivas dos locais de partida e de destino do migrante. Por direcionar a análise para as ações do indivíduo, e por tomar a racionalidade individual como promotora da mobilidade, pode ser considerada uma abordagem microsociológica. A segunda situa as migrações como resultantes de fatores histórico-estruturais, em que o processo migratório é visto como consequência da situação econômica, social e política vigente, capaz de suplantar os interesses individuais dentro do processo de decisão. Deste modo, ao aludir que as migrações devem-se às estruturas sociais nas quais o indivíduo está inserido, tal abordagem o desloca do centro decisório do fenômeno, o que permite que sejam enquadradas na perspectiva macrosociológica (Matos, 2003); (Muniz 2002); (Peixoto, 2004).

Para Matos (2003) tomando as duas abordagens isoladamente temos, de um lado, um exagero que considera o indivíduo livre e racional e de outro, a imagem de um indivíduo imobilizado, cujas ações são geradas apenas por meio de uma estrutura que o domina. Desta forma, Muniz (2002) pondera que embora as duas abordagens aqui mencionadas sejam bastante úteis para pensarmos os movimentos migratórios, os pressupostos adotados por estes modelos nem sempre são totalmente passíveis de aceitação. Isto porque, em primeiro lugar, os migrantes não respondem mecanicamente aos diferenciais de renda ou emprego. Em segundo lugar, porque os indivíduos são heterogêneos quanto às suas preferências e motivações, agem

⁹Os termos *microsociológico* e *macrosociológico* referem-se aqui ao foco de análise, ou seja, o ator social, como sujeito capaz de agir racionalmente ou como um repositório de estruturas.

em conjunturas distintas e nem sempre são capazes de elaborar e maximizar de forma precisa suas expectativas do retorno esperado, para então estimarem quais seriam os benefícios da migração. Dito isto, são evidentes as influências exercidas pelos fatores econômicos nas abordagens mencionadas acerca das migrações.

Em se tratando das análises dos movimentos migratórios no Brasil, Galizoni (2000) afirma que a concepção de migração variou consideravelmente na história contemporânea. Para a autora, entre as décadas de 1950 e 1960, os movimentos migratórios, principalmente de trabalhadores rurais para os grandes centros urbanos, eram freqüentemente interpretados como forma de melhoria das condições de vida do trabalhador migrante. Outro critério de interpretação seria também a oferta de mão-de-obra barata ao mercado de trabalho urbano, além da integração de populações rurais marginais na vida nacional. Estes aspectos estão ligados diretamente ao campo da economia.

Não obstante, Galizoni (2000) ressalta ainda que esta visão creditava aos movimentos migratórios a faculdade de propiciar uma “força libertadora”, capaz de emancipar os indivíduos das relações de dependência pessoal presentes no meio rural.¹⁰ Desenvolvidas em um momento de intensificação do processo de industrialização nacional, tais concepções apóiam-se na interpretação destes acontecimentos como expressão do declínio atravessado pelo meio rural, concomitante à ascensão da urbanidade no país. O campo então, corresponderia ao espaço de relações atrasadas, como as de dominação. Daí deriva a idéia de libertação, supostamente desencadeada pelas migrações para os grandes centros urbanos em desenvolvimento.

As mencionadas análises relacionam-se também, em certa medida, com o fato do Brasil até o começo da década de 1970 ter atingido o auge do fenômeno do êxodo rural, decorrente, em grande parte, do processo de modernização da agricultura, experimentado a partir dos anos 1960. Esses fluxos se direcionaram, basicamente, para as grandes cidades, aprofundando uma tendência de migração rural-urbana que já vinha se manifestando desde os anos 1930, provocada pela crise da economia do café, que foi posteriormente fomentada pelas características do processo de industrialização, a partir dos anos 1950 (Barcellos 2000).

No que se refere a estas análises, podemos encontrar evidências empíricas para a avaliação, de certo modo positiva, dos movimentos migratórios entre as décadas de 1950 e

¹⁰ Podemos constatar tal afirmação através da citação de Martins (1988:7): “Se a migração temporária acentua a exploração do cortador de cana no canavial de São Paulo (...), criando uma nova miséria em que empobrece o trabalhador como pessoa, ao submetê-lo a formas coercitivas e temporárias de trabalho, por outro lado o liberta da coerção permanente, das relações de dependência pessoal com o fazendeiro vizinho ou proprietário da terra.”

início de 1970 em alguns estudos, como por exemplo, o de Garcia Jr. (1989). Este autor realizou um denso trabalho de campo no estado da Paraíba. A pesquisa de Garcia Jr. teve como objetivo o exame das transformações sociais ocorridas no Nordeste brasileiro, bem como das modalidades de inserção dos nordestinos em um mercado de trabalho distante, em virtude das migrações para a região Sudeste. Este tipo de deslocamento populacional, chamado pelos próprios migrantes nordestinos de migração para o “Sul”, revela que, para eles, a migração para o Sudeste do país nem sempre significou abandonar definitivamente o lugar de origem. Como no caso estudado, tal fato apresentou-se como uma estratégia complexa de reprodução da sua condição camponesa. Isto é, os deslocamentos para o Sul puderam proporcionar em médio prazo, o retorno destes indivíduos ao campo, porém em outro patamar social, em virtude da aquisição de terras com os rendimentos adquiridos durante as atividades realizadas no Sudeste. Assim como Garcia Jr, Menezes (2002:75) também observa que entre os anos 1950 e 1970 a migração dos nordestinos para a região Sudeste “*representava uma possibilidade real de acumulação de recursos para comprar terra, garantindo, assim, a reprodução da condição camponesa.*”

Podemos ainda destacar os estudos de George Martine acerca das migrações no Brasil, por meio da obra “*Migrações Internas e Alternativas de Fixação Produtiva*” que, datada de 1978, radica o papel central dos fatores econômicos nos deslocamentos populacionais. Valorizando em sua análise o papel das estruturas, Martine (1978) defende que os deslocamentos da população ocorrem em virtude da desigualdade econômica entre as regiões. Por esta interpretação, as migrações seriam determinadas, principalmente, pela forma de organização da produção, pelas alterações na alocação setorial e espacial de recursos e pela distribuição dispar das oportunidades econômicas. Para este autor, sua perspectiva pode ser correspondida pela evidência empírica de que a busca por emprego e melhor renda constituem a motivação principal para migrar. Em outras palavras, sob a ótica de Martine (1978) a migração seria causada pelo diferencial de oferta e demanda existente no mercado de trabalho. Reflexões deste tipo, ao assumir o motivo econômico como os determinantes das migrações, apóiam-se frequentemente em análises quantitativas, alicerçadas principalmente por dados estatísticos.

Segundo Cavignac (2001), a partir de meados dos anos 1970, com o fim do “milagre econômico”, percebe-se uma mudança na configuração das migrações no Brasil, onde o Sudeste do país conhece um início de recessão e começa a rejeitar os seus migrantes. De

acordo com Sauer (2003: 6-7), diante de um processo de urbanização e de “deterioração” da cidade,

o deslocamento forçado de milhões de pessoas do campo para as cidades gerou um crescimento artificial dos grandes centros urbanos, praticamente inviabilizando qualquer possibilidade de fornecimento de serviços básicos como infra-estrutura (asfalto, energia elétrica, sistema de esgoto, etc.), saúde, educação, etc. Um dos resultados é a condição subumana de existência nas periferias urbanas, contradizendo inclusive a lógica de que o êxodo rural deveria libertar as pessoas das amarras comunitárias.

Assim, há uma inversão na avaliação da migração (principalmente de tipo rural-urbana), que adquire então uma conotação negativa, passando a apresentar-se como uma situação problemática (Galizoni, 2000). Isto porque, para Menezes (2002):

Se entre as décadas de 1950 e início dos anos 1970 a reprodução da condição camponesa poderia ser garantida através da migração de parte dos membros da unidade familiar, desde meados da década de 1970, notam-se diferenças significativas nas condições de reprodução social dos camponeses-trabalhadores migrantes. Para aqueles que começaram a migrar na década de 1970, a possibilidade de comprar terra com economias enviadas ou trazidas por migrantes tem se tornado mais remota.

Deste modo, de acordo com Galizoni, (2000), com o intuito de superar algumas limitações colocadas pelas análises essencialmente quantitativas, bem como propiciar uma compreensão mais ampla e abrangente de tal fenômeno – que mesmo diante da crise, continuou a manifestar-se – surge a necessidade da construção de uma perspectiva distinta de reflexão sobre os movimentos migratórios e que, portanto, transcenda às explicações calcadas em elementos exclusivamente econômicos, explicitadas por meio apenas de análises estatísticas. Conseqüentemente, ganham espaço as reflexões qualitativas a respeito dos deslocamentos populacionais que, relacionadas ao campo simbólico, preocupam-se não apenas com os fatores econômicos descritos nestes processos, mas voltam-se também para os aspectos subjetivos que permeiam e estruturam as migrações, haja vista a grande heterogeneidade das estratégias dos migrantes e seus projetos de deslocamento.

Para Martins (1988) a consciência social que temos acerca das migrações ainda hoje é tributária de um ponto de vista que não é o dos migrantes, em que o problema real, isto é, aquilo que a migração representa para o migrante, geralmente fica de fora das análises. Menezes enfatiza (2002) que as fontes tradicionais de informações, como o Censo ou questionários já não são suficientes para explicar diversos aspectos dos movimentos

migratórios, em virtude de sua generalização. Por isso, para compreender a história migratória de indivíduos ou grupos, que passam grande parte de suas vidas migrando, são necessários outros instrumentos de pesquisa.

Em uma linha de pensamento semelhante à de Menezes (2002) e à de Martins (1988), Esterci (1985), faz uma crítica às interpretações dos fenômenos migracionais limitados aos aspectos econômicos e estatísticos. Esta autora afirma que os conceitos pelos quais rotineiramente pensamos migração causam problemas para a compreensão teórica de fenômenos sociais, além de colocarem obstáculos para os que buscam medidas práticas. Esse é o caso de instituições que se propõem a dar assistência a qualquer grupo migrante. Para Esterci, a migração, por mais significativa que seja em termos estatísticos, deve ser vista como uma contingência de um determinado grupo. Isto porque, antes de migrar e ser migrante, o grupo ou o indivíduo é portador de um passado que precisa ser considerado. Ora, estes sujeitos pré-existem à migração e, portanto, compõem uma determinada organização por meio da qual desenvolvem estratégias de sobrevivência.

Garcia Júnior (1989), também problematiza a análise dos movimentos migratórios fundamentada apenas pela vertente econômica e, em particular, as interpretações que associam os deslocamentos populacionais a uma relação de causa e consequência da expansão industrial. Para o autor, reflexões deste tipo cerceiam questionamentos acerca dos efeitos múltiplos dos deslocamentos, tanto sobre os que partem como sobre os que ficam no campo, e sobre as relações que os indivíduos mantêm com o espaço de origem e de chegada.

Um ponto interessante da obra de Garcia Júnior (1989) é a crítica às análises, recorrentes na teoria sociológica, que o autor considera até certo ponto evolucionistas, por associar, de forma automática, o crescimento do trabalho nas indústrias ao fim de diversas modalidades de trabalho no campo. O resultado disso seria a generalização do trabalho assalariado. A crítica de Garcia Jr. às perspectivas evolucionistas que tomam os processos de transição como algo automático e previsível, aproxima-se das reflexões de Sahlins (2004) e Bourdieu (1997). Estes autores condenam a idéia de um evolucionismo capitalista, bem como de um economicismo marxista ou neo-marginalista, que descarta qualquer tipo de economia que não funcione de acordo com o interesse pela maximização dos lucros.

Bourdieu (2005:34) adverte que *“a linguagem levanta um problema particularmente dramático para o sociólogo: ela é, com efeito, um enorme depósito de pré-construções naturalizadas, portanto ignoradas como tal, que funcionam como instrumentos inconscientes de construção.”* Neste sentido, para Almeida e Palmeira (1977), a concepção de migração

cristalizada nas ciências sociais é envolta por uma espécie de neutralidade, o que lhe confere a falsa aparência de ser um conceito estanque. As conseqüências disso são interpretações das migrações como algo dado, designativo, portanto pouco questionado, culminando em um senso comum acadêmico a respeito do tema. Segundo Comerford (2006), à medida que tomamos a migração como um conceito apenas designativo, cria-se uma espécie de barreira epistemológica, que não permite uma reflexão que ultrapasse as análises estatísticas de tais fenômenos. De certa forma, isso impede que compreendamos o modo pelo qual certas ações se configuram, são concebidas e vividas pelos sujeitos durante os processos migratórios. Por isso, para o autor, é preciso problematizar e questionar a categoria migração, a fim de desnaturalizá-la, para permitir então, pensar a complexidade própria deste conceito, e assim, possibilitar um avanço nas análises.¹¹

Conforme Júnior (2002), esta sofisticação da análise, desvinculada do privilégio dado à justificativa da escolha racional, ao mesmo tempo em que não se restringe unicamente à explicação via fatores estruturais, tem corroborado com um olhar mais sociológico sobre os esquemas de percepção, relações sociais, valores, e modelos culturais subjacentes às migrações. O que coloca a necessidade de se considerar também aspectos como contestação, negociação, realocização e novas buscas de pertencimento nos estudos migratórios, dimensões que por sua vez, têm se traduzido em conquistas teóricas para o fazer sociológico.

Neste sentido, Sayad (1998), ao abordar o tema migrações através de um estudo sobre os imigrantes de origem argelina na França, enfatiza a relevância de se interrogar as condições sociais que engendram este fenômeno. Por conseguinte, endossa a idéia de estudar os deslocamentos populacionais não apenas por um viés quantitativo, de modo que destaca a importância de analisar estes fenômenos também por meio de uma visão sociológica e qualitativa. De acordo com o autor:

(...) Todo itinerário do imigrante é, pode-se dizer, um itinerário epistemológico, um itinerário que se dá de certa forma, no cruzamento das ciências sociais com um ponto de encontro com inúmeras disciplinas, história, geografia, demografia, direito, sociologia, psicologia (...) antropologia em suas diversas formas, lingüística, ciência política, etc. Por certo, a migração é, em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada, no espaço físico, nisto encontra-se relacionada, prioritariamente, com as ciências que buscam conhecer a população e o

¹¹ A este respeito, Bourdieu (2005:49) enfatiza ainda que: *“a força do pré-construído está em que, achando-se inscrito ao mesmo tempo nas coisas e nos cérebros, ele se apresenta com as aparências da evidência, que passa despercebida porque é perfeitamente natural. A ruptura é, com efeito, a conversão do olhar (...). Trata-se de produzir, senão um homem novo, pelo menos um novo olhar, um olhar sociológico.”*

espaço, a demografia e a geografia (...). Mas o espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente culturalmente (...) (SAYAD, 1998:15).

Contudo, isto não quer dizer que os aspectos econômicos não exerçam influência nos movimentos migratórios, tampouco significa menosprezar a importância das informações estatísticas acerca destes fenômenos, mas sim coloca a necessidade de se propor análises a respeito das migrações que considerem também a subjetividade presente nestes processos. Subjetividade esta que pode ser apreendida quando tomamos como ponto primordial de partida, a investigação dos deslocamentos populacionais por meio das formulações dos próprios migrantes¹². Tal estratégia pode nos possibilitar examinar como os deslocamentos repercutem nas percepções, visões de mundo e relações sociais construídas por aqueles que migram.

Deste modo, surge a necessidade de se empreender uma tentativa de pensar os movimentos migratórios por meio de uma análise primordialmente qualitativa, que se esforce em não privilegiar uma ou outra abordagem. Esta análise deve direcionar um olhar para as migrações considerando o ponto de vista do próprio migrante, sem, no entanto, descartar a importância dos elementos estruturais no processo. Ora, se por um lado, a decisão de migrar depende da percepção e avaliação que o indivíduo tem dos fatores objetivos de expulsão e atração, por outro lado, tais fatores afetam diretamente os indivíduos segundo o seu modo de inserção na estrutura social e econômica (Oliveira 2007).

1.4. As migrações de retorno

Segundo Pacheco & Patarra (1997) a questão migratória, nos últimos anos, tem ganhado maior vulto na agenda de pesquisas e produções acadêmicas de estudiosos de populações e áreas afins, uma vez que se acentuam as disparidades da alocação da população no espaço em função da diversidade e intensidade das migrações. Isto denota a necessidade da reflexão acerca das relações entre população, desenvolvimento econômico e desenvolvimento social no novo contexto nacional.

¹² Para Esterici (1985:1) *“De fato, se quiséssemos considerar o ponto de vista do migrante, teríamos que nos perguntar como as características específicas, tais como organização do grupo doméstico, formas de cooperação e divisão do trabalho, relação com os meios de produção, afetam as decisões de migrar. E, se além das características que identificam o grupo como tal, atentássemos para sua heterogeneidade interna, teríamos elementos para qualificar melhor os processos em jogo.”*

Os autores afirmam ainda que os resultados do Censo Demográfico de 1991, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apontam transformações consideráveis nos volumes e características dos movimentos migratórios no Brasil, a partir de 1980, indicando tratar-se de um fenômeno oriundo das alterações ocorridas na sociedade no mesmo período. Este fato suscitou a afirmação, por parte de alguns especialistas, de tratar-se do surgimento de um novo padrão migratório no país.¹³ Em outro artigo, Patarra (2003) adverte que esta década representaria então, um período de inflexão nas características e tendências dos movimentos migratórios e na distribuição espacial da população brasileira, indicando o início de uma nova etapa na sua dinâmica.

Para Brito *et al* (2002), este fato relaciona-se à crise econômica e social vivenciada pelo Brasil, que nas duas últimas décadas do século XX ocasionou uma redução na capacidade de inserção da população no mercado de trabalho urbano, bem como ampliou a seletividade no mercado imobiliário, servindo ambas como freio à tendência que se anunciava até os anos 1970, de uma “hipermetropolização”

Deste modo, compartilhando com o ponto de vista de Pacheco & Patarra e Brito *et al*, Barcellos (2000) afirma que, a partir da década de 1980 surgem, no cenário brasileiro, novos aspectos que se referem às migrações. Os deslocamentos no sentido rural-urbano, que marcaram o período de industrialização, já não figuram como explicação suficiente para abordar os movimentos migratórios no país. A autora destaca ainda que esta transformação é resultado de um conjunto de mudanças que se intensificaram nas duas últimas décadas, quando além do declínio da fecundidade, a crise econômica opera como fator responsável pela queda no poder de atração das cidades. O resultado é uma diminuição das possibilidades de emprego urbano para as classes mais baixas e desqualificadas profissionalmente.

A partir desta mudança, Cunha (2005) assinala então, que a questão migratória no Brasil deixou de concentrar-se apenas no clássico movimento rural-urbano que, nos anos 1950 e 1960, como antes mencionado, orientou a maioria dos estudos. Da mesma forma, a temática da urbanização, até então concebida como algo irresistível e inexorável passou a sofrer questionamentos quanto ao seu real significado, em virtude do surgimento de novas formas de

¹³ Pacheco e Patarra (1997) defendem que as mudanças no padrão migratório brasileiro a partir dos anos 1980 devem-se principalmente a desaceleração do crescimento das metrópoles; a maior predominância de migrações de curta distância e intra-regionais; uma incidência acentuada de migrações de retorno, sugerindo uma circularidade de movimentos; a tendência a um crescimento de cidades de porte médio; a configuração generalizada de periferias no entorno dos centros urbanos maiores.

assentamentos humanos, como fruto de alterações nas relações econômicas e sociais entre o campo e a cidade. Para o autor:

Tais transformações dizem respeito não apenas às tendências históricas, mas também à emergência e/ou intensificação de certos processos que, mesmo presentes, até a década de 1970 eram encobertos pela grande importância dos movimentos migratórios interestaduais e, em particular, aqueles do tipo rural/urbano. Tal é o caso da migração de retorno, que se intensificou significativamente a partir dos anos 1980; dos movimentos intra-regionais que afloraram nesse período, revelando novas lógicas e espaços de migração (CUNHA, 2005:5).

A análise atual das migrações no Brasil tem como fonte principal os dados dos censos demográficos. Entretanto, Patarra (2003) ressalta que, embora os censos constituam fontes básicas de informações a respeito dos deslocamentos populacionais, se considerarmos o caráter eminentemente social destes fenômenos, constataremos que o levantamento dos mesmos é atravessado por inúmeras dificuldades no que concerne à recuperação de diversos movimentos, que podem ocorrer, por exemplo, entre a realização de um censo e outro.

No contexto das transformações nos padrões migratórios no Brasil, sobressai um tipo específico de deslocamento populacional: as migrações de retorno. Por migrante de retorno entende-se o indivíduo que deixa seu local de origem para residir algum tempo em outra localidade e depois regressa ao seu lugar inicial de origem (Siqueira, *et al*, 2006). Este fenômeno chama a atenção nas análises dos dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, e figura como tema importante para a compreensão dos movimentos migratórios desencadeados de forma mais intensa de 1980 em diante, momento em que o país vivencia uma das mais graves crises econômicas de sua história, sendo que a partir de 1990 as migrações de retorno têm se tornado fortemente expressivas (Cunha, 2005); (Golgher e Marques, 2006); (Siqueira *et al*, 2006).

Podemos inferir que as migrações de retorno a partir de meados de 1970 e principalmente nos anos 1980, estavam relacionadas em parte com a crise econômica vivenciada pelo país, sobretudo, na década de 1980. Diferentemente da situação apontada por Garcia Jr (1989) para região Nordeste principalmente até os anos 1970, quando se verificou que o retorno dos nordestinos para sua região de origem estava estreitamente relacionado à possibilidade de acúmulo de capital financeiro, através de atividades desempenhadas no mercado de trabalho urbano no Sudeste. Ora, a partir de meados de 1970 e, sobretudo, nos anos 1980, as possibilidades de sucesso nos movimentos migratórios em direção às grandes

idades, principalmente dos indivíduos oriundos do interior do país, tornaram-se cada vez mais difíceis. Contudo, é preciso, pois, ir além das análises estatísticas e econômicas sobre estes fenômenos. Por isso, a reflexão deste tipo de migração suscita um debate alternativo, em que pese questões subjetivas, o que nos sugere indagar qual é o significado do retorno para o migrante e quais as condições sociais que o engendram.

Diante da ascensão de novos movimentos migratórios, dentre os quais a mencionada constatação do retorno ao campo, ou mesmo a entrada de indivíduos de origem urbana no meio rural, coloca-se mais uma vez a necessidade de rever as teorias que acentuam o desaparecimento do rural em virtude da expansão das atividades urbanas. Ora, embora existam visíveis modificações nas relações presentes no campo, bem como em seu território, dado o processo de expansão do mundo urbano-industrial, o rural ainda reserva particularidades.

Se ao campo restasse apenas incipientes características urbanas, provavelmente não atrairia o movimento de indivíduos em sua direção. É por isso que Carneiro (1998) defende que é precipitado concluir que a modernização e a urbanização resultariam na dissolução do agrário, e na homogeneização das suas condições. Para a autora, a modernização não modifica o campo de maneira uniforme, mas igualmente ao ocorrido nos centros urbanos, as medidas modernizadoras são apropriadas e resignificadas de diversas formas, expressando-se de modos diferentes em universos sociais, econômicos e culturais díspares. De acordo com a referida autora, a conexão do rural à economia global, ao invés de dissolver as diferenças entre o campo e cidade, podem dar origem à construção ou reforço de identidades apoiadas no pertencimento ao campo (Carneiro, 2000 *apud* Sauer 2003).

Ao propor uma abordagem das migrações de retorno e seus inúmeros significados, nos deparamos com as reflexões de Abdelmalek Sayad, pesquisador que tomou esta modalidade de migração como objeto de estudo sociológico e antropológico, empreendendo uma análise teórica sobre tais processos, em que dados estatísticos têm posição secundária. Assim, para Sayad (2000), as migrações de retorno podem constituir-se em um verdadeiro objeto de estudo, em virtude de representar uma das dimensões sociais da antropologia, e nos arriscaríamos a dizer, da sociologia, por pressupor várias modalidades de relações. Deste modo, o autor afirma que:

A migração de retorno pressupõe (...) uma relação com o tempo, o tempo de ontem e o tempo do futuro, a representação de uma projeção do outro, sendo estritamente dependentes do domínio que se tem do tempo presente, isto é, do

tempo cotidiano da migração; uma relação com a terra em todas as suas formas e valores, inicialmente em suas dimensões físicas e geográficas e, em seguida, em suas outras qualificações sociais, o espaço físico sendo, em suma apenas metáfora do espaço social; uma relação com o grupo, aquele que se deixou fisicamente, mas que continua a carregar de uma maneira ou de outra, e aquele no qual se entrou e ao qual é preciso se impor, aprender a conhecer e dominar (SAYAD 2000:12).

As considerações de Sayad (2000) remetem aos aspectos simbólicos que o retorno adquire. Para Fazito (2005), estes aspectos se relacionam e se exercem por meio das condições estruturais concretas que constituem um sistema de migração, fator observado pelos autores mencionados, no momento em que abordam as crises econômicas e seus efeitos nas migrações. Entretanto, o retorno não depende somente do sucesso ou fracasso econômico do migrante, ainda que estes sejam fatores consideráveis. É, porém, reflexo também de um plano de vida. Sayad (2000) constata que o retorno representa para o migrante não só regressar ao espaço geográfico, mas diz respeito a um retorno no sentido de uma retrospectiva, a fim de sanar a nostalgia impregnada na memória de quem decide voltar a um período vivido anteriormente.

Contudo, verdadeiramente, o retorno como retrospectiva não existe. Ao retornar, o indivíduo não mais encontra as pessoas e o espaço tal qual deixou, pois “*se por um lado pode-se sempre voltar ao ponto de partida, o espaço se presta bem a esse ir e vir, de outro não se pode voltar ao tempo de partida (...)*” (Sayad, 2000:12)”. Isto porque o espaço não é apenas físico, mas um espaço vivido carregado de sentimentos, o que lhe confere a característica de ser também socialmente construído. Não obstante, além dos lugares deixados não serem os mesmos, o próprio migrante já não mais o é, haja vista a conformação de um habitus específico, produto de uma experiência biográfica, ou seja, oriundo da interiorização das experiências adquiridas ao longo da trajetória construída, que por sua vez, pode divergir daquele característico do lugar retornado. É neste sentido, que Bourdieu (2007) defende que o habitus adquire também a função de classificação e diferenciação, que no caso do migrante retornado, funciona como uma marcação simbólica, capaz de distingui-lo dos demais.

1.5. Migrações e Assentamentos de Reforma Agrária

Giuliani (1990) observa que no Brasil em várias etapas históricas, ocorreram processos importantes de migrações para o campo. Para o autor, estes fenômenos ora se relacionavam aos ciclos econômicos de certos produtos de exportação, como a borracha, o algodão, o café, a soja; ora foram desencadeados pelas políticas migratórias dos governos, como nos casos da importação de mão-de-obra europeia destinada ao trabalho nas fazendas de café, ou também nos casos da ocupação das fronteiras do Oeste e da Amazônia. Todavia, como outrora mencionado, o período adverso vivenciado pelo Brasil a partir de 1980, repercutiu nas migrações, fazendo com que diferentemente das décadas anteriores, a população migrante encontrasse severas restrições no que concerne a geração de renda durante os processos migratórios.

Assim, a disparidade de distribuição de terras no Brasil estimulou a luta de diversos segmentos desfavorecidos presentes na sociedade pela fixação no território, processo que se acentuou nos anos 1990, juntamente com a emergência e intensificação das ações de inúmeros atores sociais, dentre os quais se destacam os trabalhadores rurais. O resultado é que tais indivíduos, a partir do estabelecimento de identidades coletivas, por sua vez, construídas através de negociações, decisões, conflitos, resolveram então, agir em conjunto (Melucci, 2001).

Organizados através de movimentos sociais, cujo principal é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, estes indivíduos vem demonstrando uma negação à estratégia da migração rural-urbana, como solução para a má distribuição de terras e todos os problemas dela decorrentes. (Souza *et al*, 2001). Nestes termos, coloca-se novamente o conceito de habitus. Apesar de não haver trajetórias individuais idênticas e por isso habitus totalmente iguais, podem-se estabelecer classes de experiências ou classes de habitus, às quais pertencem determinados indivíduos, o que os possibilita orientar suas ações para o mesmo sentido, cujo exemplo repousa nas negociações de luta pela terra no país (Silva, 2005b).

Deste modo, Furtado (1997) *apud* Alentejano (1997), defende que atualmente o cenário mundial experimenta um novo fenômeno em que, parte da população anseia voltar para o campo, em um contexto em que acreditava-se que os deslocamentos populacionais eram exclusivamente do campo para a cidade. Alentejano (1997) acrescenta ainda que, não são apenas os trabalhadores expulsos do campo que desejam retornar ao mesmo, mas – diante

de todas as dificuldades e problemas vivenciados nos centros urbanos –, indivíduos que nunca trabalharam ou viveram no meio rural, engrossam o movimento contrário de retorno ou entrada no campo.

Neste sentido, as sucessivas ocupações e os assentamentos constituídos, geralmente depois de muitos anos de batalhas travadas, emergem como evidência empírica da negação ao êxodo rural, apresentando-se como um mecanismo potencializador das migrações de retorno ou entrada de indivíduos no campo, bem como denota uma opção de vida e trabalho nesta área (Souza *et al*, 2001). A decisão de retornar ou entrar ou se manter no campo, por meio da ação dos movimentos sociais, e a resistência de alguns segmentos da população ao êxodo rural, oferecem subsídios para que seja questionada, a concepção de diluição do rural pelos processos urbanos.

Assim, para Sauer (2003), a modernidade – tradicionalmente relacionada à noção de urbanidade –, é capaz de produzir relações sociais e valores responsáveis por influenciar a constante construção de identidades dos indivíduos que lutam pelo acesso à terra, propiciando dessa forma, releituras e a consolidação de novos valores no meio rural, fundamentados em um desejo comum de vida em um espaço que diverge da cidade: o campo.

Apesar da relativa variação na orientação dos estudos acerca dos movimentos migratórios, ainda hoje quando fala-se em migração no Brasil, parte majoritária dos trabalhos acadêmicos realizados concentra-se no estudo das causas das migrações do campo para a cidade. Embora seja vasta a literatura sobre os movimentos migratórios, poucas obras abordam diretamente as migrações de retorno ou entrada no campo, bem como estes processos a partir do ponto de vista dos migrantes. Portanto, qualquer pesquisa que tenha estes fenômenos como objeto, se deparará com certa dificuldade de encontrar estudos referentes ao tema.¹⁴

Neste sentido, Barcellos (2001) ressalta a importância de estudar as migrações de retorno ao meio rural, e por isso defende que os movimentos sociais no campo tornaram-se fenômenos relevantes na composição da dinâmica demográfica atual, em função das alterações que provocam em áreas rurais em sua maioria, escassamente povoadas. Também para esta autora, a ação destes movimentos sociais, destacando-se o MST, pode contribuir para manutenção da população rural e, principalmente, constituir-se em um elemento de

¹⁴ Para Esterici (1985) pode-se dizer que não existe um número considerável de trabalhos científicos que analisem os movimentos migratórios tendo como base as formulações dos próprios migrantes. Portanto, o grupo social ao qual pertence o migrante nunca chega a ser suficientemente conhecido.

atração para o regresso e/ou entrada de indivíduos no campo. A repercussão deste fato não se resume somente a fatores econômicos, mas envolvem ao mesmo tempo, aspectos sociais, políticos e culturais, no momento em que por meio de enfrentamentos, acampamentos e posteriormente, assentamentos rurais são instituídos.

Deste modo, Becker (2003) constata a presença migrações de retorno e entrada no campo a partir de 1990, no Norte do Rio de Janeiro, por meio de ocupações de terras pertencentes a fazendas falidas que no passado eram destinadas a atividade canavieira. Assim como Alentejano (1997), esta autora acredita que estas migrações, apresentam-se como saída encontrada pelos trabalhadores agrícolas residentes na periferia urbana e, pelos trabalhadores urbanos crescentemente excluídos pelo processo de modernização em curso, para superação do problema do desemprego. Não obstante, assevera que se o caráter migratório pode ser definido como um processo de mobilidade espacial da população, a tentativa de retorno à zona rural por meio da reforma agrária, pode ser definida como contra-mobilidade. Neste sentido, torna-se relevante o papel dos movimentos sociais, em que sobressai o MST.

Targino e Moreira (2000), ao estudarem os movimentos migratórios no campo, no Estado da Paraíba, também se deparam com a entrada ou retorno de indivíduos ao campo nesta região a partir da década de 1990, por meio de assentamentos de reforma agrária, processo ao qual denominaram de *ruralização*. Para os autores, este fato certamente foi impulsionado na Paraíba pela crise atravessada pela atividade canavieira em finais de 1980, reflexo da conjuntura econômica vivenciada pelo país, e principalmente na década de 1990, associada ao empobrecimento da classe patronal deste setor, bem como a força do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. De acordo com os autores, a partir deste período, o MST passou a ocupar as terras das usinas falidas na região, cujo resultado tem sido a multiplicação de casos de desapropriação/aquisição de terras pelo INCRA e na sua transformação em Projetos de Assentamento.

Na tentativa de abordar as novas configurações dos fenômenos migratórios no Rio Grande do Sul, Barcellos (2001), assim como Becker (2000) e Targino e Moreira (2003), observa uma tendência de inversão das migrações com sentido rural-urbano na região, em função do estabelecimento de assentamentos de reforma agrária a partir de 1989. A autora acredita que este fato pode ser interpretado como uma resposta as crises econômicas, bem como uma recriação da opção pelo rural, conquistada a partir da luta social. Isto implica em rupturas em estruturas sociais consolidadas, que marcaram a formação do local estudado, sugerindo a emergência de novas relações sociais neste espaço. Assim, se empreendermos

uma análise por meio do conceito de habitus, o que temos é a interiorização das estruturas objetivas (nesse caso os efeitos advindos das mencionadas crises), cujo resultado são as representações sobre o campo, que também conformam as estruturas estruturantes, porque tendem a orientar as práticas dos indivíduos e, portanto, a reestruturar as estruturas subjetivas (Silva, 2005b).

Dito isto, Medeiros e Leite *et al* (2004), ao desenvolverem uma pesquisa em diversos assentamentos rurais no Brasil, o que resultou na obra “*Assentamentos Rurais: Mudança Social e Dinâmica Regional*” afirmam que neste estudo chamaram atenção as alterações demográficas no plano local e municipal, produzidas pela criação de assentamentos. Não obstante, os autores destacam a forte presença dos assentados nos números que representam a população rural destas áreas. Assim observam que:

(...) Mantidas todas as ressalvas, os projetos de assentamentos representam uma parcela não desprezível da população rural dos municípios estudados, ainda que este mesmo resultado não se aplique à comparação com a população total. Pode-se inferir que tais resultados geram desdobramentos sobre o contexto político, uma vez que tendem a gerar um acréscimo na pressão das demandas por infra-estrutura e equipamentos sociais (...). Em algumas situações, torna-se possível falar que a criação de assentamentos rurais provocou uma reversão no fluxo demográfico (MEDEIROS & LEITE *et al*, 2004: 31/32).

Sigaud (2005), ao elaborar um estudo acerca das ocupações de terras no Estado de Pernambuco, também se depara com o estabelecimento de acampamentos a partir de meados da década de 1990, em terras pertencentes a engenhos de cana-de-açúcar falidos que, conforme critérios do INCRA poderiam ser considerados improdutivos. Segundo a autora, a maioria dos participantes dos acampamentos onde a pesquisa foi empreendida era originária da própria região canavieira. Os adultos tinham uma história de trabalho e de vida nos canaviais. Muitos haviam exercido outras ocupações, como pedreiros, serventes, condutores de caminhões e tratores, vigias, vendedores ambulantes e domésticas, por isso registravam uma passagem pelo perímetro urbano. Contudo, a autora afirma que:

Não há elementos na história recente da região [de Pernambuco] que nos autorizem a supor que o território dos engenhos, tradicionalmente sob o controle estrito dos patrões, viesse a ser ocupado com acampamentos; que o MST viesse a agir junto à massa de trabalhadores ali onde os sindicatos tinham uma hegemonia incontestável; que os sindicalistas passassem a ocupar terras; e que os trabalhadores se dispusessem a ocupar propriedades de outrem. Para entender como tais desdobramentos se tornaram possíveis é

preciso examinar as ocupações e os acampamentos a partir de quadros sociais e históricos mais amplos (SIGAUD, 2005:260).

Nestes termos, a autora coloca a necessidade de relacionar estes fenômenos com o período histórico vivenciado pelo país e, de certa forma, diferenciando-se de outros autores, não justifica a intensificação da formação de acampamentos em terras de usinas falidas apenas pela situação de desemprego resultante da crise da agroindústria açucareira. O que nos alerta para a importância de não limitarmos a explicação das causas das migrações de retorno e/ou entrada no campo via assentamentos rurais, simplesmente por meio de crises econômicas. Isto, de certa forma, sugere análises mais cuidadosas acerca dos demais aspectos que permeiam os deslocamentos. É por isso que tendo em vista o que foi constatado em Pernambuco, Sigaud (2005) defende que a situação de desemprego é uma das condições, mas não a única suficientemente capaz de explicar, por si só, a formação de acampamentos, assim, adverte que:

Milhares de trabalhadores sem emprego preferiam continuar fazendo biscates a ir instalar-se sob a lona preta, e recusavam os convites com o argumento de que não queriam a terra. Por outro lado, outros trabalhadores com um contrato de trabalho em vigor participavam das ocupações e montavam suas barracas, tratando de conciliar a presença no acampamento com o trabalho formal para o patrão (SIGAUD, 2005: 263).

Ao abordar as implicações dos deslocamentos nas trajetórias e experiências dos agricultores, Borges (1989) *apud* Curado (1999), aponta que as migrações dos agricultores em direção à cidade – o que muitas vezes implica em sair da terra e tornar-se trabalhador assalariado – são situações que resultam na perda do saber lidar com a terra em processo integral. Neste caso, a condição de assalariamento, trabalho doméstico ou no setor informal ou ainda como bóia-fria, transforma o agricultor num trabalhador de tarefas, demandando com a conquista da terra um novo aprendizado que se materialize. Neste sentido, diante da possibilidade de retornar ao campo, coloca-se a importância de se recuperar um passado de agricultor, muitas vezes distante, porém não inteiramente esquecido. Daí deriva a necessidade de um reaprendizado do trabalho na lavoura e um exercício de construção e reconstrução de subjetividades.

Para Menezes (1991), a luta dos trabalhadores que fizeram o movimento de ida e volta para se estabelecer em assentamentos rurais poderia ser encarada como uma tentativa de se obter uma nova identidade, finalmente após contínuos processos de exclusão a que se

submeteram durante os deslocamentos. Esta recuperação nos remete então, possibilidade da construção e reconstrução de identidades. Daí a importância da identidade apresentar-se como algo flexível e inacabado, portanto inserido em um processo de contínua construção, dadas as alterações nas percepções e visões de mundo, influenciadas também pelas condições objetivas experimentadas pelos sujeitos.

Ao analisar a origem dos integrantes dos assentamentos de reforma agrária do Rio de Janeiro, Castro (1995) considera que o perfil dos assentados situados no Estado é ainda motivo de polêmica, uma vez que muitos são procedentes da zona urbana, e têm percorrido a trajetória rural-urbano-rural. Para a autora, vários são os fatores que ocasionam a ida ou retorno destes indivíduos ao campo após certo tempo de vida na cidade, dentre os quais se encontra a solução de problemas de moradia e de custo de sobrevivência, onde a terra carrega o ideal da autonomia, com melhores condições de vida frente ao desemprego. Além disso, de acordo com a autora, é recorrente entre os assentados a afirmação de busca por uma vida mais tranqüila, quando comparada com a vida na cidade. Assim, constatamos que, como para Sigaud (2005), de certa forma também para Castro (1995), não é somente o desemprego que fomenta os deslocamentos para os assentamentos, apesar de exercer forte influência.

Para Ferreira (2002) as migrações retorno e/ou entrada de indivíduos no campo a partir de 1990, por meio de assentamentos rurais, bem como a relação deste fenômeno com as passagens que estes indivíduos tiveram pelo mundo urbano, influenciou as ciências sociais especializadas nas questões agrárias. Estas passaram a apontar as potencialidades do rural como espaços para reformas societárias e como fundamento para se pensar a qualidade de vida, dadas as ações de diversos movimentos sociais que propunham uma crítica às políticas públicas governamentais para a agricultura. Deste modo, mais uma vez somos convidados a refletirmos acerca da real validade da concepção de fim do rural.

Relacionando o que até aqui foi abordado, questiona-se até que ponto as definições pré-estabelecidas acerca do que vem a ser urbano e rural conseguem dar conta das múltiplas relações presentes nestes espaços, principalmente diante dos processos migratórios rural-urbano-rural e urbano-rural, acentuados pela ação dos movimentos sociais e, por conseguinte, pelas políticas de reforma agrária. Neste sentido, quem migra para a cidade perde uma suposta identidade influenciada pelo rural? Ou incorpora novos valores e ressignifica outros, através de uma identidade em contínua construção? Até que ponto as migrações de retorno ou entrada no campo, alteram as relações presentes nas unidades familiares? Para responder estas questões colocam-se as hipóteses de que:

- A reforma agrária pode ser tomada como elemento motivador de deslocamentos populacionais em direção ao campo, favorecendo, de certo modo a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos. Desta forma, podemos inferir que a migração, nos dias atuais, quando referida ao campo, freqüentemente, caracterizada como um fenômeno negativo, em função de ser imediatamente relacionada ao êxodo rural e todos os problemas dele decorrentes, pode possuir uma faceta positiva, ao considerar-se o fenômeno do retorno. Considerando o conceito de habitus, como outrora analisado, é possível inferir que dentro do processo migratório até a chegada ao acampamento e/ou assentamento rural, os indivíduos adquirem muitos aprendizados, seja por meio de atividades urbanas ou através do próprio trabalho e vida pretérita no campo, dando origem a visões de mundo e percepções específicas sobre o rural. Assim, estes passam a orientar suas condutas conforme as determinações das estruturas objetivas atreladas às percepções, às visões de mundo e concepções que adquirem ao longo das suas trajetórias sociais.
- A partir da entrada ou retorno ao campo, no espaço do assentamento, novas formas de socialização e novos saberes também foram adquiridos, conformando um estilo de vida específico. A reunião destes conhecimentos adquiridos ao longo das trajetórias de vida, e sua incorporação como habitus certamente interfere sobre o modo de gerir o lote; na maneira de garantir a reprodução social da família; na construção das relações sociais, o que inclui formação de grupos, as afinidades, os laços de solidariedade, conflitos, etc., fatores que repercutem na constituição do assentamento como local de vida e trabalho e na formação de identidades.
- As alterações no mundo do trabalho e a influência do mundo urbano certamente repercutem no campo e, conseqüentemente nos assentamentos, bem como no estilo de vida dos assentados, porém, tais alterações, como em qualquer outro contexto, são traduzidas para a ordem local e inseridas nas relações sociais, no sistema de representações, e nas percepções dos indivíduos. Assim, apesar da proximidade com a cidade e da trajetória dos assentados, em que muitos são oriundos do perímetro urbano, os assentamentos possuem particularidades relacionadas a um estilo de vida rural. Neste contexto, para os próprios assentados há visíveis diferenças que separam campo e cidade. As próprias migrações de retorno ou entrada no campo evidenciam as diferenças creditadas a este espaço, quando comparado ao urbano pelos assentados. Isto ratifica a necessidade de questionar a hipótese do desaparecimento do rural em virtude da expansão do mundo urbano.

Estas colocações suscitam discussões que destacam o processo migratório rural-urbano-rural e urbano-rural, como uma forma relevante de abordagem das relações presentes no campo brasileiro, sobretudo, nos novos espaços estabelecidos por meio da instituição de assentamentos de Reforma Agrária. Assim foi preciso pois, investigar neste trabalho, a partir do ponto de vista dos próprios assentados, quais as condições e fatores que impulsionam os indivíduos a integrarem os acampamentos e/ou assentamentos de reforma agrária, particularmente situados em terras de usinas falidas, no caso do Norte Fluminense.

Daí colocou-se novamente a necessidade do estabelecimento das trajetórias pessoais e ocupacionais dos integrantes dos assentamentos. O intuito foi examinar, principalmente através de análises qualitativas, “em que condições indivíduos de carne e osso”¹⁵ fazem os investimentos materiais e constroem os significados, percepções e relações sociais que tais deslocamentos exigem, para então compreender qual a repercussão das experiências adquiridas em virtude destes deslocamentos na conformação dos assentamentos de reforma agrária instituídos no Norte Fluminense.

¹⁵ Garcia Júnior (1989).

CAPÍTULO II - Contexto local: Informações sobre a região do trabalho de Campo

2.1. Campos dos Goytacazes e Norte Fluminense: Breve Panorama

Para auxiliar a análise das relações travadas na área de estudo deste trabalho, dois assentamentos de Reforma Agrária situados no Norte Fluminense, mais precisamente em Campos dos Goytacazes, faz-se necessário destacar ainda que de forma breve, algumas considerações gerais a fim auxiliar a compreensão da organização do espaço destas regiões. Assim, pretende-se aqui, pontuar alguns aspectos sócio-econômicos locais, principalmente a partir dos bancos de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁶; Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2003)¹⁷; Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE)¹⁸; Anuário do Perfil Sócio-econômico do Município de Campos dos Goytacazes 2005 (2006)¹⁹.

O Estado do Rio de Janeiro possui distintas divisões regionais, tendo em vista o planejamento e gestão das suas atividades. Neste sentido, destacam-se duas divisões, a instituída pelo Governo do Estado e a estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o IBGE (2005), estas definições auxiliam o sistema de decisões no que concerne à localização de atividades econômicas, sociais e tributárias, bem como o planejamento, estudos e identificação de estruturas espaciais de regiões metropolitanas e outras formas de agrupamentos rurais e urbanos. Para Silva (2006), tais divisões denotam a necessidade de instauração de uma escala que possibilite observar múltiplos processos ocorridos, e em curso – como a emancipação de municípios, possíveis reestruturações produtivas –, e verificar como tais processos são refletidos na economia regional e nacional.

O Governo Estadual, segundo informações do CIDE (2007), fundamentado na Lei nº 1.227, dividiu o território fluminense em oito Regiões de Governo: Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Baía da Ilha Grande. Posteriormente, houve alterações tanto na denominação quanto na composição de algumas regiões. Uma das alterações ocorreu na região da Baía da Ilha

¹⁶ www.ibge.gov.br

¹⁷ www.pnud.org.br/atlas

¹⁸ www.cide.rj.gov.br

¹⁹ <http://www.campos.rj.gov.br/Perfil-2005/index.htm>

Grande, que devido o aumento do número de municípios, passou a denominar-se Região da Costa Verde.

O IBGE em 1990 também estabeleceu uma estratégia de divisão regional, porém fundamentada em Meso e Microrregiões Geográficas, definição que será utilizada neste trabalho. A Microrregião Geográfica expressa então, em nível local, a realidade do espaço geográfico resultante de elementos característicos, seja do quadro natural, seja das relações sociais e econômicas ou da associação de ambos. (CIDE, 2007).²⁰ Ao passo que as Mesorregiões Geográficas correspondem a conjuntos de municípios contíguos, pertencentes à mesma Unidade da Federação (Lima *et al* 2002). Portanto, apresentam:

Formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial. Essas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída [e em construção] ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou (IBGE, 1990:8).

Observando esta estratégia, o Estado do Rio de Janeiro foi dividido geograficamente pelo IBGE em seis Mesorregiões: Baixadas, Centro Fluminense, Metropolitana do Rio de Janeiro, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Sul Fluminense (Figura 1). E nas Microrregiões: Bacia de São João, Baía da Ilha Grande, Barra do Pirai, Campos dos Goytacazes, Cantagalo-Cordeiro, Itaguaí, Itaperuna, Lagos, Macacu-Caceribu, Macaé, Nova Friburgo, Rio de Janeiro, Santa Maria Madalena, Santo Antônio de Pádua, Serrana, Três Rios, Vale do Paraíba Fluminense e Vassouras.

²⁰ http://sites.internit.com.br/cide/banco_municipais.php

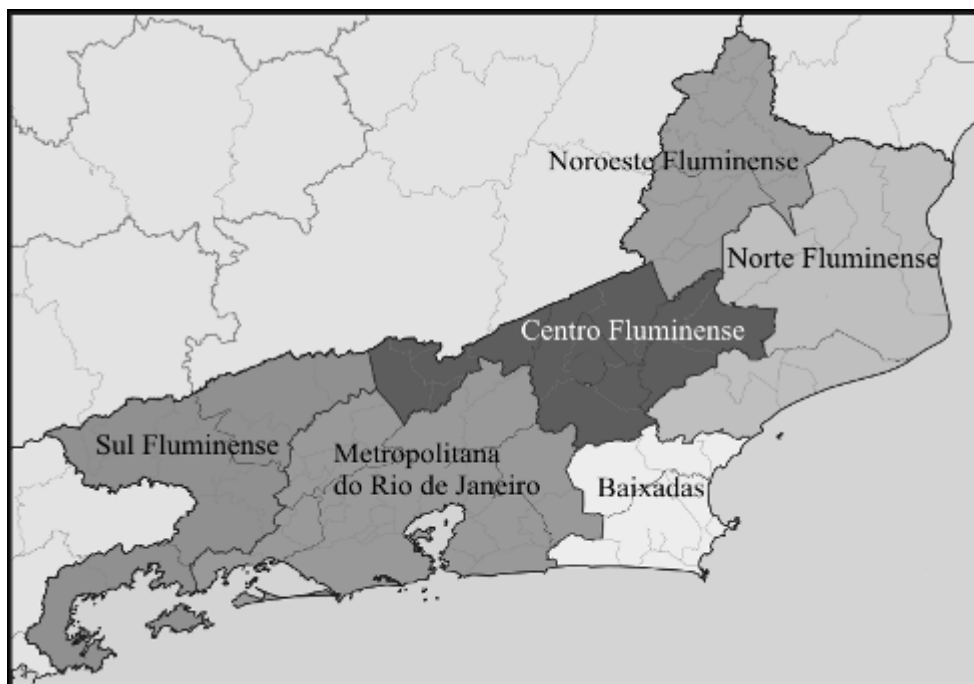


Figura 1 - Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro de acordo com o IBGE (1990).
 Fonte: IBGE
 Elaboração própria.

O Norte Fluminense, Mesorregião do Estado do Rio de Janeiro, atualmente comporta os municípios de: Campos dos Goytacazes, São Francisco do Itabapoana, Cardoso Moreira, São João da Barra, São Fidélis, Carapebus, Quissamã, Conceição de Macabu e Macaé (Figura 2). Possui uma população de aproximadamente 698.783 habitantes (CIDE, 2007). É historicamente caracterizado como uma das regiões brasileiras mais importantes no cultivo e beneficiamento da cana-de-açúcar, o que tornou a produção de derivados da cana uma das atividades econômicas de maior expressão na região. Assim, é patente o papel do cultivo e beneficiamento desta *commodity* na ocupação e desenvolvimento deste território, bem como na conformação de identidades regionais.²¹

²¹ Santos (2005:235) defende que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social. Já para Haesbaert (2005:6774), “o território etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no ‘territorium’ são impedidos de entrar. O território (...) possui uma dupla conotação material e simbólica. Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas com o tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação.”

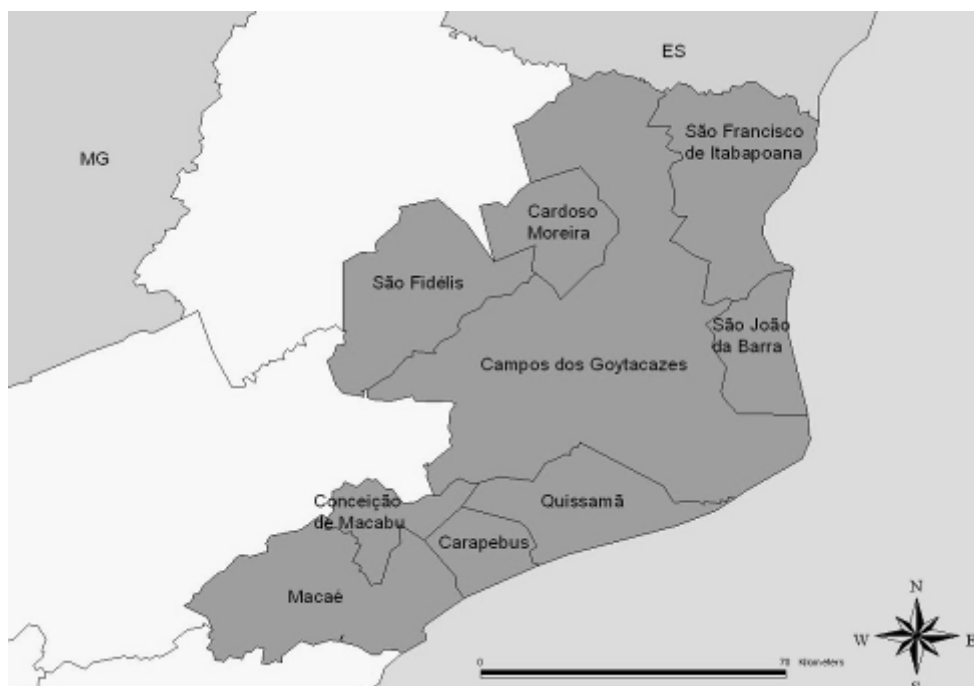


Figura 2- Mapa Municípios da Região Norte Fluminense
 Fonte: IBGE *apud* Silva (2006).

Durante muitas décadas, dependendo essencialmente da cana-de-açúcar, a economia norte fluminense foi caracterizada pela baixa diversificação produtiva. Deste modo, seus ciclos econômicos, ocorridos nos períodos de 1850-1950 e 1950-1980, estão atrelados aos processos de expansão e crise da atividade canavieira. São vários os exemplos e acontecimentos históricos que atestam a importância da cana-de-açúcar para esta economia. Um deles é período do Proálcool, momento em que a indústria da cana-de-açúcar chegou a ser responsável por cerca de 70% da renda total gerada na região. Apesar das diversas tensões atravessadas pelo setor sucroalcooleiro, principalmente nos anos 1970 e 1980, a produção de cana-de-açúcar ainda domina a atividade agrícola norte fluminense, ocupando 81% da área agrícola e 71% dos estabelecimentos rurais da região (Tabela 1) (Carvalho, 2005).

Tabela 1: Evolução da atividade Sucroalcooleira na Região Norte Fluminense

Ano	1965	1970	1980	1990
Área colhida em milhares de hectares	136	144	198	137
Produção de cana de açúcar em milhares de toneladas	5.269	5.398	7.191	5.234
Número de usinas em atividade	26	18	17	15

Fonte: Carvalho (2005:23).

Contudo, a atividade canavieira concentra-se até os dias de hoje, principalmente na cidade de Campos dos Goytacazes e seu entorno. Tal atividade foi responsável por transformar este município em um tradicional centro interiorano (Rovere e Carvalho, 2005). Ainda hoje Campos dos Goytacazes se mantém como principal centro urbano desta região. De

acordo com os dados do Censo realizado em 2000 pelo IBGE e informações da PNUD (2003), Campos dos Goytacazes é uma microrregião que conta com uma área total de 4.040,6 Km², correspondentes a 41,4% da área do Norte Fluminense e possui uma população de 406.989 mil habitantes, referentes a 58,2% do contingente populacional desta região.²² Sua densidade demográfica é de 100,6 hab./km². Desta forma, ocupa a 8ª posição em densidade demográfica e representa a maior população localizada fora da região metropolitana do Rio de Janeiro (Tabela 2).

Tabela 2- População residente no Estado do Rio de Janeiro, Região Norte Fluminense e Campos dos Goytacazes 1940-2000.

Ano	Estado	Norte Fluminense	Campos dos Goytacazes
1940	3.611.998	344.053	180.677
1950	4.674.645	365.809	200.327
1960	6.709.891	431.424	246.865
1970	8.994.802	471.038	285.440
1980	11.291.520	514.644	320.868
1991	12.807.706	611.576	376.290
2000	14.391.282	698.783	406.989

Fonte: IBGE, Censos Demográficos-1940-2000 *apud* Anuário de Campos dos Goytacazes (2006).

Campos dos Goytacazes possui oficialmente 15 distritos e 102 bairros. Estes bairros são assim distribuídos: 34 bairros localizam-se na Zona Norte (Guarus); 35 bairros na Zona Leste (Lapa até Donana); 13 bairros na Zona Sul (IPS até Tarcísio Miranda) e 20 bairros na Zona Oeste (Pelinca até Esplanada). Alguns de seus distritos foram emancipados e transformados em cidades ou passaram a integrar outros municípios, a exemplo de Italva que fora o 8º distrito de Campos dos Goytacazes, com 294,8 Km² e Cardoso Moreira, que era o 14º distrito, que ao emancipar-se incorporou São Joaquim, o 16º distrito, somando 517,3 Km². Antes das emancipações Campos dos Goytacazes possuía aproximadamente 4.852 Km² (Pessanha, 2004) (Tabela 3).

²² <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>

Tabela 3 - Distritos de Campos dos Goytacazes

Distrito	N° Domicílios	População	Pop/domicílio
Dores de Macabu	1.945	7.439	3,82
Ibitioca	788	3.034	3,85
Morangaba	805	3.259	4,05
Morro do Coco	1.246	4.411	3,54
Mussurepe	2.966	10.066	3,39
Santa Maria	1.199	3.974	3,31
Santo Amaro de Campos	2.167	7.140	3,29
Santo Eduardo	1.291	4.266	3,30
São Sebastião de Campos	3.911	14.116	3,61
Serrinha	353	1.150	3,26
Tocos	2.140	7.597	3,55
Travessão	4.722	17.941	3,80
Vila Nova de Campos	1.404	5.163	3,68

Fonte: Pessanha (2004)

Ainda no que concerne a aspectos populacionais, de acordo com Lewin (2005 *et al*), Campos dos Goytacazes apresentou um acentuado processo de urbanização entre os anos de 1970 e 1996, quando a população residente no perímetro considerado urbano obteve um salto: de 55,1% em 1970 passou para 85,6% em 1996. Não obstante, o crescimento da população urbana deu-se de forma mais intensa entre os anos de 1980 e 1991, contrariando o cenário do restante do Estado, que experimentou este crescimento em um momento anterior, compreendido entre os anos de 1970 e 1980. As informações oriundas dos censos realizados pelo IBGE, explicitados no Anuário do Município de Campos dos Goytacazes 2005 (2006), permite-nos analisar a distribuição de sua população ao longo dos anos, de acordo com a localização de seus domicílios comparando-as ao movimento da distribuição populacional do Estado e da Mesorregião Norte Fluminense (Tabela 4):

Tabela 4 - População Residente por situação de domicílio; Estado, Região Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes – 1940-2000 (continua).

Estado do Rio de Janeiro				Região Norte Fluminense			
Ano	Total	Urbana	Rural	Ano	Total	Urbana	Rural
1940	3.611.998	2.212.211	1.399.787	1940	344.053	92.199	251.854
1950	4.674.645	3.392.591	1.282.054	1950	365.809	109.969	255.840
1960	6.649.646	5.252.631	1.397.015	1960	431.424	174.247	257.177
1970	8.994.802	7.906.146	1.088.656	1970	471.038	240.452	230.586
1980	11.291.520	10.368.191	923.329	1980	514.644	300.555	214.089
1991	12.807.706	12.199.641	608.065	1991	611.576	484.346	127.230
2000	14.391.282	13.821.466	569.816	2000	698.783	594.713	104.070

Campos dos Goytacazes			
Ano	Total	Urbana	Rural
1940	180.677	63.782	116.895
1950	200.327	79.790	120.537
1960	246.865	124.768	122.097
1970	285.440	167.330	118.110
1980	320.868	195.391	125.477
1991	376.290	317.981	58.309
2000	406.985	364.177	42.808

Fonte: IBGE, Censos Demográficos-1940-2000 *apud* Anuário Estatístico de Campos dos Goytacazes (2006:54)

Assim, percebemos um visível declínio da população rural de Campos dos Goytacazes, sobretudo, a partir dos anos 1980, concomitantemente ao crescimento da população urbana. Este período coincide com o fechamento de diversas usinas sucroalcooleiras locais, o que nos possibilita inferir que tal acontecimento apresentou-se como um dos fatores que contribuiu para o aceleração e intensificação do fluxo migratório rural-urbano na região. De acordo com dados da PNUD (2003) a taxa de urbanização de Campos dos Goytacazes cresceu 5,89 %, passando de 84,50% em 1991 para 89,48% em 2000. Em 2000, a população do município representava 2,83% da população do Estado, e 0,24% da população do País.

Figura 3 - População residente por situação de domicílio em Campos dos Goytacazes, 1940-2000



Fonte: Dados - Anuário Perfil/2005 de Campos dos Goytacazes (2006)
Elaboração da autora.

Contudo, embora assista a um decréscimo de sua população rural, Campos dos Goytacazes abriga o maior contingente deste segmento no Estado, o que denota a importância que a agricultura ainda assume para o município. Visivelmente, o cultivo de cana-de-açúcar se mantém como a principal atividade agrícola. Assim, Alentejano (2003) ressalta que embora a

urbanização seja marcante no Estado do Rio de Janeiro, esta não consegue suprimir as contradições presentes na região, especialmente a que diz respeito à resistência dos trabalhadores rurais, que ainda desejam residir no campo, o que é evidenciado pelos inúmeros conflitos agrários ocorridos no Estado, bem como pelos acampamentos e assentamentos espalhados por seu território.

Podemos observar que ao longo dos anos a cana-de-açúcar ocupou a maior parte das áreas agriculturáveis de Campos dos Goytacazes, afirmação que pode ser constatada quando analisamos, por exemplo, o ano de 2006, quando a cultura de cana-de-açúcar foi empreendida em aproximadamente 98% da área destinada a lavouras temporárias no município (IBGE, 2006) (Tabela 5).

Tabela 5 - Quantidade produzida, Valor da produção, Área plantada e Área colhida da lavoura temporária de cana-de-açúcar.

Brasil, Unidade da Federação, Mesorregião Geográfica, Microrregião Geográfica e Município	Lavoura temporária	Área plantada (Hectare)				Área colhida (Hectare)			
		1990	1995	2000	2006	1990	1995	2000	2006
Brasil	Total	45.980.738	45.960.271	45.573.754	55.858.771	43.497.198	45.068.169	44.022.212	54.796.077
	Cana-de-açúcar	4.322.299	4.638.281	4.879.841	6.179.262	4.272.602	4.559.062	4.804.511	6.144.286
Rio de Janeiro	Total	297.303	230.435	206.389	201.816	276.295	224.119	206.301	189.336
	Cana-de-açúcar	206.786	161.787	158.824	164.290	204.802	161.787	158.824	151.816
Norte Fluminense - RJ	Total	203.607	167.886	157.885	159.920	200.776	167.616	157.885	147.446
	Cana-de-açúcar	186.520	149.615	144.245	149.730	184.880	149.615	144.245	137.256
Campos dos Goytacazes - RJ	Total	172.452	137.712	133.591	137.997	171.547	137.712	133.591	125.523
	Cana-de-açúcar	160.200	123.415	122.310	129.466	160.200	123.415	122.310	116.992
Campos dos Goytacazes - RJ	Total	120.011	97.280	94.766	95.799	119.516	97.280	94.766	86.379
	Cana-de-açúcar	116.100	93.125	91.150	94.201	116.100	93.125	91.150	84.781

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal 2006

Ademais, de acordo com a pesquisa Produção Agrícola Municipal 2006 (PAM) realizada pelo IBGE, Campos dos Goytacazes ocupou no ano de 2005 a segunda posição no ranking dos municípios produtores de cana-de-açúcar do país, sendo que Morro Agudo e Jaticabal, ambos paulistas, ocuparam no mesmo período, respectivamente, a primeira e terceira posições (Tabela 6).

Tabela 6 - Ranking dos dez primeiros municípios brasileiros produtores de cana-de-açúcar

Área colhida, produção obtida, rendimento médio, variação da produção em relação ao ano anterior, participação no total da produção nacional e valor da produção, segundo os dez maiores municípios produtores de cana-de-açúcar - 2005						
Principais municípios produtores de cana-de-açúcar	Área colhida (ha)	Produção obtida (t)	Rendimento médio (kg/ha)	Variação da produção em relação ao ano anterior (%)	Participação no total da produção nacional (%)	Valor da produção (1 000 R\$)
Morro Agudo (SP)	86 602	7 835 267	90 474	(-) 1,1	1,9	223 305
Campos dos Goytacazes (RJ)	95 108	4 279 860	45 000	(-) 14,4	1,0	89 877
Jaboticabal (SP)	40 589	3 734 325	92 003	3,7	0,9	104 561
Piracicaba (SP)	40 590	3 319 401	81 779	3,7	0,8	112 860
Jaú (SP)	39 574	3 236 408	81 781	9,3	0,8	80 910
Batatais (SP)	36 530	3 174 143	86 891	20,5	0,8	93 637
Valparaíso (SP)	40 082	2 885 904	72 000	47,8	0,7	82 248
Lençóis Paulista (SP)	35 820	2 819 493	78 713	3,1	0,7	97 272
Pitangueiras (SP)	32 066	2 786 235	86 891	(-) 4,41	0,7	78 015
Guairá (SP)	26 890	2 742 780	102 000	(-) 2,0	0,8	76 798

Fonte: Pesquisa Produção Agrícola Municipal 2006 (PAM) - IBGE

A expressiva produção cana-de-açúcar em Campos dos Goytacazes tem atraído um grande número de migrantes, principalmente do Nordeste e da região do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, para o trabalho sazonal no corte da cana-de-açúcar, que em algumas propriedades ainda é feito de forma manual. Contudo, em muitos casos, quando estes trabalhadores chegam às usinas e fazendas de cana-de-açúcar do município, se deparam com a super-exploração do trabalho, e baixos salários. Ademais, Campos dos Goytacazes foi palco nos últimos anos de denúncias de trabalho análogo ao escravo na atividade canavieira.

Apesar do lugar e importância das atividades agropecuárias para o município, é necessário ressaltar que atualmente Campos dos Goytacazes destaca-se especialmente, no âmbito nacional e internacional, pela sua bacia de petróleo. Esta é responsável por aproximadamente 81% da produção nacional desse recurso. Tal fato possibilitou a Campos dos Goytacazes transformar-se em um dos maiores receptores de royalties e participações especiais do país (Pessanha 2004).

Embora a sede dos empreendimentos da Bacia de Campos esteja localizada na cidade de Macaé, o impacto dos royalties tornou-se notadamente importante para o município, sobretudo, em virtude das coordenadas geográficas do seu litoral e do aumento da produção da Petrobrás, incrementada pela extinção do monopólio da exploração de petróleo no país. Não obstante, Pessanha (2004) ressalta ainda que a Lei do Petróleo N.º 9.478/97 possibilitou a entrada de novas empresas na disputa pelas descobertas de jazidas deste recurso na região.²³

²³ A LEI N.º 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997 dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo. <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9478.htm>.

Aliado a estes fatores, a alteração da metodologia de cálculo para remuneração dos royalties tornou o município de Campos dos Goytacazes, desde 1999, o líder nessa receita. Assim, se em 1995, Campos dos Goytacazes possuía um orçamento médio per capita anual de R\$ 98,00 (R\$ 37,2 milhões para uma população de 376 mil – IBGE, 1991), no ano de 2004, o orçamento tornou-se quinze vezes superior ao de 1995, contando com cerca de R\$ 1.474,00 por habitante (R\$ 600 milhões em 2004 para uma população de 406.989- IBGE, 2000) (Pessanha 2004), (Tabela 7).

Tabela 7 - Comparação entre os orçamentos de Municípios receptores de royalties no Estado do Rio de Janeiro e IDH

Cidades	Orçamento (milhões)	População	Orçamento / Habitante	IDH-M* 2000	Posição Ranking IDH-M
Campos dos Goytacazes*	465	406.989	R\$ 1.144,00	0,752	1.818°
Cabo Frio	170	126.894	R\$ 1.339,00	0,792	751°
São João da Barra*	53,2	27.503	R\$ 1.934,00	0,723	2.573°
Macaé	372	131.550	R\$ 2.829,00	0,790	815°
Casimiro de Abreu	66,0	22.052	R\$ 2.992,00	0,781	1.020°
Armação de Búzios	59,5	18.179	R\$ 3.273,00	0,791	785°
Rio das Ostras	193	36.769	R\$ 5.248,00	0,775	1.188°
Quissamã	90	13.668	R\$ 6.584,00	0,732	2.374°
Carapebus	60,8	8.651	R\$ 7.028,00	0,741	2.134°

* Comparação utilizando os orçamentos do ano de 2003.

* Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

Fonte: Pessanha (2004)

Embora possua um orçamento de R\$ 1.144,00 por habitante, de acordo com dados do Atlas da PNUD (2003)²⁴, Campos dos Goytacazes ocupa a 54ª posição no ranking do IDH - M no estado e a 1.818ª colocação dentre os municípios do Brasil, sendo que 1817 (32,8%) municípios brasileiros apresentaram situação melhor do que a de Campos dos Goytacazes.²⁵ Estes dados nos permitem inferir que apesar da considerável disponibilidade de recursos financeiros, a desigualdade provocada pela má distribuição de renda neste município é acentuada.

²⁴ O Atlas da PNUD (2003) apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de todos os municípios brasileiros, com base no banco de dados do IBGE do ano de 2000.

2.2 A Região Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes: Algumas considerações sobre a trajetória da atividade sucroalcooleira

Tamanha é a fertilidade da planície goitacá que rapidamente se povoou, e toda sua história econômico-social resume-se na luta pela posse do solo fértil, das aluviões fecundas, do cobiçado 'massapê'(...). Complexa de interesses egoísticos de latifundiários, de juristas cínicos, de sentenças de juízes inescrupulosos, toda ela, por um século é uma seqüência de repressões à liberdade (LAMEGO, 1974).

Dada à dimensão e importância da atividade sucroalcooleira no Norte Fluminense, bem como em Campos dos Goytacazes, regiões de vanguarda da produção de açúcar do país, qualquer trabalho que tenha por objetivo discutir as relações no campo desta região se deparará com os arranjos desencadeados por tal atividade. Não é diferente quando o que está em jogo é o processo de Reforma Agrária no município; haja vista a concentração fundiária promovida pelas lavouras de cana-de-açúcar, cultivo que demanda grandes extensões de terra. Neste sentido, os assentamentos rurais da região, em sua maioria, são oriundos de ocupações realizadas em fazendas pertencentes a antigas usinas de cana-de-açúcar, que vivenciaram um processo falimentar a partir da década de 1980.

Para Lewin *et al* (2005) a análise do complexo agroindustrial do açúcar torna-se importante para a compreensão das relações políticas na estrutura produtiva e fundiária de Campos dos Goytacazes. Assim, de modo a auxiliar o entendimento de questões relacionadas à constituição de assentamentos de Reforma Agrária neste município, torna-se imperativo recuar e pontuar alguns marcos da história de produção local. Isto permite uma análise, ainda que superficial, das repercussões da agroindústria sucroalcooleira no tecido social, o que envolve setores importantes como economia, cultura, política, aspectos que se refletem diretamente na concentração fundiária e na institucionalização dos assentamentos rurais da região.

O cultivo de cana-de-açúcar no Norte Fluminense relacionou-se diretamente com o projeto colonizador do país. Remonta ao século XV, quando esta região integrava a Capitania Hereditária de São Tomé, também conhecida como Capitania de Paraíba do Sul, de administração do donatário Pero Góis. Assim, as primeiras mudas de cana-de-açúcar foram introduzidas na região a partir de 1538, em uma localidade habitada por indígenas goitacás e puris, território que compreende atualmente o município de São João da Barra. Para o

trabalho na *plantation* da cana-de-açúcar importaram-se escravos africanos e foram construídos engenhos movidos à água. No entanto, tal empreitada pouco durou, em virtude dos sucessivos ataques indígenas aos povoados da capitania. Esta situação culminou no abandono do projeto colonizador de Pero Góis. Posteriormente, seu filho, Gil de Góis, renunciaria aos direitos hereditários que possuía junto à capitania (Paranhos, 2000).

Em uma segunda tentativa de colonizar a região, em 1627, a Coroa Portuguesa ordenara a divisão da Capitania de São Tomé em glebas, doadas a sete capitães portugueses, alguns deles donos de engenho na localidade de Guanabara, efetivando a ocupação.²⁶ Os novos donatários introduziram a pecuária na região. Esta atividade tinha a função de atender a demanda dos senhores de engenho da Guanabara que além da alimentação, utilizavam o gado no transporte e moagem de cana-de-açúcar (Lamego, 1974); (Carvalho & Silva, 2004). Para Marafon (2003) *apud* Francisco (2006) a pecuária teria sido o primeiro marco histórico-geográfico gerador de uma ocupação mais efetiva da região. Assim, a retomada da capitania culminou em 1667, na fundação da Vila de São Salvador, atual município de Campos dos Goytacazes. No mesmo ano também é fundado o município de São João da Barra.

Somente no século XVIII a atividade canavieira se consolida no atual Norte Fluminense. Em virtude da demanda internacional por açúcar, as lavouras de cana se sobrepõem à pecuária. A criação de gado é impelida para o interior da região (Paranhos, 2000). O Cultivo de cana-de-açúcar foi então favorecido pelas condições ambientais da área, principalmente no que tange ao solo de massapê encontrado na baixada campista, abundante em matéria orgânica e constantemente fertilizado pelo rio Paraíba do Sul (Carvalho & Silva, 2004). Neste sentido Barbosa (2003) enfatiza que a introdução da cana-de-açúcar, a partir do século XVIII, estabeleceu uma estrutura que ainda hoje manifesta alguns de seus traços no Norte Fluminense. Assim, a partir de então, foi possível observar na região:

A constituição de distintos grupos sociais tendo em conta o modo de produção mercantil exportador, fundamentado na produção açucareira. A saber: uma aristocracia rural (os senhores de engenho e mais tarde, no período imperial, os chamados barões do açúcar); uma nova burguesia mercantil, responsável por intermediações comerciais e financeiras dos povoados do Norte Fluminense (...) envolvendo o comércio de açúcar e o tráfico de escravos (...); o clero, que exerceu uma forte influência socioeconômica na região por também produzir açúcar; os negros africanos, mão-de-obra empregada no processo produtivo, até o final do século XIX

²⁶ De acordo com Lamego (1974) Os Sete Capitães vindos de Portugal se chamavam: Miguel Ayres Maldonado, Gonçalo Corrêa de Sá, Manuel Corrêa, Duarte Corrêa, Antonio Pinto Pereira, João de Castilho e Miguel da Silva Riscado. Pereira Pinto, J. R., 1995, p. 41.

(...). A articulação dos grupos sociais acima descritos, em torno da produção de açúcar, iria definir a base da formação social e econômica do Norte Fluminense (CARVALHO & SILVA, 2004:35).

A partir do século XIX, a agroindústria açucareira Norte Fluminense atravessa um processo de modernização de suas atividades que até então eram realizadas de forma praticamente artesanal, nos engenhos a tração animal (Paes, 1999). Este processo integrava um projeto nacional de fortalecimento da posição do Brasil no mercado internacional. Assim, o governo por meio de incentivos concedidos por lei, estimulou capitais nacionais e estrangeiros à implantação dos chamados engenhos centrais (Godoy, 2007).

Desta forma, em 1877, é criado o Engenho Central de Quissamã, o primeiro da América Latina. Neste período, Campos dos Goytacazes desponta no cenário nacional como importante produtor de açúcar. Com o surgimento dos engenhos centrais se estabelece um novo conceito de produtividade na região (Teixeira *et al*, 2007). Para Eisenberg, (1977), *apud* Godoy (2007) a introdução dos engenhos centrais na agroindústria canavieira resultou na redução do preço da matéria-prima e na melhoria da qualidade do produto, que se tornou mais competitivo. O mercado de trabalho também sofreu alterações, uma vez que a modernização extinguiu postos de trabalho, ampliou a oferta de mão-de-obra, o que repercutiu em uma redução dos salários. Lewin *et al* (2005) ressaltam que neste momento, Campos dos Goytacazes conhece a figura do senhor de engenho, grande proprietário de terras e escravos.

Contudo, a experiência dos engenhos centrais foi paulatinamente substituída pela instalação das usinas, dados os problemas com o fornecimento de matéria-prima.²⁷ Assim, em 1879 é instituída em Campos dos Goytacazes a Usina do Limão, a primeira destinada ao processamento de cana-de-açúcar instalada no Brasil. Segundo Paes (1999), no final do século XIX, a indústria do açúcar se encontrava bastante desenvolvida, principalmente em Campos dos Goytacazes. Esta fase da história, conhecida como a primeira modernização, tem como característica o surgimento da figura do usineiro. Este passou a exercer grande controle sobre processo produtivo da cana-de-açúcar. Conforme ressalta Neves:

²⁷ De acordo com Andrade (1994) *apud* Barbosa (2003), a principal diferença entre os engenhos centrais e as usinas repousa no fato de que nos primeiros era proibida a existência de terras próprias cultivadas. Portanto aos engenhos cabia somente o beneficiamento da matéria-prima de fornecedores, numa nítida separação entre a atividade agrícola e a industrial, que fracassou porque o segmento industrial funcionava com grande capacidade ociosa. As usinas, além de beneficiarem a cana-de-açúcar, possuíam terras cultiváveis, o que garantia o fornecimento da matéria-prima.

A transformação técnica dos engenhos centrais em usinas fez-se acompanhar de um controle mais amplo do usineiro sobre os agricultores que ofereciam matéria-prima. Ampliando as áreas de terra voltadas para a atividade agrícola e explorando-as através de colonos e arrendatários, os usineiros podiam prescindir de boa parte da matéria-prima oferecida pelos agricultores (NEVES, 1997:66).

O resultado desta transformação é a consolidação da penetração do capital financeiro e industrial no campo, que passa então a controlar toda a cadeia produtiva açucareira, desde o cultivo até a sua distribuição comercial. Ora, as usinas ao mesmo tempo em que possuíam fábricas, eram proprietárias de grandes extensões de terra, além de controlarem a mão-de-obra. Deste modo, a industrialização da produção do açúcar contribuiu para o surgimento de novas relações econômicas e de trabalho na região Norte Fluminense, por sua vez, calcadas nos moldes capitalistas, imprimindo uma dinâmica econômica concentradora de terras e capital. De acordo com Barbosa (2003), a partir desta transição:

Identifica-se um novo período, em que há concentração industrial; transformações tardias nas relações de trabalho (da escravatura passou-se às parcerias e à predominância do trabalho assalariado); aprofundamento da divisão social do trabalho; reconfiguração dos atores no processo produtivo, com o empobrecimento dos antigos senhores de engenho que agora passam a serem fornecedores (...). Paralelamente a esta ampliação do número de fornecedores e de área plantada, se desenvolve a concentração de capitais. As áreas em torno da usina foram sendo adquiridas pelos usineiros numa fase marcante de territorialização do capital (BARBOSA, 2003:113).

Já no início do século XX a produção de açúcar era bastante expressiva na região, concentrando-se em Campos dos Goytacazes, cidade que possuía neste período vinte e seis usinas em funcionamento, cujas cinco maiores eram pela ordem: Cupim, Mineiros, Santa Cruz, Tocos e Barcelos (Pereira Pinto, 1987). Como o açúcar era um importante produto para a agricultura, por consistir em um dos itens fundamentais na pauta das exportações brasileiras, em períodos de crise o setor sucroalcooleiro demandava apoio federal, o que culminou na sua organização para melhor exigir intervenções do governo.

Em 1929, diante do momento de crise atravessado pelo país, e em virtude das oscilações da produção, da demanda e do preço do açúcar; juntamente com a necessidade de grandes investimentos em infra-estrutura, a indústria sucroalcooleira vivencia uma tensão. Deste modo, iniciam-se as ações do estado intervencionista dirigido por Getúlio Vargas, o que ocasionou a introdução dos subsídios estatais junto à política para o setor sucroalcooleiro. O Estado passou então a intervir de forma direta na economia açucareira, visando à expansão e

modernização de suas atividades. Para tanto, criou o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1933. Dentre as principais atribuições do IAA destacavam-se a de estabelecer regras para o relacionamento entre fornecedores e industriais do setor canavieiro; e a de controlar a produção açucareira e de álcool, por meio da imposição de cotas de produção (Alves, 1998); (Neves, 1997a). Este controle possibilitou que Campos dos Goytacazes se tornasse o município de maior fabricação de açúcar cristal do Brasil, além de ter incentivado a produção de álcool, em virtude de ter introduzido a mistura deste produto na gasolina (Carvalho & Silva, 2004).

A partir de meados da década de 1960 o IAA propõe o Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional. Este plano preconizava a mudança da base técnica da produção agrícola, fundamentado na mecanização de todo processo produtivo, o que compreendia desde a introdução de insumos importados ao carregamento e transporte automatizados do produto (Alves 1998). Em 1971 é instituído o Programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira, que visava à modernização das usinas, de forma a aumentar a escala de produção, reduzindo os custos de fabricação (Neves e Batalha, 1997)

A modernização do complexo agroindustrial canavieiro implementada pelo IAA refletiu de forma negativa nas atividades de muitas usinas em Campos dos Goytacazes. Nesta região o processo de reestruturação industrial não foi acompanhado das necessárias transformações da base produtiva da cana-de-açúcar que, por sua vez, deveria ocorrer na mesma intensidade.²⁸ Ademais, as lavouras de cana-de-açúcar foram expandidas para regiões acidentadas, de baixa produtividade. Deste modo, o parque industrial sucroalcooleiro campista cresceu em uma proporção muito superior à capacidade de expansão da cultura de cana-de-açúcar, fazendo com que muitas usinas operassem na maioria das vezes, com ampla capacidade ociosa. (Neves, 1997a).

Neves, (1997b) ressalta ainda para este período, a ocorrência de um processo de concentração industrial no setor sucroalcooleiro de Campos, tendência coincidente com a elaboração de um novo modelo de desenvolvimento para a agricultura, que se esboçava no início da década de 1970. Para a autora, as dificuldades ocasionadas pela competitividade com as condições produtivas das usinas de São Paulo, levaram os usineiros campistas a obter

²⁸ A modernização do parque industrial açucareiro do Rio de Janeiro, destacadamente o do Norte Fluminense, foi realizada no início dos anos 1970, por meio do Decreto Lei 1186 de 27/08/1971. A partir deste decreto, o governo concedeu estímulo a processos de fusão, incorporação e realocação de usinas. Na ocasião muitas usinas então, se reestruturaram, por meio de projetos parciais. Contudo, a modernização não se entendeu as áreas de cultivo (Azevedo, 2002).

aumento de ganho em escala. Isto pressupôs a eliminação das unidades de menor capacidade produtiva. De acordo com Francisco (2006) a forma de administração das indústrias sucroalcooleiras foi profundamente alterada. A gerência das usinas deixou de ser comandada segundo um modelo tradicional, no qual a família exercia um papel central, para seguir um modelo de empresas ministradas por grupos que inclusive, possuíam investimentos em outros ramos da economia. Para Alentejano (2003), a consequência é a diminuição do poder local e a articulação da agricultura com o setor industrial, culminando na fusão entre capital agrário e urbano-industrial.

Segundo Barbosa (2003), soma-se a estes aspectos o fato de a política desenvolvida pelo IAA não ter sido aplicada de forma homogênea nas regiões canavieiras brasileiras. Deste modo, o autor observa que o IAA dedicou maior atenção ao Estado de São Paulo, por isto conciliou o atraso tecnológico atravessado pela região Norte Fluminense com a modernidade das usinas paulistas. Isso permitiu a São Paulo despontar como o maior produtor de açúcar refinado do país e um dos maiores do mundo. Gradativamente, Campos dos Goytacazes foi perdendo mercados em virtude de sua defasagem tecnológica. As usinas do Norte Fluminense se especializaram na fabricação de açúcar cristal, produto com baixo valor agregado, portanto, incapaz de concorrer com o açúcar refinado produzido pelas usinas paulistas.

O resultado da articulação dos fatores descritos acima foi o *início do fim*, ou seja, o começo do processo falimentar de diversas indústrias tradicionais na zona canavieira campista. Nesta ocasião, os problemas do setor sucroalcooleiros já estavam claros e impostos, no entanto, só viriam à tona, ganhando maior proeminência no cenário nacional, quando os investimentos na lavoura canavieira foram extintos juntamente com o IAA, em um momento posterior.

Szmrecsányi e Moreira (1991) apontam que os problemas atravessados pela atividade canavieira não eram exclusivos a Campos dos Goytacazes. Em grande parte do país a atividade canavieira atravessava severas tensões. Neste sentido, por volta de 1975 o açúcar brasileiro experimentou um declínio de seu papel no mercado internacional. O preço do produto caiu repentinamente, e o valor das exportações brasileiras de açúcar estava sujeito a um declínio nos anos seguintes. Deste modo, para estes autores, uma crise nacional no setor sucroalcooleiro só não eclodiu neste período devido aos choques no mercado internacional de petróleo e a decisão do governo federal de promover um aumento da produção de álcool combustível. Todavia, os efeitos dessa crítica situação da agroindústria canavieira brasileira foram apenas adiados, mas não evitados ou superados.

A crise no setor sucroalcooleiro campista, oriunda do processo de reestruturação do seu parque produtivo, repercutiu diretamente no sistema de mão-de-obra empregado na lavoura canavieira. Antigas relações de trabalho foram redefinidas. Antes da modernização iniciada em meados da década de 1960 e intensificada na década de 1970, a usina e seus fornecedores tinham grande interesse em manter trabalhadores em seu território através do sistema conhecido como *morada*, que consistia:

“(…) Numa modalidade de vinculação do trabalhador que supunha a venda da força de trabalho para o fazendeiro por um salário de menor valor, acrescido pela complementação oferecida pelo acesso às lavouras de subsistência, casa de morada, criação de pequenos animais, direito a utilização de lenha. Os trabalhadores tinham acesso a esta condição pelo reconhecimento de sua dedicação, enquanto diarista ou alugado ao fazendeiro, ou de sua imagem de bom trabalhador (...) (NEVES, 1997a: 51).

Herédia (1988) ressalta que nesta modalidade de trabalho a concessão do usineiro que fornecia a casa e roçado, e o reconhecimento a que se obrigava o *morador* que recebia estes “benefícios”, constituíam-se em elementos de um sistema único de dominação. Para Garcia Júnior (1989:38) “*ser morador ou tornar-se morador significava se ligar ao senhor do domínio de uma maneira específica, numa relação que supunha residência e trabalho simultaneamente.*”

De acordo com Neves (1997b) o processo de mecanização da agricultura, intensificado na década de 1970 pelo aumento do número de tratores e introdução das plantadeiras em embarcadeiras, proporcionou a Campos dos Goytacazes, imprimir um ritmo mais acelerado ao plantio e colheitas, diminuindo o número de horas de trabalho e de empregados permanentes nas usinas. Deste modo, a nova ordenação da produção acarretou a expulsão dos trabalhadores das fazendas de cana-de-açúcar e, portanto, desmantelou esse universo de pequenos produtores, transformando grande parte em proletários (Grabois, 1999). Lewin *et al* (2005) asseveram que foram inúmeras as denúncias e ações trabalhistas contra as usinas em Campos dos Goytacazes, que abrangiam desde a falta de pagamentos até a expulsão dos trabalhadores das casas de *morada*.

Ocorreu uma ruptura das formas de dominação tradicionalmente colocadas em prática pelos usineiros, até então reconhecidos pelo papel de provedor e patrão dos trabalhadores, por sua vez vinculados por subordinação legal e pessoal, através da condição de *morador*, nas terras pertencentes à agroindústria (Neves, 1997b). Deste modo, desde meados dos anos 1960 Campos dos Goytacazes assistia um processo intenso de migração de

trabalhadores da atividade canavieira, residentes no campo, para as periferias – acentuando o processo de favelização da cidade–, ou mesmo para as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro (Lewin *et al* 2005).

Em algumas localidades de Campos dos Goytacazes, formaram-se áreas periféricas em regiões próximas às usinas de cana-de-açúcar, caso observado, por exemplo, nas imediações do Distrito de Guarus, região que possui uma parte contígua a Usina São João. Todavia, os moradores expulsos das fazendas, mesmo alojados na zona urbana continuariam integrando as atividades ligadas à cana-de-açúcar, através do trabalho volante, favorecido pela realização de migrações pendulares.²⁹ Desta forma, Campos dos Goytacazes, na década de 1970 assistiu à generalização do trabalho tipo bóia-fria (Lewin *et al*, 2005).

Grabois (1999) assinala que tal situação culminou na reorganização dos espaços rural e urbano, fazendo com que o perímetro urbano assumisse a característica de um repositório de mão-de-obra, onde vive uma população proletária que trabalha fundamentalmente no meio rural. Isto só tornou-se possível porque a modernização na agroindústria canavieira foi parcial. Houve a mecanização do plantio, porém manteve-se o corte manual do produto, por meio da instauração do trabalho temporário.

A despeito do momento adverso para a atividade canavieira de Campos dos Goytacazes e do Norte Fluminense como um todo, na segunda metade da década de 1970, um evento atenuaria aparentemente a crise desencadeada pelo mencionado processo de reestruturação do parque industrial sucroalcooleiro: A criação do Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL), uma experiência do governo brasileiro, cujo objetivo era desenvolver fontes alternativas para geração de energia líquida, em que se pretendia diminuir a dependência que o país tinha de combustíveis fósseis (Alves, 1998).

Para tanto, seria necessário promover o aumento da produção de safras de cana-de-açúcar, bem como expandir a capacidade industrial de beneficiamento desta matéria-prima, visando à obtenção de álcool para substituir o petróleo e seus derivados, em especial a gasolina. A justificativa oficial para o aumento da produção de álcool era a necessidade do país encontrar um sucessor para a gasolina, e com isso atenuar os impactos negativos produzidos pelos choques provocados pela crise da Organização dos Países Exportadores de

²⁹ De acordo com Baptistella *et al* (1994) característica fundamental do trabalhador volante é que este é um assalariado rural, porém o seu custo de reprodução está determinado no setor urbano. Popularmente conhecidos como bóias-frias, são trabalhadores que, devido à instabilidade de emprego e à inexistência de um vínculo empregatício formal, atuam tanto no trabalho rural como buscam alternativas de trabalho no mercado urbano.

Petróleo (OPEP), e pela queda de preços do açúcar no mercado internacional (Azevedo, 2002); (Szmrecsányi e Moreira, 1999).

De acordo com Szmrecsányi e Moreira (1999) várias matérias-primas (como a mandioca, a madeira, o babaçu e a batata-doce) foram cogitadas na época, para esse propósito, todavia, a cana-de-açúcar conseguiu manter-se como elemento privilegiado. Tal fato leva os autores a inferir que o PROÁLCOOL foi formulado e estabelecido menos como uma solução para a "crise energética" do Brasil, do que como uma alternativa para a capacidade ociosa da sua agroindústria canavieira. Junto ao estímulo financeiro do governo para a produção de álcool oriundo da cana-de-açúcar, emergiu o interesse das indústrias automobilísticas em produzir modelos de automóveis movidos por este combustível, o que também contribuiu para a expansão das atividades produtivas do setor agroindustrial sucroalcooleiro (Neves, 1997a); (Azevedo, 2002).

Deste modo, segundo Alves (1998), de forma simplificada, podemos dividir o PROÁLCOOL basicamente em três fases. A primeira é marcada pelo incentivo à utilização do álcool anidro como aditivo à gasolina e pela implantação de destilarias anexas a usinas de açúcar.³⁰ A fase seguinte foi balizada pelo segundo choque do petróleo, em 1979, quando os preços deste produto, mais uma vez dispararam no mercado mundial. Nesse período houve a massificação de incentivos por parte do governo federal, para construção de destilarias autônomas voltadas à produção de álcool hidratado para uso direto nos veículos. Este é considerado o ápice do programa, em que a produção nacional de álcool atingiu cerca de 15 milhões de litros anuais. A partir destes estímulos, neste período, a produção fluminense alcançou a capacidade de moagem de 16 milhões de toneladas (Neves, 1997a). Lewin *et al* (2005) asseveram que a política de auto-suficiência energética posta pelo governo brasileiro por meio da produção do álcool proveniente da cana-de-açúcar, converteu as usinas em demandadoras de grandes quantidades de matéria-prima, o que fez com que estas investissem na aquisição de vastas extensões de terra. Para Szmrecsányi e Moreira (1999:73) os incentivos oriundos do governo:

³⁰ O álcool anidro possui características de pureza na ordem de 99,95%, com 0,05% de água, ou seja, é considerado isento de água. É miscível com a gasolina e tem como resultado, um combustível com características antidetonantes. Para cada 5% de álcool consegue-se um aumento de octanagem (compostos oxigenados que possuem características de aumentar a resistência do combustível a detonação), em aproximadamente 2 pontos percentuais, sem os problemas decorrentes da adição de chumbo tetraetila (CTE), que é bastante poluente. O Brasil foi um dos primeiros países e a banir o chumbo tetraetila da gasolina, passando a incorporar o álcool anidro como aumentador de octanagem. Isso elevou a gasolina do país ao patamar das de boa qualidade vendidas na Europa (Poydo, 1999:1).

(...) Capacitaram a agroindústria canavieira do Brasil a rapidamente alcançar e ultrapassar as metas de produção governamentais. Nos primeiros dez anos de existência do PROÁLCOOL, a produção brasileira de álcool aumentou a uma taxa média de 35% ao ano, sem que o setor deixasse de produzir volumosas quantidades de açúcar, tanto para a exportação como para o mercado interno. Uma tão rápida expansão só era possível à custa de grandes e graves distorções. No plano agrícola, ela provocou o excessivo crescimento de uma monocultura cheia de riscos, bem como uma exagerada concentração fundiária, extremamente deletéria do ponto de vista social.

A terceira fase é caracterizada pela crise do PROÁLCOOL. A partir de meados de 1980, o programa assistiu à queda do preço do petróleo no mercado internacional. Ao mesmo tempo, o país foi se tornando cada vez mais auto-suficiente nesse produto, em virtude da descoberta de bacias petrolíferas submarinas na costa brasileira, reduzindo as suas importações para menos que 40% do seu consumo. Uma das conseqüências foi a diminuição da participação de veículos movidos a álcool no setor automobilístico brasileiro. Com isso, o PROÁLCOOL foi se tornando cada vez mais oneroso e menos necessário para o país (Alves, 1998); (Szmrecsányi e Moreira, 1999).

Simultaneamente aos acontecimentos mencionados acima, emergiu a tensão econômica que assolou o país em 1980. Este período, popularmente conhecido como a *década perdida* da economia brasileira, tratou-se de uma conjuntura marcada pela desorganização econômica, e de um intenso processo inflacionário. O Brasil vivenciou então, uma das suas mais graves crises, o que levou a recessão e o desemprego a assumirem uma expressão até então desconhecida. A sucessão destes fatores abalou o setor canavieiro, repercutindo diretamente em Campos dos Goytacazes, uma vez que inviabilizou a continuidade da produção de álcool e comprometeu a viabilidade do PROÁLCOOL. Assim, após sessenta e quatro anos de intervenções do governo federal, a atividade canavieira experimenta, a partir de 1989, uma retração nos recursos governamentais injetados na indústria sucroalcooleira e, no início no da década de 1990 se depara com o desmonte do IAA bem como a extinção do PROÁLCOOL, pelo governo de Fernando Collor de Mello (Azevedo, 2002), (Szmrecsányi e Moreira, 1999).

De acordo com Lewin *et al* (2005), o IAA apresentou-se como um pilar importante da agroindústria canavieira campista, de modo que a partir da extinção deste órgão, é possível observar um visível declínio da produção açucareira na região. Portanto, o fim do IAA e a crise do PROÁLCOOL desencadeados, em parte, pelo período de recessão ocorrido nos anos 1980, atrelados à tensão anterior da década de 1970 provocada pela reestruturação das usinas,

como antes mencionado, culminou em um colapso no setor sucroalcooleiro entre 1980 e 1990 no Norte Fluminense. Neste período se observa então, uma concentração de falências de usinas sucroalcooleiras, principalmente em Campos dos Goytacazes, (de 26 restaram apenas 8) o que resultou no desemprego em massa e na formação de diversos latifúndios improdutivos na região.

Deste modo, se no momento de reestruturação das usinas nos anos 1960 e 1970, parte considerável dos trabalhadores da agroindústria canavieira conseguiu manter-se nos seus postos de trabalho, por meio da estratégia do trabalho volante como bóias-frias – mediante a precarização de suas atividades e expulsão das casas de *morada* –, com a crise do início dos anos 1990, a situação de desemprego se coloca em um patamar mais grave. Assim, em consequência das falências das usinas, estes indivíduos, se vêem obrigados a ajustar-se improvisadamente aos tipos de trabalhos requeridos na zona urbana. Entretanto, desqualificados profissionalmente, muitos apenas engrossaram as filas de desempregados que já existia na cidade, agudizando o problema da pobreza nas periferias.

2.3. A chegada do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Norte Fluminense e Campos dos Goytacazes

Diante da falência das usinas sucroalcooleiras, bem como da reestruturação do seu complexo produtivo, o Norte Fluminense a partir da década de 1990, torna-se palco de rearranjos territoriais. É neste contexto de desarticulação econômica e crise do setor canavieiro, que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) retoma suas atividades no Estado do Rio de Janeiro, e chega a esta região, que detém a maior parte as atividades agrícolas, abriga a maioria dos latifúndios e concentra a maior parte dos trabalhadores rurais do Estado (Alentejano 2005).

Deste modo, a Baixada Fluminense, local que anteriormente se constituiu na área foco das ações do MST no Estado do Rio de Janeiro, cede lugar ao Norte Fluminense, que passou a receber maior atenção. Tal região se tornou o epicentro das ações do MST no Estado a partir da mencionada década, quando Campos dos Goytacazes se destaca, dado o elevado número de fazendas e usinas de cana-de-açúcar desmanteladas, a concentração de terras improdutivas, e o cenário de desemprego e pobreza desencadeado pelas sucessivas falências das usinas (Macedo, 2006).

Para Gonçalves (2004), o aumento dos desempregados da cana-de-açúcar, a falta de alternativas aos trabalhadores urbanos, além do enfraquecimento do poder do usineiro, possibilitou ao MST, por meio de uma identidade em construção, desencadear a partir de 1990, a luta pela terra e contra a subordinação econômica e social, cristalizada pela atividade canavieira no Norte Fluminense. Alentejano (2005:7) ressalta então, que “*pela primeira vez o enorme e secular poderio dos latifundiários da cana-de-açúcar era colocado em questão*”. Deste modo, a chegada o MST nesta região, atesta a inauguração de uma nova fase história do Movimento no Rio de Janeiro. Novas demandas passam a integrar a estratégia do MST/RJ, cujas principais são o caráter rural-urbano e a política de interiorização da luta pela terra no Estado (Gonçalves, 2004).

Assim, a maioria das primeiras ocupações de terra realizadas pelo MST na região Norte Fluminense, foram empreendidas em terras pertencentes a usinas sucroalcooleiras falidas. Algumas propriedades se encontravam sob domínio do Banco do Brasil, em função das dívidas contraídas no momento da crise. A primeira ocupação, datada de 1996, ocorreu na fazenda Capelinha em Conceição de Macabu, município cuja principal atividade econômica fundamentava-se na agroindústria açucareira (Zinga, 2004). Diante da falência da Usina Victor Sence, que não conseguiu adaptar-se às reestruturações técnicas e econômicas do setor sucroalcooleiro, e do não pagamento dos devidos direitos trabalhistas, ex-trabalhadores desta usina e trabalhadores sem-terra da região organizaram-se e ocuparam tal fazenda. Em 1997, a fazenda Capelinha foi desapropriada, sob a pressão dos trabalhadores organizados pelo MST (Gonçalves, 2004).

A partir desta primeira ocupação, membros da organização nacional do MST, representados por um pequeno quadro de militantes oriundos dos estados de São Paulo e Paraná, se instalaram no Norte Fluminense, a fim de organizar o Movimento na região e, iniciar um amplo processo de ocupação de terras, de forma similar ao que havia ocorrido Pontal do Paranapanema, juntamente com militantes da própria região que, em um duplo intercâmbio, realizaram cursos de formação oferecidos pelo movimento, fora de Campos dos Goytacazes. Um dos fatores que alimentava a motivação das lideranças do MST para a realização de ocupações nesta região era a existência de inúmeras fazendas pertencentes às usinas de cana-de-açúcar, falidas desde meados de 1980 (Pedlowski *et al*, 2007); (Zinga, 2004).

Assim, a chegada do MST à região e sua aliança com os sindicatos e organizações, tais como a Comissão Pastoral da Terra, provocou a generalização das ocupações como

instrumento de luta pelo retorno à terra e, abriu a possibilidade de incorporação de ex-trabalhadores da cana-de-açúcar e desempregados que viviam nas pequenas cidades das redondezas no Movimento, a partir da segunda metade da década de 1990. Integrantes do MST passaram então a ocupar as antigas fazendas produtoras de cana-de-açúcar que se localizavam em terras consideradas improdutivas. Entraram nos latifúndios falidos, montaram barracas e ergueram a bandeira. Enfraquecidos, muitos latifundiários não tiveram como preservar a inviolabilidade do território de suas usinas. Houve os que preferiram tê-los desapropriados para se beneficiar com as indenizações do governo e houve os que resistiram com violência às ocupações.³¹

Desta forma, a partir de 12 de abril de 1997, o MST ganha maior visibilidade no Norte do Estado, uma vez que empreende sua primeira ocupação no centro econômico da região: Campos dos Goytacazes. Esta ocupação, que posteriormente deu origem ao Assentamento Zumbi dos Palmares, foi realizada nas terras da Usina São João, situada dentro dos municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco do Itabapoana, distando 7 km do centro de Campos. Contudo, o planejamento desta ação iniciou-se quatro meses antes, quando membros do MST, instalaram-se em Campos dos Goytacazes, mapearam a localidade que seria ocupada e realizaram cadastramentos de famílias para a ocupação. Para tanto, percorreram toda a área urbana e rural da cidade contactando, principalmente, associações de moradores rurais ou das periferias urbanas, a fim de explicar a proposta do Movimento para ao município (Lewin *et al*, 2005).

Alentejano (2005) observa que a partir destas ações, percebe-se uma nova orientação nas atuações do MST/RJ que, situado em um Estado caracterizado por ampla taxa de urbanização, – apenas 4% da população do Rio de Janeiro encontram-se no campo –, se depara com a necessidade de incluir em seus processos reivindicativos de luta pela terra, moradores das periferias urbanas. O autor pontua ainda que esta situação é expressiva na região Norte Fluminense, onde a maior parte dos empregados, subempregados e desempregados do setor canavieiro habita as periferias das cidade. Por isso, afirma que o cenário encontrado pelo MST em Campos dos Goytacazes no que concerne, principalmente, ao perfil de seus trabalhadores rurais, distancia-se do que seria a realidade da base original preconizada pelo MST, os pequenos produtores pauperizados ou expropriados (Alentejano 2005).

³¹ www.lonasebandeiras.com.br.

Para Lewin *et al* (2005), importância da ocupação na Usina São João repousa no fato de que esta significou uma relativa alteração da forma de realização das ocupações pelo MST, que antes se encontrava afastado do Estado do Rio de Janeiro. Em virtude de Campos dos Goytacazes configurar-se em uma região cujas raízes históricas apontam para a dominação do espaço e poder por um pequeno grupo, os usineiros e seus descendentes, além de abrigar uma vertente católica tradicionalista, traduzida na organização Tradição Família e Propriedade (TFP), o Movimento encontrou diversas resistências, a partir da ocupação das terras pertencentes à Usina São João.

Em seu início, esta ocupação contou com aproximadamente setecentas e trinta famílias, que se distribuíram no complexo de nove fazendas da extinta Usina São João, que somavam um total de 8.500 hectares. A desapropriação da Usina São João foi concluída em outubro de 1997, e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) começou a cadastrar os futuros assentados em novembro do mesmo ano. Com isso, novas famílias entraram no assentamento, juntando-se às famílias trazidas pelo MST. Dentre as famílias que formaram o contingente inicial de ocupantes se encontravam também membros do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município de São Francisco de Itabapoana. (Zinga, 2004; Aquino, 2006). Um terceiro grupo de ocupantes era formado por ex-trabalhadores da Usina São João (muitos já residindo previamente na área), que foram orientados por seus advogados a se juntarem aos novos ocupantes. (Zinga, 2004).

Em 1998, por orientação do MST e de acordo com a decisão de uma assembléia geral dos assentados, a área foi dividida em cinco núcleos, para acomodar um número estimado de quinhentas e quatro famílias (Aquino, 2006), (Zinga, 2004). Contudo, Pedlowski *et al* (2007), ressaltam que o processo de parcelamento da área não ocorreu de forma passiva. Devido à experiência acumulada na conformação de assentamentos em outras partes do país, o MST defendia a adoção de modelos coletivos de utilização da terra. Porém, mais uma vez o Movimento se esbarrou na peculiaridade dos integrantes dos acampamentos da região, cuja maioria, habituada ao uso, bem como à propriedade individual dos recursos, opôs-se ao sistema de cooperação simbolizado pela proposta das agrovilas. Diante disso, alterando sua estratégia inicial, o MST direcionou suas ações para a demarcação e localização espacial dos lotes.

Neste sentido, Giuliani e Castro (1996) observam que é fundamental refletir acerca dos tensionamentos e limites da ação dos indivíduos no interior dos assentamentos, cujo objetivo é perceber em que sentido as estratégias coletivas inspiradas pelos Movimentos Sociais ou

pelos programas do Estado podem entrar em conflito com formas anteriores de organização inspiradas na posse da terra, como no caso observado. Assim, é preciso considerar a possibilidade do desejo por parte dos indivíduos de aderir a novas formas de cooperação ou mesmo atuar individualmente no mercado, bem como a proximidade das áreas de assentamentos com os núcleos urbanos.

Diante do que foi dito, percebe-se que a despeito do êxodo rural decorrido das tensões na atividade sucroalcooleira, curiosamente, as sucessivas crises deste setor, a partir de meados de 1990, provocará também um efeito contrário no Norte Fluminense: um relativo processo de *ruralização*.³² Em outras palavras, tal crise desencadeou o retorno ou entrada de indivíduos no campo, embora este não represente ainda um fenômeno de grande expressão no âmbito da demografia. Ora, o latifúndio é uma modalidade de propriedade que geralmente emprega pouca mão-de-obra, portanto, partir da ocupação e posteriormente, criação de um assentamento há uma alteração visível, em termos da inclusão de pessoas naquele espaço

Assim, em virtude do insucesso na experiência migratória principalmente para os centros urbanos, provenientes das dificuldades atravessadas no campo proporcionado pelo declínio da atividade sucroalcooleira, freqüentemente, uma das saídas encontradas pelos trabalhadores agrícolas residentes na periferia urbana para enfrentar o desemprego no setor sucroalcooleiro e a falta de alternativa de emprego na zona urbana – problemas que perduram até os dias de hoje – tem sido a ocupação de terras pertencentes a fornecedores ou a usinas falidas. A estes trabalhadores juntam-se muitos desempregados que também vivem na periferia urbana. Após a primeira ocupação descrita acima, marco central para o início das ações do MST em Campos dos Goytacazes, outros acampamentos surgiram, e deles, depois de anos de luta e negociações, derivaram alguns assentamentos (Figura 4).

³² Maiores detalhes ver Targino e Moreira (2000).

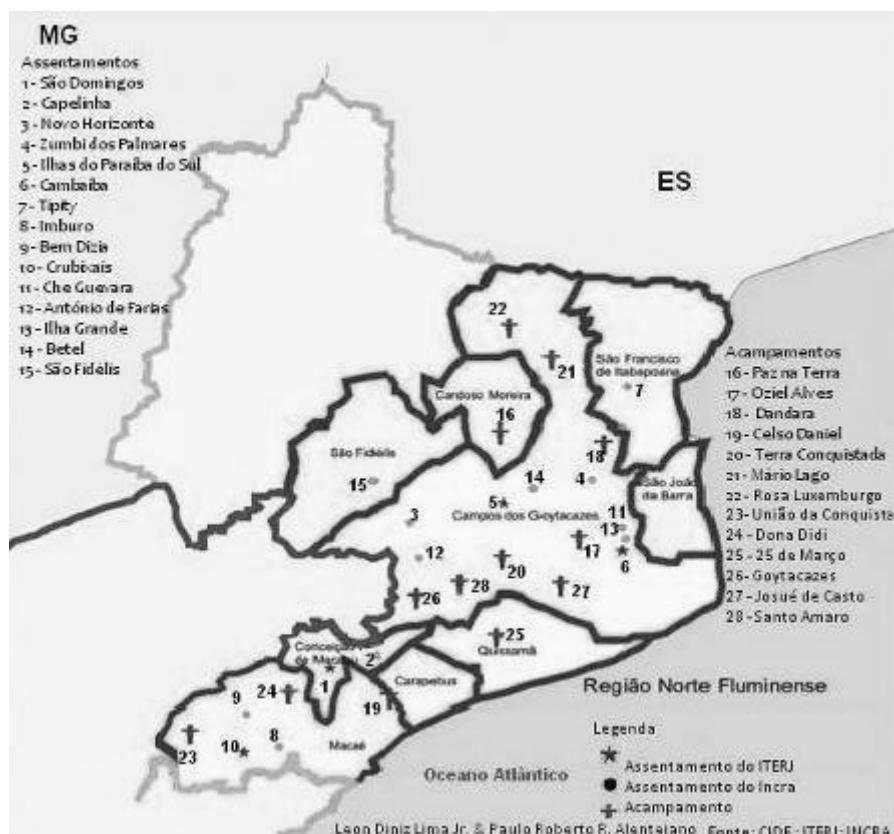


Figura 4 - Assentamentos Rurais e Acampamentos de trabalhadores rurais no Estado do Rio de Janeiro – 2005.
 Fonte: <http://www.geocities.com/bibpopulares/index.html> / (Diniz & Alentejano 2005).
 Adaptado pela autora.

Diante dos debates sobre a atualidade da reforma agrária, um ponto de confluência analítico tem sido a discussão do lugar e papel do Estado na sua viabilização (Pedlowski *et al*, 2007). Autores como Sigaud (2005) e Fernandes (2000) apontam uma ligação direta entre a formação de acampamentos e, posteriormente, instauração de assentamentos rurais pelas instâncias governamentais, o que pode ser observado empiricamente, quando analisamos as relações que estão em jogo no estabelecimento dos assentamentos de reforma agrária localizados na região Norte Fluminense.

De acordo com Sigaud (2005), o Estado brasileiro ainda não desenvolveu uma política própria de desapropriação de imóveis improdutivos. Desta forma, para a desapropriação de estabelecimentos rurais e, conformação de assentamentos de Reforma Agrária, o Estado depende diretamente das indicações fornecidas pelos movimentos sociais, a partir das ocupações por estes empreendidas em áreas improdutivas. Para a autora, a consequência é a criação de um laço de dependência e cooperação tácita entre o órgão de governo responsável pelas desapropriações, o INCRA, e os movimentos sociais. Em linha de pensamento semelhante, Fernandes (2000; 2004), afirma que a luta política desenvolvida por meio das

ocupações, se tornou a principal forma de acesso à terra, o que para o autor é evidenciado pela constatação de que a maior parte dos assentamentos rurais instituídos é fruto das ocupações de terra empreendidas por movimentos sociais.

CAPÍTULO III - Caminhos Metodológicos

“(...) As situações empíricas observadas, por serem históricas, são ambíguas. De fato, pode-se perceber a história como uma contínua produção e resolução de ambigüidades. Modelos nunca são iguais à realidade, se por esta última se entende a concretude histórica que é, essencialmente, movimento (WOORTMAN, 1990:13).”

A proposta deste capítulo é reunir e apresentar os instrumentos e referenciais metodológicos utilizados, principalmente para a coleta dos dados empíricos. Isto pressupõe como indica Demo (1989) *apud* Martins (2004), a compreensão da metodologia como uma espécie de conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, o que denota também a necessidade de questioná-la quanto a seus limites e possibilidades.

Segundo Weber (1986) é por meio dos procedimentos metodológicos fornecidos pela ciência, que o pesquisador torna-se capaz de interpretar a realidade. Todavia, os resultados alcançados por alguns pesquisadores nem sempre coincidem com os resultados obtidos por outros, ao estudarem o mesmo assunto. De acordo com o autor, tal variação deve-se ao fato do conhecimento ser historicamente demarcado e, também em função dos métodos, teorias ou recortes empregados. Isto demonstra a existência de diversas possibilidades que podem ser utilizadas no estudo de um determinado assunto.

Deste modo, de acordo com Becker (1994) *apud* Boni e Quaresma (2005), por mais simples que possam ser as aspirações do pesquisador acerca de qualquer estudo da realidade social, além de fundamentar-se em um arcabouço teórico, é importante que o mesmo aponte os motivos correlacionados à escolha do objeto bem como, os caminhos teóricos e práticos percorridos na realização da pesquisa. Para Duarte (2002), isto se torna essencial, pois se as conclusões só são formuladas mediante os procedimentos de pesquisa que utilizamos para apreensão dos dados e análise dos resultados, mais que cumprir mera formalidade, explicitá-los pode oferecer a outros a possibilidade de refazer o caminho e, desta maneira, analisar com mais segurança as afirmações que fazemos. Deste modo, em linha de pensamento semelhante à de Becker (1994) e Duarte (2002), também para Sampaio (2001) é fundamental evidenciar a forma como a pesquisa foi elaborada, os procedimentos metodológicos e os recursos técnicos utilizados, para inclusive justificar os resultados obtidos, permitindo então, uma relativização das realidades apreendidas.

Assim, em um momento posterior, papel central tem análise das informações coletadas ao longo do trabalho de campo, tendo como suporte de sustentação os conceitos teóricos até aqui abordados. Contudo, é preciso ressaltar que tais informações não se tratam da realidade transportada para o trabalho, tal como ela se apresenta. Mas, refletem as interpretações da pesquisadora acerca dos dados, uma vez que estes “*não são objetivos, peças da verdade, mas antes, socialmente construídos* (Menezes, 2003:30)”, através das relações sociais desencadeadas durante o contato entre pesquisadora e informantes. O que temos então são interpretações das interpretações (Geertz, 1989). Entretanto, como defende Bourdieu (2005):

(...) Construir um objeto científico é, antes de mais nada e, sobretudo, romper com o senso comum, quer dizer, com as representações partilhadas por todos, quer se trate de simples lugares, comuns da existência vulgar, quer se trate das representações oficiais, freqüentemente inscritas nas instituições, logo ao mesmo tempo, na objetividade das organizações sociais e nos cérebros. O pré-construído está em toda parte. O sociólogo está literalmente cercado por ele, como está qualquer pessoa. O sociólogo tem um objeto a conhecer, o mundo social de que ele próprio é produto e, deste modo, há todas as probabilidades de os problemas que põe em si mesmo acerca desse mundo, os conceitos (...) seja produto deste mesmo objeto (BOURDIEU, 2005:26-7).

Apesar de investigador e investigados integrarem o mesmo universo de experiências humanas, o relacionamento no trabalho de campo apresenta-se como um processo de constante negociação, abalizado pelas diferenças sociais entre estes dois lados, bem como pelos interesses que permeiam ambas as partes (DaMatta, 1991); (Menezes, 2002). Pouco importa a duração do trabalho de campo, bem como a proximidade do pesquisador com as pessoas estudadas, diferenças sempre existirão, sejam elas de classe, gênero, idade, cultura, poder (Menezes, 2002). Por isso, as construções elaboradas pelo pesquisador são sempre parciais, dependendo de documentos, observações, sensibilidades e perspectivas (Martins, 2004).

Apoiada em DaMatta (1991), Martins (2004) assevera que tal constatação não inviabiliza o trabalho, mas nos alerta para a importância de se reconhecer que na pesquisa sociológica não é possível ignorar a influência da posição, da história biográfica, da educação, interesses e preconceitos do pesquisador. A diversidade fundada nos múltiplos relacionamentos existentes no trabalho de campo deve ser encarada não como obstáculo, mas como base para a compreensão dos conteúdos, estratégias e narrativas produzidos (Menezes, 2002).

Assim, o que se pretendeu aqui foi analisar as interpretações e significações estabelecidas pelos assentados rurais a respeito de suas trajetórias ocupacionais e migracionais até a chegada ao assentamento, expressas, sobretudo, em seus diálogos travados nas entrevistas realizadas. Neste sentido, apreender as trajetórias destes assentados contribuiu também para entender o sentido de suas práticas cotidianas, bem como as percepções construídas acerca das dimensões urbana e rural, espaços transitados pelos assentados freqüentemente. Neste contexto, a noção de habitus serviu como instrumento de análise, já que de acordo com Bourdieu (2007) podemos encontrar no habitus, o princípio ativo que favorece a unificação das práticas e das percepções. O autor ainda adverte que a única forma de aprendermos tais percepções consiste, talvez, em tentar apanhá-las na unidade de uma narrativa, como as presentes nas histórias de vida, entrevistas, etc.

Em virtude de se tratar de um estudo de caso, o que se buscou a partir da coleta de dados, não foi elaborar uma teoria geral sobre as migrações de retorno ou entrada no campo. Mas sim, a partir do conhecimento já produzido, articulado às informações apreendidas, compreender por meio dos relatos de assentados, como se deu o processo das migrações rural-urbano-rural e urbano-rural, resultantes da implementação de assentamentos de reforma agrária, em uma região historicamente fundamentada em propriedades destinadas a plantation de cana-de-açúcar. Localidade onde o processo de desapropriação de terras de usinas para reforma agrária desencadeando a partir dos anos 1990, colocou não só para os assentados, mas para os habitantes da região, novos embates e desafios, causando uma ruptura, quando não, abalos em relações e sistemas de regras aparentemente consolidados.

3.1. Construção do problema da pesquisa

(...) A construção do objeto não é um plano que se desenha antecipadamente, à maneira de um engenheiro: É um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas, de segredos por o que se chama de ofício, que dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo menores e decisivas (BOURDIEU, 2005:26-7)

Como enfatizam Menezes (2002) e Sayad (1998), a temática das migrações é abordada pelos mais diversos ramos da ciência como a demografia, geografia, sociologia, antropologia,

política, direito, etc. Em geral, as análises centram-se no tratamento quantitativo do assunto. Todavia, a proposta presente neste trabalho, de estabelecer uma reflexão acerca das migrações rural-urbano-rural e urbano-rural alternativa aos estudos quantitativos sugeriu, imediatamente, análises qualitativas.³³ Para Cavignac (2001), o método biográfico parece ser o mais indicado para um estudo sobre os migrantes.

Não se tratou, porém, de considerar aqui, unicamente o âmbito subjetivo (uma vez que se observou também informações quantitativas)³⁴, mas foi despendida uma atenção maior às experiências vivenciadas e explicitadas pelo grupo estudado ao longo dos deslocamentos até a chegada e vida nos assentamentos rurais. Menezes (1992) *apud* Cavignac (2001) observa que a partir de estratégias metodológicas subjetivas o pesquisador possibilita ao migrante avaliar a sua trajetória de vida, isto nos permite então, resgatar fatos, percepções, visões do mundo, perspectivas de vida, e opções do migrante. Assim, na contramão da tendência clássica da abordagem sobre a questão migratória, o que se buscou aqui foi empreender uma reflexão especialmente qualitativa acerca das migrações de retorno ou entrada no campo, motivadas pela constituição de assentamentos de reforma agrária, em Campos dos Goytacazes.

Acredita-se que as vivências e conhecimentos que deram origem às trajetórias dos assentados influenciam na conformação de um habitus específico, a partir da internalização e externalização de experiências, bem como por meio da construção e reconstrução de identidades. Estes fatores, por seu turno, orientam as ações cotidianas dos indivíduos no espaço dos assentamentos. Daí emergiu a proposta de apreender, através do ponto de vista destes migrantes, agora assentados, aspectos que os números por si só não podem abarcar, como os significados, as percepções e as relações sociais que envolvem as migrações em direção ao campo, por meio do estabelecimento do processo de Reforma Agrária.

Deste modo, diferentemente da abordagem estatística que agrupa indivíduos e os traduzem em números para estabelecer uma análise mais abrangente e generalizada, aqui os mesmos foram tomados como agentes portadores de expectativas, valores e projetos de vida,

³³ De acordo com Demo (2001) quando uma pesquisa centra-se na análise da realidade dinâmica não-linear, principalmente se há a exigência de uma contextualização histórica, interpretação e reinterpretação, o método qualitativo torna-se pertinente.

³⁴ Bourdieu (2005) destaca que as opções técnicas empíricas são indissociáveis das opções mais teóricas. Segundo o autor, pode-se seguramente combinar a mais clássica análise estatística com um conjunto de entrevistas em profundidade ou de observações etnográficas. Contudo, ao enfatizar a importância da combinação de métodos qualitativos e quantitativos o autor ressalta a necessidade de uma extrema vigilância das condições de utilização das técnicas, da sua adequação ao problema posto e às condições de seu emprego.

nem sempre coincidentes, dada a origem e vivências de cada um.³⁵ Por isso, apoiando-se em Neves (1997) foi preciso observar os discursos dos assentados, de modo a entender certas implicações do processo de mudança social por qual passaram, até o ingresso em um assentamento de reforma agrária.

Embora o exame das percepções e visões de mundo dos assentados seja a estratégia fundamental, é necessário atentar-se para o fato de que esta proposta também apresenta dificuldades. Uma das principais dificuldades repousa no fato de que freqüentemente, em seus discursos, os assentados remontam seu passado como uma situação caótica, a fim de enfatizar a importância que o assentamento, como espaço de residência e reprodução social, representa para os mesmos. Neste sentido Neves (1997), adverte que:

Se é fundamental o entendimento do processo de mudança social pelo como ele se dá à consciência por aqueles que o vivem, isto não significa que o pesquisador deva ter a ingenuidade de entender este ponto de vista no seu sentido estrito. Através do aguçamento da situação definida por crise ou desnaturalização de modos de vida anteriores, fundamentais a própria mudança, o pesquisador pode, por um lado, explorar as regras e valores fundamentais à organização do discurso sobre o caos. Por outro lado, revelar os princípios e os valores estruturantes de um grupo (NEVES, 1997b:22).

Não obstante, como as posições do pesquisador e pesquisados não são fixas, podem ser freqüentemente manipuladas, dependendo do informante bem como de situações específicas (Menezes, 2002). Deste modo, por vezes fez-se necessário problematizar as estratégias utilizadas bem como as informações delas emanadas, cujo intuito foi o de não priorizar nas análises apenas as informações sobre um passado caótico, reveladas pelos assentados.

Neste sentido, emergem as colocações de Geertz (1989) que, desenvolvendo um ensaio crítico dos métodos modernos de coleta de dados aplicados às ciências sociais, e a

³⁵ De acordo com Minayo (1996) apud Boni e Quaresma (2002) “*as pesquisas qualitativas na Sociologia trabalham com: significados, motivações, valores e crenças e estes não podem ser simplesmente reduzidos às questões quantitativas, pois respondem a noções muito particulares. Entretanto, os dados quantitativos e os qualitativos acabam se complementando dentro de uma pesquisa.*” Deste modo, não se tratou aqui de interpretar a metodologia qualitativa como instrumental superior ao método quantitativo, mas sim, partiu-se do pressuposto de que uso de uma ou outra metodologia depende diretamente do tipo de problema colocado e dos objetivos da pesquisa (Martins, 2004).

partir do exemplo da conhecida metáfora da piscadela³⁶, defende que a pesquisa, (neste caso Geertz fala diretamente da etnografia, mas acreditamos que seus pressupostos também podem ser estendidos a sociologia), não se configura apenas em uma questão de metodologia, ou seja, não se resume a técnicas ou procedimentos. Pesquisar pressupõe, sobretudo, um esforço intelectual para a elaboração do que este autor denomina “descrição densa”, que por sua vez, significa não apenas observar e recolher dados, mas sim percebê-los e interpretá-los, considerando o significado das ações humanas e como as pessoas interpretam seus atos.

Igualmente, para Ginsburg (1989), a partir do momento em que percebemos os dados como construções de outras pessoas – o que de forma alguma os desvalorizam –, é importante não tomar as informações como algo dado, designativo. Ou seja, é imprescindível empreender um olhar mais cuidadoso diante das fontes e sobre os dados obtidos. Daí emerge a idéia da análise minuciosa de cada detalhe, pois para este autor, é exatamente nos fatos mais negligenciáveis que se encontram as respostas mais abrangentes.

Demo (2001) sugere então, a realização do que chama de *standpoint epistemology*, diretriz que defende que o cientista social deve sempre empreender o exercício de tentar se colocar no lugar do entrevistado. Para Gonçalves (2007), embora essa tentativa se esbarre na limitação e impossibilidade de um sujeito pensar dentro da cultura do outro, tal entrave serve ao menos, como um desafio capaz de cooperar com uma melhor compreensão desse outro, através da busca de sinais que auxiliem na sua interpretação, por meio de aspectos como cultura, história, maneira de expressar-se, entre outras. No entanto, Geertz (1989) nos adverte que não cabe ao pesquisador imitar ou mesmo transformar-se no outro. Conversa-se com ele visando alargar o universo humano.

Diante das dificuldades e propósitos acima evidenciados, para tornar a presente proposta de pesquisa viável, como grande parte das pesquisas em Ciências Sociais, fez-se necessário um recorte analítico, em função do considerável número de assentamentos rurais localizados na região Norte Fluminense. Por isto, optou-se aqui por estabelecer a pesquisa entre os assentados dos assentamentos rurais Ilha Grande e Che Guevara. Como é sabido, estes assentamentos, apesar de configurarem espaços heterogêneos, compartilham de alguns

³⁶ Geertz (1989) exemplifica a importância da interpretação para as reflexões de uma pesquisa, por meio do trabalho de Gilbert Ryle, onde analisa sob várias situações as contrações de uma pálpebra, a linguagem, a comunicação, a informação, o entendimento estabelecido a partir de piscadelas e os efeitos diante dos seus significados apreendidos, conforme códigos (culturais) fixados. Para maiores detalhes ver Geertz (1989:17).

aspectos similares a outros localizados no Norte Fluminense³⁷, portanto, o foco principal da análise se concentrou não nestes espaços em si, mas nos integrantes que os compõem.

Deste modo, embora o trabalho de campo tenha sido sediado nestes assentamentos, a atenção foi centrada mais nos assentados, – em que pese aspectos como suas trajetórias ocupacionais e migracionais, as percepções sobre campo e cidade, as funções exercidas no contexto da produção açucareira, – que nos assentamentos, considerados como casos específicos, de modo a observar as afirmações de Geertz (1998:13) que defende que:

O lócus do estudo não é o objeto do estudo. Os antropólogos não estudam as aldeias (tribos, cidades, vizinhanças...), eles estudam nas aldeias. Você pode estudar coisas em diferentes locais, e algumas coisas (...) podem ser melhor estudadas em localidades isoladas. Isso não faz do lugar o que você está estudando. (GEERTZ, 1989:32).

Temos ciência de que é preciso relativizar as conclusões edificadas por meio desta pesquisa, por tratar-se de um recorte da realidade. No entanto, isto não desvaloriza o trabalho, posto que o mesmo coloca mais uma vez o debate acerca de questões concernentes ao processo de reforma agrária implementado no Rio de Janeiro³⁸.

3.2. As áreas de estudo de caso

Os assentamentos Ilha Grande e Che Guevara, locais onde o trabalho de campo para este estudo foi empreendido, situam-se na região Norte Fluminense, no município de Campos dos Goytacazes. A escolha destes assentamentos para a realização da pesquisa deveu-se por um lado ao passado da utilização das terras que hoje os abrigam, destinadas ao cultivo de cana-

³⁷ Assim como outros assentamentos rurais localizados na região Norte Fluminense, os assentamentos Che Guevara e Ilha Grande foram constituídos na segunda metade da década de 1990, por meio de ocupações empreendidas pelo MST aliado a outras instituições, em terras anteriormente pertencentes a usinas sucroalcooleiras falidas. O ponto fundamental considerado nos assentamentos foi o de se localizarem numa região cuja economia fundamentou-se, num passado recente, na monocultura da cana-de-açúcar. Característica que contribuiu para o amoldamento do território local, bem como com a formação de sua estrutura fundiária.

³⁸ De acordo com Bourdieu (2005: 32-33): “*é necessário interrogar sistematicamente o caso particular, para retirar dele as propriedades gerais ou invariantes que só se denunciam mediante uma interrogação assim conduzida. Assim, é preciso mergulhar completamente na particularidade do caso estudado sem que nela nos afogemos (...) e realizarmos a intenção de generalização, que é a própria ciência, não pela aplicação de grandes construções formais e vazias, mas por essa maneira particular de pensar o caso particular que consiste em pensá-lo verdadeiramente como tal*”.

³⁸ Ver item 3.2. A inserção no campo.

de-açúcar, aspecto comum a muitas regiões de Campos dos Goytacazes, e por outro a realização pretérita de uma pesquisa de iniciação científica nestes assentamentos.³⁹

Tais assentamentos foram resultantes de uma ocupação organizada e realizada pelo MST, em janeiro de 1998, em duas fazendas do Conjunto Marrecas, pertencentes à Companhia Agrícola Baixa Grande, também proprietária da Usina Santo Amaro, e de uma ampla extensão de terras na região da baixada Norte Fluminense. Tais fazendas eram denominadas, respectivamente, “Fazenda Ilha Grande” e “Fazenda Marrecas”. Ambas são situadas na localidade de Marrecas que dista, aproximadamente, 48 quilômetros da cidade de Campos dos Goytacazes e, foram obtidas pelo Banco do Brasil através de leilão (PDA Che Guevara, 2001; PDA Ilha Grande, 2002).

Os proprietários da Companhia e, portanto, da fazenda, segundo relatos dos próprios assentados, eram cubanos. A fazenda pertencia inicialmente a um cubano, que quando faleceu deixou as terras para seu filho. O primeiro é comumente lembrado por alguns assentados como um homem justo e honrado, que mantinha os diversos compromissos da fazenda, bem como os pagamentos em dia. Já o segundo, o filho, é referenciado como um indivíduo inconseqüente, que não assumia corretamente os compromissos oriundos da fazenda e do trabalho com a cana-de-açúcar:

A história que eu sei é que eles eram cubanos e vieram explorar trabalhador aqui. Já eram usineiros lá. E o filho do usineiro, o Fernando Delarriba, o pai morreu, o filho assumiu a fazenda e se envolveu com crime (...). A fazenda praticamente faliu e mais uma vez o Che Guevara veio revolucionar aqui, então a gente colocou o nome aqui em homenagem ao Che Guevara (D.).

Mas a gente já sabia que ele ia pro brejo, ele era meio louco. Porque o pai dele botou [as fazendas] na mão dele duas ou três vezes pra tomar conta (...). Ele tinha os cavalos pra jogar pólo então ele ligava pouco pra muita coisa. Às vezes ele vinha ali pra cima, ali tem um galpão (...), vinha pra ali, chegava ali era um tiroteio pra cima. (...) Era cubano, aí parece, dizem, não tô afirmando não, dizem que ele veio de lá fugido. Aí veio parar aqui. O pai dele deixou [as fazendas] pra ele e aí ele foi pro fundo. Não tinha administração (Seu J. Q.).

Na época do pai dele não era assim não. Na época do pai dele, menina! Era tudo em dia (Seu J. A.).

Aí faliu, faliu foi porque quando o pai do cubano novo era vivo né, era um homem assim que andava com as coisas direito, pagava direitinho. Não fazia doideiras. Aí depois que o homem morreu o filho começou fazendo

³⁹ Ver item 3.2. A inserção no campo.

doideiras. É... Andava com cavalos em corridas pra fora, quase toda semana ele vinha a fazer essa viagem. Aí botou muita gente também que roubava ele (S. J).

Com o fechamento da usina, em meados da década de 1990, as terras das fazendas deixaram de cumprir sua função social. Assim, antes mesmo da ocupação, mais precisamente em 28 de outubro de 1997 a área que hoje comporta os dois assentamentos, já havia sido declarada como improdutiva por técnicos do INCRA, e pertencia ao Banco do Brasil, o que pode ter sido responsável por diminuir a intensidade dos conflitos, conforme afirmam Seu J.Q e Dona D. :

(...) O assentamento daqui faz de conta que foi um monte de irmão que o pai chegou e dividiu um pedaço de terra pra cada filho. Não teve quizumba, não teve nada. E lá pra fora você vê o pau comer, vê morte. (...) Porque aqui [a fazenda] já não era do cubano, era do banco. (Seu J. Q.).

Muitas vezes o oficial de justiça veio, mandou todo mundo embora, mas a gente resistia. Mas polícia vinha não para atacar a gente. Vinha porque o cara chamava, mas chegava aqui e não fazia nada com a gente não. Foi uma ocupação muito respeitosa com a gente. (...) Da parte dos policiais foi (Dona D.).

O Assentamento Ilha Grande possui uma área de 1.181,440 hectares e comporta atualmente cinquenta e oito famílias cujo lote tem em média 11,03 hectares (Figura 5). (PDA Ilha Grande, 2002).

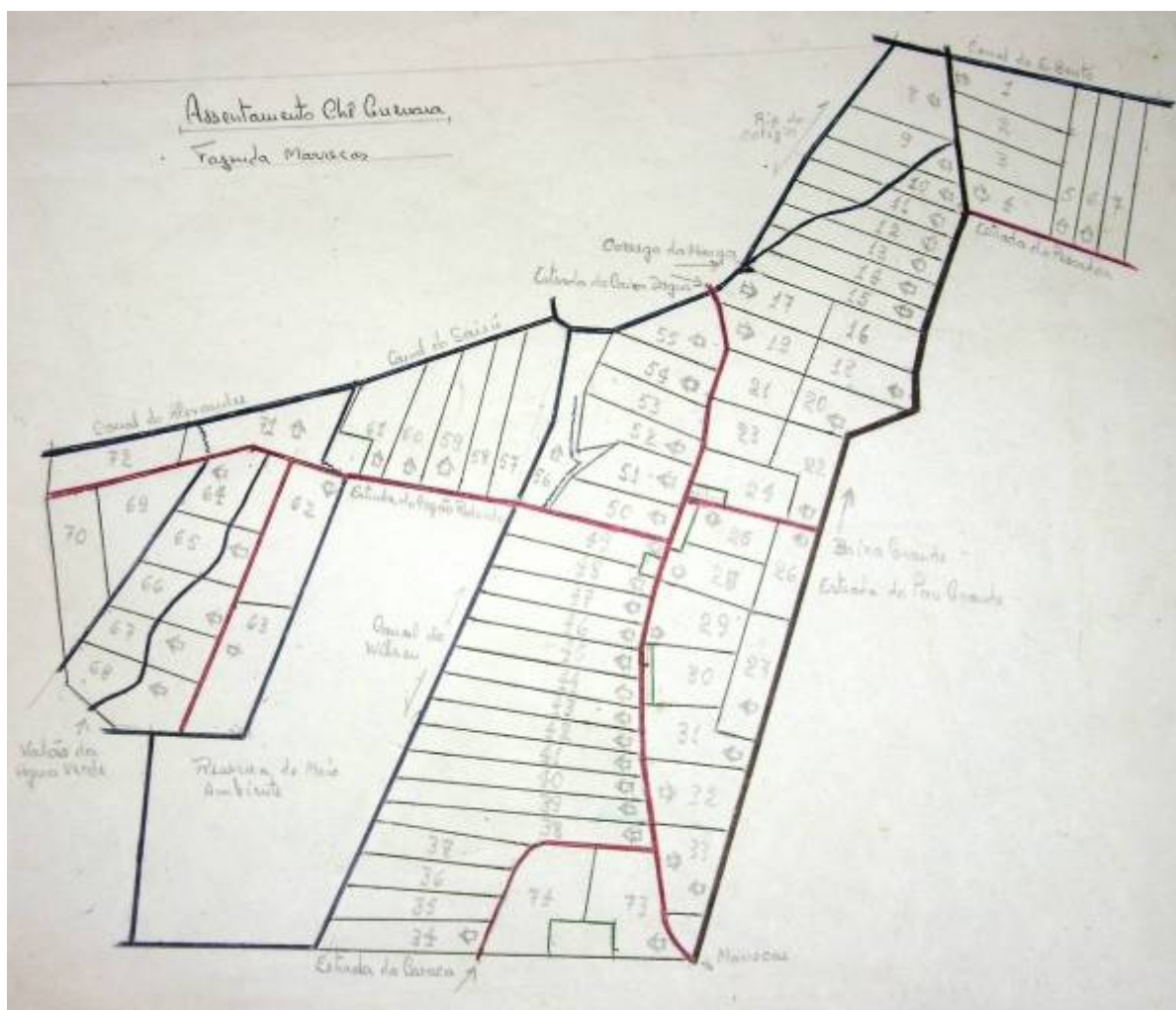


Figura 6 - Croqui do Assentamento Che Guevara feito por um assentado.

Originalmente, as ocupações das Fazendas Ilha Grande e Marrecas foram realizadas pelo mesmo grupo. Apesar disso, segundo informações provenientes dos próprios assentados, no momento da conformação do assentamento, a Fazenda Marrecas foi desapropriada primeiro, por isso o INCRA decidiu dividir o grupo. Muitos moradores ainda hoje questionam esta divisão, que para alguns foi arbitrária. As fazendas são adjacentes, de modo que ao caminhar nos espaços dos dois assentamentos, o transeunte inicialmente, não consegue distingui-los, uma vez que os lotes são contíguos.

Situados relativamente próximos a Campos dos Goytacazes, a principal via de acesso aos assentamentos é a BR-101. Desta forma, chega-se aos assentamentos percorrendo oito quilômetros de estrada de chão a partir da Estrada Babosa (PDA Che Guevara, 2001; PDA Ilha Grande, 2002). Em virtude de terem opções de transporte que possibilitam o acesso ao centro da cidade, como vans e ônibus pertencentes a duas empresas de transporte coletivo, muitos assentados têm um contato freqüente com o cotidiano urbano. O acesso por meio do

transporte coletivo a algumas áreas dos assentamentos durante o dia é facilitado, já que há no terminal Rodoviário Roberto Silveira, localizado no centro de Campos dos Goytacazes, popularmente conhecido como *Rodoviária Velha*, linhas de ônibus que circulam em diversos horários no período diurno, entre Campos e Marrecas. Porém, alguns lotes dos assentamentos são distantes da estrada principal que corta a área, exigindo que o assentado percorra consideráveis distâncias a pé, até chegar ao ponto de ônibus mais próximo.

A população dos dois assentamentos é composta predominantemente por adultos, em sua maioria do sexo masculino, entretanto, o grupo etário que comporta o maior número de indivíduos é o de jovens entre 9 e 17 anos (Figura 7).

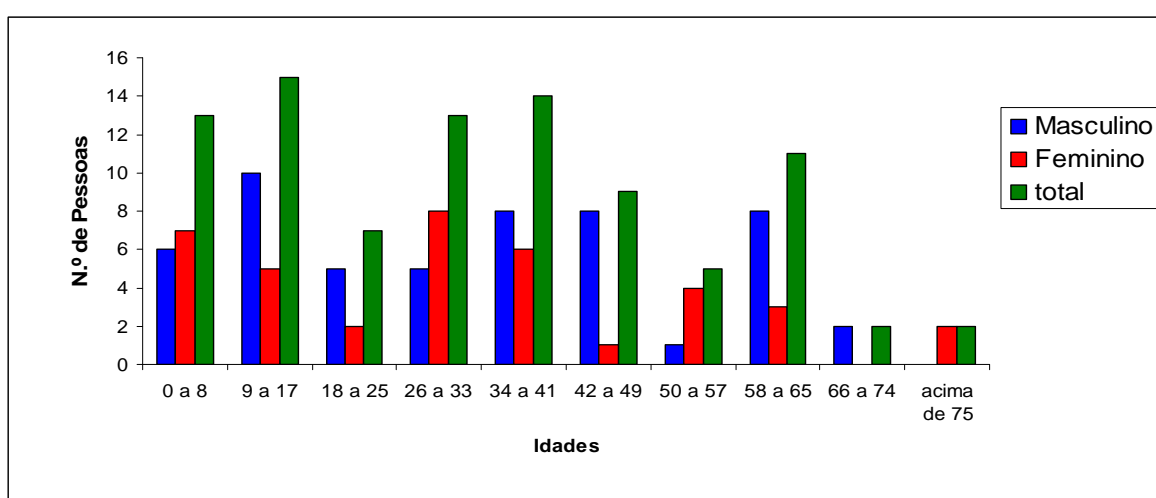


Figura 7 - População dos P. A. Che Guevara e Ilha Grande, distribuição sexo por faixa etária
Fonte: Aquino (2006)

De acordo com Andrade e Pierro (2004) nos assentamentos da Reforma Agrária situados no Brasil, vivem hoje mais de quinhentas mil famílias que demandam a efetivação do direito constitucional a uma educação básica. No entanto, na prática, o nível de escolaridade no campo e, conseqüentemente, entre os assentados é visivelmente baixo em todo país (Tabela 8):

Tabela 8 - Nível de escolaridade dos titulares dos assentamentos no Brasil.

Nível de escolaridade	Número absoluto
Analfabetos	46.577
Alfabetizado incompleto	15.600
1a. a 4a. séries EF	61.689
5a. a 8a. séries EF	16.490
Ensino Médio	3720
Ensino Superior	295

Fonte: Censo da Reforma Agrária, 1996 *apud* Andrade e Pierro (2004)

Esta condição é reflexo do reduzido investimento realizado na educação rural, por isso, geralmente quando existe, a escola do campo é de difícil acesso, circunscrita a uma única sala de aula e apenas um professor que ministra aulas para as quatro séries iniciais do ensino fundamental simultaneamente, sem supervisão pedagógica, seguindo um currículo que privilegia uma visão urbana da realidade (Andrade e Pierro, 2004). O resultado é que a má qualidade da educação produzida nessas condições reforça o imaginário social segundo o qual a população do campo não precisa possuir uma formação geral básica para desempenhar o trabalho na terra. Uma situação semelhante a do cenário nacional – no que se refere ao nível de escolaridade entre os assentados – é encontrada nos assentamentos Che Guevara e Ilha Grande, onde aproximadamente 58% dos assentados afirmaram terem cursado apenas os primeiros anos escolares (Figura 8).

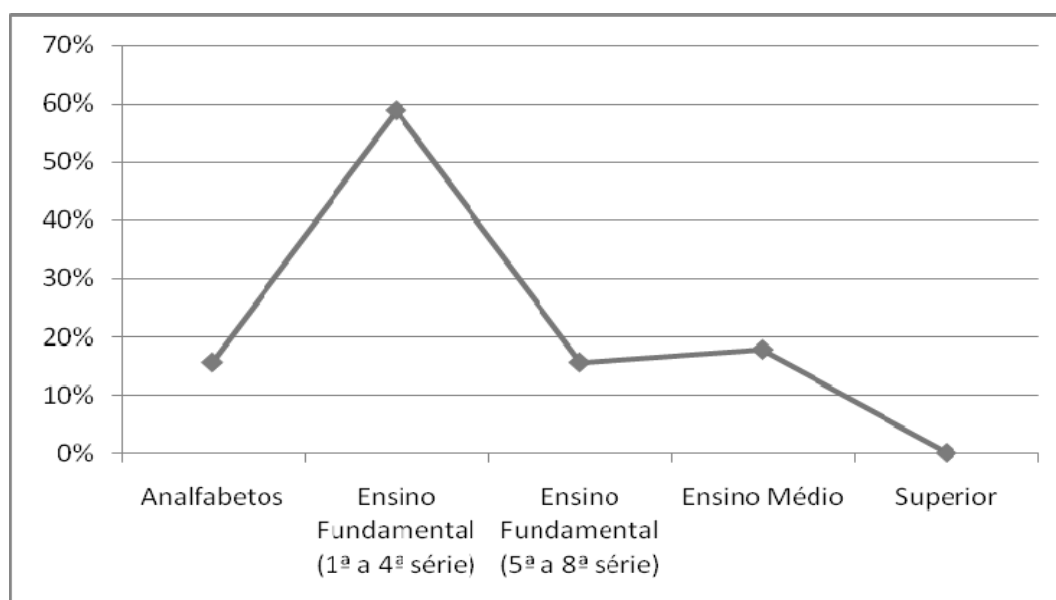


Figura 8 - Nível de Escolaridade nos Assentamentos Che Guevara e Ilha Grande
Fonte: Aquino (2006).

No momento do estabelecimento dos assentamentos foi fornecido aos assentados cerca de R\$ 2.500,00 para a construção, no entanto, este recurso não foi suficiente, por isso a maioria das casas dos dois assentamentos, feitas de alvenaria e coberta por telhas de cerâmica, estão inacabadas. A dimensão das residências varia, mas a maioria não tem mais que dois quartos, um banheiro, uma sala e uma cozinha. Alguns assentados afirmaram que receberam a visita de funcionários da Caixa Econômica Federal, que apresentaram um plano de empréstimo para o término das residências, entretanto, este projeto ainda não foi fomentado (Figura 9; 10).



Figura 9 - Exemplo das casas dos assentamentos
Foto: Aquino (2007).



Figura 10 - Visão interna de uma casa localizada no Assentamento Che Guevara
Foto: Aquino (2007).

Além das residências que foram construídas pelos assentados, há nos assentamentos vários imóveis erguidos no passado pela Companhia Agrícola Baixa Grande, quando esta era proprietária das fazendas. Dentre estes imóveis se encontram casas que antes serviam ao sistema de *morada* e por isso, abrigavam os cortadores de cana-de-açúcar da Companhia, galpões que eram destinados ao armazenamento da cana-de-açúcar, ferramentas e alguns pertences das fazendas e, antigos canais de irrigação e drenagem. Em geral, a maioria dos assentados que eram funcionários da Companhia, ou parentes destes funcionários, foram os que receberam as casas que já se encontravam nas fazendas. (Figura 11; 12; 13).



Figura 11 - Prédio construído pela Companhia Agrícola Baixa Grande
Foto: Aquino (2007).



Figura 12 – Casa destinada ao administrador da fazenda, construída pela Companhia Agrícola Baixa Grande
Foto: Aquino (2007)



Figura 13- Casas que eram destinadas ao sistema de *morada*, construídas pela Companhia Agrícola Baixa Grande
Foto: Aquino (2007).

Integrando a Baixada Campista, o relevo dos assentamentos é predominantemente plano, com a incidência de diversas áreas pantanosas. A baixa declividade compromete o escoamento das águas, por isso enchentes e alagamentos são comuns a estas áreas. A sustentabilidade dos solos dos assentamentos é relativamente baixa, em virtude de terem sido exaustivamente utilizados para o manejo inadequado da monocultura de cana-de-açúcar, principalmente por meio do sistema de queimadas, além de sua própria formação, composta por sedimentos desgastados (PDA Che Guevara, 2001; PDA Ilha Grande, 2002).

Não obstante, o lençol freático é raso, e na maioria dos lotes a água encontrada tem alto teor de salinidade. Esta situação dificulta a agricultura no local, levando muitos assentados a afirmar que naquelas terras só é possível o cultivo de cana-de-açúcar e a pecuária.

Que queria negócio de frutas, mas aqui não dá pra isso né. A terra é muito ruim. Aqui é gado e cana. Assim mesmo eu tava com dois hectares de cana aí que eu tirei mais pra gado, tirei três carretinha. Assim, pra pessoa viver é difícil né. (S.P.)

Todavia, ao percorrer o assentamento é possível encontrar pomares de frutas, principalmente de coco e goiaba, e o cultivo de outras lavouras, o que demonstra que realizando as devidas correções por meio de calagem e adubação, é possível desenvolver outras culturas, além da cana-de-açúcar, na região.

Quando veio o primeiro PRONAF é que a gente tomou iniciativa de plantar. Aí foi que e plantei cana, plantei coco, plantei uns pés de goiaba, plantei uns pés de laranja. E foi assim que eu comecei (Dona E.).

Lá no meu lote tem muita coisa, tá tudo plantado. Tem um pedacinho só separado pra os boizinhos que tem que colocar, mas tem muita coisa, banana, quiabo (Dona D.).

(...) Se você diversificar sua cultura né, uma hora você faz uma experiência com milho, com abóbora, você faz com aipim, aí você desmistifica e essa questão de que a terra só dá cana. Eu acho que esse é um desafio. Todo pequeno agricultor deveria partir para essas iniciativas. Deveria ser um pesquisador também. Então, assim, eu acho que falta nos agricultores principalmente da baixada é isso, ficar atento a isso, mas com a cultura imposta da cana-de-açúcar e a pessoa não teve oportunidade e teve dificuldade de se abrir para outras culturas, dificulta muito. Por isso que a maioria às vezes trabalha fora, e tem o lote como um complemento da renda externa (D.).

Os principais órgãos públicos que fiscalizam e/ou prestam assistência técnica nos assentamentos são a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), o INCRA, e a Cooperativa de Trabalho Estruturar. No que tange às atividades agrícolas, dois cultivos se destacam nos assentamentos: as lavouras de quiabo e cana-de-açúcar (Figura 14; 15). O quiabo produzido tanto no assentamento Che Guevara quanto no assentamento Ilha Grande, por meio da utilização intensa de agrotóxicos, é vendido para atravessadores que comercializam o produto no CEASA do Rio de Janeiro.



Figura 14 - Lavoura de Quiabo- Assentamento Che Guevara Aquino (2007)



Figura 15 - Assentado colhendo quiabo no Assentamento Ilha Grande
Foto: LEEA (2005).

Já a cana-de-açúcar, resquício da antiga atividade econômica realizadas nas fazendas, é destinada principalmente às usinas sucroalcooleiras do município, que compram o produto a preços baixos, geralmente, só após processar toda a matéria-prima produzida em suas terras. Alguns assentados conseguem vender a cana-de-açúcar que produzem no comércio,

principalmente em lanchonetes de Campos dos Goytacazes ou São João da Barra, para a produção de caldo, assim obtêm melhor remuneração pelo produto (Figura 16).



Figura 16- Colheita da cana-de-açúcar realizada por uma usina no Assentamento Che Guevara
Foto: Aquino (2007)

Além da cana-de-açúcar e quiabo, são produzidas no assentamento lavouras de subsistência como feijão e aipim e frutas, como goiaba, banana e coco. Há também a criação de gado e de pequenos animais. Alguns assentados têm aproveitado a taboa, espécie de planta encontrada freqüentemente na região, que possui muitos brejos, para a confecção de esteiras, que são comercializadas até mesmo fora do Estado (Figura 17) ⁴⁰.

⁴⁰ A taboa, cujo nome científico é *Typha domingensis* é planta aquática típica de brejos, manguezais, várzeas e outros espelhos de águas. Mede cerca de dois metros, é altamente adaptável. A sua fibra, durável e resistente, pode ser utilizada como matéria-prima para papel, esteiras, cartões, pastas, envelopes, cestas, bolsas e outros itens de artesanato. (<http://plantamed.com.br>)



Figura 17- Taboa colhida no assentamento Che Guevara em processo de secagem para a confecção de esteiras.

Foto: Aquino (2007).

Cada assentamento possui a sua associação de moradores e produtores registrada, cujas eleições são realizadas de quatro em quatro anos. A infra-estrutura dos assentamentos pesquisados é visivelmente deficiente, falta telefonia pública, existe uma considerável distância até o posto médico mais próximo, e algumas crianças têm que percorrer a pé um longo trajeto, até a chegar ao ponto de ônibus para ir à escola. Em períodos chuvosos, a dificuldade de circulação nos assentamentos se intensifica, devido à deterioração da estrada de chão que leva até a localidade, o que compromete o escoamento da produção e o acesso a serviços educacionais e de saúde pública.

No entanto, diante de um quadro nacional que apresenta dificuldades no que se refere ao mercado de trabalho e habitação, percebe-se que estes assentamentos configuraram-se para muitos assentados em uma oportunidade de trabalho. Portanto, apesar de todas as dificuldades encontradas, principalmente no diz respeito infra-estrutura e produção, haja vista a precariedade da qualidade dos solos encontradas no momento do estabelecimento dos assentamentos, constata-se que estes assentados estão constantemente buscando alternativas, de modo a garantir atividades agropecuárias em seus lotes, permitindo-lhes transpor ou amenizar os obstáculos enfrentados.

3.2. A inserção no campo

A minha inserção no trabalho de campo em assentamentos de reforma agrária em Campos dos Goytacazes se deu logo no início do curso de Ciências Sociais, no ano de 2002, quando pude participar como voluntária, da realização de um censo demográfico no Assentamento Zumbi dos Palmares, promovido por alguns professores da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Deste modo, percorrendo o assentamento nos finais de semana com o intuito de aplicar os questionários, pude conhecer melhor a dinâmica deste espaço e começar a observar as relações sociais que ali eram empreendidas.

A participação no censo contribuiu para fomentar meu interesse a respeito das discussões sobre as relações sociais presentes no campo, particularmente no Norte Fluminense.⁴¹ Assim, logo após esta atividade no ano de 2003, passei a freqüentar o Laboratório de Estudo do Espaço Antrópico (LEEA) da UENF, onde uma das temáticas de investigação é o processo de Reforma Agrária implementado em Campos dos Goytacazes. Esta vivência orientou então, meu interesse em desenvolver uma pesquisa cujo tema fosse relacionado à questão agrária no Norte Fluminense.

Assim, já em de 2003, comecei uma pesquisa de Iniciação Científica, financiada pela Fundação Carlos Chagas de Apoio à Pesquisa e, posteriormente pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UENF). O estudo versava sobre utilização de agrotóxicos na produção agrícola no assentamento que, anteriormente havia sido alvo do censo. No ano de 2004, a pesquisa foi estendida aos assentamentos Che Guevara e Ilha Grande, e os resultados subsidiaram meu trabalho de conclusão de curso.

No momento da aplicação dos questionários, pude perceber que em geral, os assentados antes de responder uma série de perguntas fechadas que ali se encontravam

⁴¹ De acordo com Weber (1995) são as preocupações do cientista que o levam a escolher um determinado objeto de pesquisa (portanto existe uma parcialidade na escolha). Apoiando-se de certa forma, em Weber (1995), Martins (2004) também defende que, comumente, a escolha do objeto pelo pesquisador está relacionada a certas convicções de ordem política, social, ideológica, etc. Neste sentido, para esta autora, a aproximação do pesquisador em relação a seu objeto de pesquisa atende, antes de tudo, à necessidade de ele se colocar ao lado dos movimentos sociais, realizando pesquisas que lhes sejam úteis. Tal compromisso, entretanto, não significa que o pesquisador não tenha que preconizar o caráter científico de sua produção intelectual. Assim, segundo Weber (1986), apesar da escolha do tema da pesquisa ser mediada pelos valores, à consecução da pesquisa empírica deve apoiar-se em critérios científicos, portanto, não pode mais sofrer interferências de julgamentos de valor.

queriam dar seus depoimentos. Talvez por acharem que eu poderia levar suas reivindicações a órgãos competentes, ou mesmo pela necessidade de desabafar, ou mostrar-me o quanto foi difícil obter o lote, e muitas vezes, o quão complicado era levar a vida naquele espaço, dada a ausência de condições de infra-estrutura. Por isso, sempre que havia um espaço entre um assunto ou outro, desencadeado pelas perguntas do questionário, os assentados aproveitavam para conversar, falar das suas vidas, do trabalho no assentamento, da falta da atuação do governo naquele espaço, dos problemas atravessados. Estes assuntos por vezes eram “amarrados” a uma história principal: a de como chegaram ao assentamento e por onde passaram antes de ali se instalarem, o que freqüentemente os levavam a estabelecer comparações entre a vida e o labor no campo e na cidade.⁴²

A partir destas conversas, sobressaía freqüentemente, a diversidade das trajetórias dos entrevistados. Pude perceber inicialmente, que alguns haviam se deslocado de locais distantes até chegar ao assentamento, outros tinham uma trajetória ocupacional tipicamente urbana, tendo residido antes nas periferias da região e alguns, ex-cortadores de cana-de-açúcar, viram como única solução para obter seus direitos negados no momento da falência das usinas, a ocupação de terras pertencentes a antigas fazendas de cana.

Sendo assim, levando-se em conta a afirmação de Boni e Quaresma (2002:70) para quem “*a escolha do objeto revela as preocupações científicas do pesquisador que seleciona os fatos a serem coletados, bem como o modo de recolhê-los*”, o debate acerca da capacidade da reforma agrária propiciar o deslocamento de indivíduos para o campo apresentou-se para mim como algo pertinente, o que me conduziu a transformá-lo no projeto de mestrado do qual resultou esta dissertação. Porém, era visível que os assentados já estavam “*treinados*” a responder questionários, em função dos diversos levantamentos de informações aos quais são submetidos freqüentemente, seja por órgãos de assistência técnica como a EMATER, EMBRAPA, PESAGRO, ou instituições fiscalizadoras como o INCRA, e até mesmo das pesquisas acadêmicas. Não obstante, muitos achavam cansativo responder tantas perguntas fechadas em um considerável espaço de tempo.

Portanto, somando estes fatores à constatação de que os assentados apresentavam-se mais à vontade nas conversas aparentemente informais, tornou-se premente a necessidade da

⁴² Neste sentido, Bourdieu (1999), a partir da sua experiência de pesquisa que resultou na obra “A Miséria do Mundo”, observa que é comum que informantes, principalmente os mais carentes, aproveitem a situação de pesquisas para se fazerem ouvir, manifestando o desejo de apresentar para os outros suas experiências ou mesmo se explicarem, construindo assim, seu próprio ponto de vista sobre eles mesmos e sobre o mundo.

mudança da estratégia de coleta de informações. Neste contexto, as entrevistas figuraram como a ferramenta mais eficaz, atreladas à observação participante, e a registros feitos em um caderno de campo. Estas estratégias resultaram em dados sobre itinerários migratórios e mobilidade ocupacional dos assentados. Dessa forma, foi importante considerar as observações de autores como Duarte (2002) e Bourdieu (1999). O primeiro defende que a construção do objeto refere-se, dentre outras questões, a capacidade de se optar pela alternativa metodológica mais adequada à análise daquele objeto. Já Bourdieu (1999), assevera que a metodologia não deve ser algo estanque, posto que, na maioria das vezes, não é possível eleger apenas um método de pesquisa, mas um conjunto de estratégias que, no entanto, deve obedecer igualmente, um rigor científico. É por isso que Martins (2004) observa que mediante à variedade de perspectivas metodológicas, a pesquisa não obedece a um único modelo ou padrão de trabalho científico.

Todavia, diferentemente das possibilidades emanadas do questionário, que permite abranger um grande número de indivíduos em um curto espaço de tempo, com a estratégia de entrevistas e da observação participante, foi preciso diminuir o raio de alcance da pesquisa, no que se refere à quantidade de entrevistados. Em um momento anterior às entrevistas, foi também necessária a realização de uma pesquisa bibliográfica e documental, através da consulta de diversas bases de dados, como bibliotecas, periódicos publicados na internet, dados do IBGE, CIDE (Centro de Informação de Dados do Rio de Janeiro), bem como os Planos de Desenvolvimento Sustentável dos dois assentamentos. Ponto de partida de qualquer investigação científica, este levantamento de dados possibilitou conhecer melhor a área onde o estudo foi desenvolvido, além de ter permitido o acesso a informações a respeito do atual estágio do conhecimento sobre a área de estudo.

Como o objetivo da etapa de levantamento bibliográfico foi o de obter um conhecimento prévio sobre o assunto, foram estabelecidos alguns pontos principais de pesquisa, como um breve histórico do município de Campos dos Goytacazes, destacando-se a importância do cultivo de cana-de-açúcar para a economia e conformação da agricultura da região, bem como as implicações da decadência desta atividade; a introdução das ações do MST no Norte Fluminense; informações estatísticas sobre a região de estudo, as discussões teóricas acerca dos significados das migrações, habitus, identidades e trajetórias, além do debate em torno da dicotomia rural-urbano.

3.3. Entrevistas

Na medida em que existem dados que a observação participante por si só não é capaz de revelar, a realização de entrevistas torna-se pertinente. Segundo Minayo (1993), tal estratégia auxilia o pesquisador a obter informações detalhadas sobre determinado tema, por intermédio da visão dos próprios entrevistados. Para Boni e Quaresma (2005), as entrevistas têm como vantagem a sua elasticidade quanto à duração. Proporcionam também uma cobertura mais profunda sobre o assunto em voga, e a interação direta entre entrevistado e entrevistador. Deste modo, por meio da indução do ato de lembrar, permitem a abordagem de assuntos mais complexos, envolvendo arranjos afetivos e valorativos, fatores fundamentais para a categorização de significados pessoais de atitudes e comportamentos, de onde emergem questões inesperadas que podem ser de grande valia para a pesquisa.

Neste sentido, há uma diversidade de modalidades de entrevistas, contudo aqui se privilegiou as entrevistas semi-estruturadas. Este tipo de entrevistas é composto por uma combinação de perguntas abertas e fechadas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre um assunto. Para tanto, é preciso que o pesquisador elabore um conjunto de questões, a fim de orientar a entrevista, todavia a mesma ocorre de forma similar a uma conversa informal (Boni e Quaresma, 2005). Cabe também ao pesquisador a destreza para dirigir a discussão, sempre fazendo perguntas adicionais para que o assunto principal não seja desviado.

Para Menezes (2002), esta estratégia é muito próxima da história oral e, permite ao pesquisador o acesso a um depoimento primário envolvendo as visões dos informantes. Porém, segundo a autora, não existe uma maneira única e certa de entrevistar, antes de tudo, esta estratégia trata-se de um encontro demasiadamente íntimo, que traz à tona hierarquias locais, diferenças sociais, de idade, gênero, classe e formas de narrativas.

No que se refere ao número ideal de entrevistas a serem realizadas, Duarte (2002) afirma que em uma metodologia de base qualitativa, dificilmente o número de entrevistados pode ser definido a priori. Para o autor, a melhor estratégia é estabelecer a quantia necessária de entrevistados a partir das informações iniciais colhidas nas primeiras entrevistas. Assim, este número irá depender da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, bem como da profundidade e do grau de recorrência e divergência destas informações.

No momento em que já é possível identificar padrões simbólicos, práticas, sistemas classificatórios, categorias de análise da realidade e visões de mundo do universo em questão,

temos o que Duarte (2002) define como *ponto de saturação*, em que se pode então, finalizar o trabalho de campo. Entretanto, sabe-se que eventualmente é necessário um retorno ao campo para esclarecer dúvidas, recolher novos dados a respeito de acontecimentos e circunstâncias relevantes que foram pouco explorados nas entrevistas.

Dito isto, a pesquisa de campo que deu origem a este trabalho foi desempenhada por meio da observação participante, como antes mencionado, e da realização de vinte entrevistas semi-estruturadas com assentados, que foram escolhidos aleatoriamente durante as visitas aos assentamentos nos meses de junho, julho, agosto, outubro e dezembro de 2007. As entrevistas, em tom informal, se tornaram verdadeiras conversas⁴³ de natureza biográfica, algumas longas, outras mais curtas, em que os assentados contaram abertamente suas histórias a partir dos seus próprios termos, delineadas pelas lutas travadas antes e depois de obterem um pedaço de terra e pelas experiências proporcionadas pelos deslocamentos.

As entrevistas foram gravadas com o auxílio de um MP4 e, por precaução, também foram feitos registros escritos no caderno de campo, no momento em que foram realizadas. Posteriormente as entrevistas foram transcritas.⁴⁴ Por meio das entrevistas e das conversas através da observação participante, procurou-se compreender como os assentados vivenciaram os deslocamentos (físicos e sociais) até a chegada aos assentamentos e o papel da percepção destes deslocamentos para a elaboração das representações sobre sua atual situação. De um modo geral, valorizou-se nos diálogos, a trajetória migratória dos assentados, as atividades realizadas antes da entrada no assentamento, as habilidades de trabalho adquiridas ao longo desta trajetória, o papel dos vizinhos, bem como os valores que orientam o cotidiano do assentamento principalmente no que tange a caracterização da vida no campo e na cidade pelos próprios assentados.⁴⁵

Para tanto, optou-se por estabelecer uma abordagem qualitativa, norteada por lembranças presentes nas memórias dos assentados e explicitada por meio dos relatos construídos nas entrevistas. Neste sentido, Cavignac (2001) adverte que um trabalho cuja fonte de informações principal seja a memória dos migrantes, muitas vezes é dificultado por fatores como desintegração do grupo familiar, dos laços com a comunidade de origem ou até mesmo

⁴³ Ver Comerford (2006).

⁴⁴ A grafia de algumas palavras pronunciadas de forma equivocada no que tange as regras gramaticais da Língua Portuguesa foi corrigida no momento da transcrição, já que de acordo com Bourdieu (1999), no momento das transcrições de entrevistas, cabe ao pesquisador dar legibilidade as falas dos entrevistados, porém, de forma cuidadosa, para não alterar o sentido dos depoimentos. Ou seja, é preciso aliviar o texto de certas frases confusas de redundâncias verbais ou tiques de linguagem sem, todavia, alterar seus significados.

⁴⁵ Obviamente, mesmo que as entrevistas sejam informais não excluem o direcionamento que o impacto causado pela presença do pesquisador tenciona. Ver Neves (1997b).

pela mudança acontecida na identidade pessoal do locutor. Contudo, apesar destes empecilhos, recorrer à memória dos indivíduos e à narração subjetiva dos fatos para apreender aspectos de suas trajetórias, permite resgatar a versão da migração no olhar do falante.

Portanto, a memória não se limita à reprodução de fatos tal como eles se deram, mas representa um produto de uma elaboração singular de um indivíduo sobre a sua própria experiência. Consiste em uma estratégia que permite que o indivíduo reelabore seu passado, sua trajetória, por meio da sua visão presente. Neste sentido, Cavignac (2001) ressalta ainda que, a partir do resgate dos fatos por meio de entrevistas emergem marcos de memória, por sua vez, fundados em eventos importantes como casamento, morte, nascimento dos filhos, mudança de local de residência e/ou trabalho. Por conseguinte, tendo em vista as considerações de Cavignac (2001), em que observamos que nem sempre é possível organizar de forma cronológica a seqüência dos fatos presentes nestas trajetórias de vida, e como o objetivo deste trabalho não reside em produzir informações numéricas, não foram quantificados dados como, por exemplo, renda, número de bens, etc., dos assentados.⁴⁶

Menezes (2002) enfatiza que ser entrevistado não é algo comum na vida das pessoas. Por isso, tal acontecimento envolve sentimentos como ansiedade e constrangimentos. Deste modo, alguns assentados revelaram certo incômodo em virtude da possibilidade de se registrar as conversas num gravador. Assim, três entrevistas não puderam ser gravadas, porém foram transcritas no caderno de campo.

As entrevistas ocorreram sempre no espaço dos assentamentos. Algumas nas casas dos assentados e outras no lote, enquanto estes trabalhavam. Foi possível então observar como os espaços interferem nos depoimentos. As entrevistas realizadas nas casas sempre expõem o pesquisador à condição social do entrevistado, o que o leva por meio de gestos e atitudes demonstrar ou tentar ocultar, certos aspectos de suas vidas particulares que são materializados nas suas residências.

Quando as entrevistas ocorriam nos lotes, os assentados comumente faziam questão de apresentar suas lavouras, criações de animais, de modo a valorizar suas atividades no assentamento. Não obstante, seguindo as indicações de Menezes (2002), por vezes, foi interessante durante as entrevistas, observar como o pesquisador é visto pelos entrevistados, e como essas percepções são capazes de influenciar o que as pessoas estão preparadas para

⁴⁶ De acordo com Bourdieu (2007:75), “a narrativa biográfica como a do entrevistado que se entrega ao entrevistador propõe eventos que apesar de não se desenrolarem todos, sempre, na sua estrita sucessão cronológica (quem quer tenha recolhido histórias de vida sabem que os entrevistados perdem o fio da estrita sucessão cronológica), tendem a, ou pretendem, organizar-se em seqüências ordenadas (...)”.

contar sobre si mesmas e seus universos. Neste sentido, para Bourdieu (2007), além das situações oficiais, existem pressupostos inconscientes nas entrevistas:

A preocupação com a cronologia, e com tudo que seja inerente à representação da vida como história e (...), conforme a distância objetiva entre entrevistador e entrevistado e, conforme a capacidade do primeiro em “manipular” essa relação, a entrevista pode variar desde a forma suave de um interrogatório oficial, sem que o sociólogo perceba, até a confidência e, por último, através da representação mais ou menos consciente que o entrevistado se faz da situação de entrevista, em função da sua experiência direta ou mediada de situações equivalentes (...) e que orientará o seu esforço de apresentação de si, ou melhor, de produção de si (BOURDIEU, 2007:81).

Assim, o capítulo que é explanado a seguir, representa um esforço de reunir e analisar os relatos e depoimentos extraídos a partir das entrevistas realizadas bem como as informações colhidas através do trabalho de observação, tendo em vista as discussões teóricas aqui travadas. O que se pretende é então compreender como os indivíduos *de carne e osso*⁴⁷ realizaram os deslocamentos, as funções ocupadas até a obtenção de um lote de terra em um assentamento de reforma agrária, e como estes assentados interpretam suas posições sociais e suas relações produtivas, o que envolve diretamente percepções sobre campo e cidade, bem como, as atividades exercidas nestes espaços.

⁴⁷ Garcia Jr (1989).

CAPÍTULO IV – Migrações e Reforma agrária: com a palavra, os assentados

“(...) Eu disse (...): vocês ficam aí e eu vou andar, vou no mundo de novo. Aí apareceu esse MST lá e eu pensei: eu vou acompanhar essa turma (Seu M.)”.

“É isso aí, como se diz, a gente não pode ficar só num lugar só. A gente tem que ficar de vez enquanto trocando de gosto um cadinho, porque senão não agüenta (Seu A.)”.

“Resolvi correr chão (Seu P.)”.

“Ah, eu passei de tudo nessa vida, se você for anotar aí você vai encher o caderno (Seu J. Q.)”.

Até aqui muito se falou sobre questões teóricas a respeito das migrações, os possíveis embates e relações causados pelos deslocamentos, as identidades arroladas nestes processos, bem como a construção de trajetórias a partir destes fatores. Contudo, é preciso entender como os assentados observam tais aspectos. Assim, este capítulo, o último do trabalho, tem a finalidade de expor os relatos colhidos, subsidiados e analisados por meio dos debates teóricos apresentados nos capítulos anteriores, bem como, confrontar as hipóteses da pesquisa com as informações apreendidas no trabalho de campo.

Entende-se que, para além da discussão a respeito da fundamentação teórica, é preciso situar a visão do sujeito de estudo desta pesquisa sobre as questões abordadas. Todavia, como no capítulo anterior foi enfatizado, tal empreendimento apóia-se nas reflexões da autora. Estas, por sua vez, estão abalizadas pelas posições teóricas discutidas, em que se destacam: a questão das migrações; os conceitos de identidade, trajetória e habitus; as interpretações dos assentados sobre os acontecimentos vivenciados antes e após a chegada ao assentamento, principalmente no que se referem às suas trajetórias ocupacionais, migracionais; as relações e percepções sobre campo e cidade.

Em virtude de terem sido extraídos a partir da realização de entrevistas semi-estruturadas, embora as entrevistas apresentem-se como estratégias de pesquisa mais abertas, os relatos colhidos obedecem a certos padrões em que, propositalmente, as questões levantadas a cada assentado integravam um roteiro, portanto giravam, fundamentalmente, em torno dos mesmos temas. Isso nos permite dividir a apresentação e análise dos dados por

subitens, cuja finalidade é facilitar o entendimento e organizar os depoimentos de forma pertinente a cada assunto abordado.

Deste modo, com o intuito de apresentar a população assentada, por meio da interpretação das entrevistas, primeiramente serão retomadas brevemente, algumas considerações teóricas. Posteriormente, traçaremos um perfil dos habitantes dos assentamentos que consistiram na área de estudo. O objetivo é situar de forma geral as simetrias presentes nos relatos dos assentados, quanto à classificação de sua trajetória migratória até a chegada ao acampamento e/ou assentamento e, também, avaliar em que medida tais aspectos relacionam-se com a dinâmica daquele espaço.

Tomando como principal referencial o ponto de vista dos entrevistados, faz-se necessário também, debater a capacidade que o processo de ocupação e reforma agrária na região teve e tem de motivar as migrações dos indivíduos para o campo, por meio dos assentamentos. O que pressupõe analisar através dos relatos a percepção dos assentados sobre os aspectos relacionados aos deslocamentos e sobre o ato de acampar, o processo de reforma agrária empreendido e os motivos e significados atribuídos ao retorno, entrada e possibilidade de manter-se no campo por meio dos assentamentos rurais.

Finalmente, torna-se importante compreender como os assentados entrevistados vislumbram as aproximações e diferenças entre campo e cidade, tendo em vista suas experiências migratórias e de trabalho, em ambos os espaços, pois se observou que embora uma parte da literatura especializada apregoe o esmorecimento das fronteiras entre o rural e o urbano, para os assentados, entrevistados neste trabalho, estas ainda estão postas e, portanto, existem. Tal fato desemborça então, na construção verificada nas entrevistas concedidas, de visíveis distinções entre estes espaços, que culminam no estabelecimento de projeções de *campo* e *cidade*. Tais projeções passam a habitar o imaginário dos assentados e, por isso, condicionam suas percepções e avaliações acerca de vantagens e desvantagens da vivência e trabalho em cada um destes locais.

4.1. Retomando conceitos para estabelecer perfis de acordo com análise das trajetórias

No capítulo anterior, apresentamos e destacamos alguns aspectos que julgamos basilares, a respeito do *locus* de estudo deste trabalho, que consiste em dois assentamentos rurais situados na região Norte Fluminense, no município de Campos dos Goytacazes,

denominados Ilha Grande e Che Guevara. Com isto, o que se buscou foi a exposição e análise das principais características dos locais em questão. Constatou-se então, a importância de se avaliar as trajetórias explicitadas nas entrevistas, para dar conta da multiplicidade dos perfis dos assentados, relacionando-os com seus deslocamentos e funções exercidas no mercado de trabalho urbano ou rural. Deste modo, é preciso ressaltar que falar em trajetória significa pensar em partida, estada e retorno, porém não como movimentos únicos, estanques, mas sim como fatores relacionados e variados, uma vez que pode haver muitas partidas, a estada pode ser também viagem e o retorno pode não ser algo definitivo (Augé, 1994 *apud* Loera, 2004). Por isso, ao falarmos de trajetória estamos abordando, especialmente, o percurso e suas implicações, dentre elas o confronto de relações e a construção e reconstrução do habitus.

A despeito das particularidades de cada caso a partir dos relatos colhidos, por meio das entrevistas realizadas no momento do trabalho de campo e, sem menosprezar a trajetória de cada um, que será analisada de acordo com suas relações com as questões antes mencionadas, é possível traçarmos um panorama geral a respeito da classificação do processo migratório empreendido pelos assentados.

Apesar da multiplicidade de percursos, das peculiaridades presentes nos movimentos migratórios realizados por cada indivíduo e das dificuldades em encontramos uma regra para as migrações, existem características comuns ao grupo de entrevistados, o que nos permite estabelecer regularidades temáticas. Isto pode contribuir para um entendimento de fatores semelhantes, responsáveis por motivar as migrações, que podem estar associadas a circunstâncias mais amplas, tanto subjetivas quanto objetivas, e de como as representações criadas, acerca destes deslocamentos e trajetórias, cooperam para a elaboração de percepções sobre campo e cidade e sobre o assentamento, bem como colaboram com a conformação de um habitus específico.

As similitudes presentes na maioria das trajetórias puderam ser observadas ao longo dos relatos dos assentados, estruturados muitas vezes de forma bastante parecida. De certo modo, isto corroborou para compreendermos melhor como a trajetória dos assentados e as razões dos deslocamentos empreendidos até sua instalação nos assentamentos, relacionam-se com determinadas conjunturas como, por exemplo, o trabalho no corte de cana-de-açúcar, vivência nos arredores das usinas, origem rural, busca pela tranquilidade autonomia e reconhecimento social, e as condições precárias de vida atribuídas às periferias urbanas.

Ao abordamos o campo por intermédio dos assentamentos de reforma agrária, é preciso ter em mente que estes se tratam de espaços específicos, portanto, dotados de características

particulares quando comparados a outros espaços que integram o rural. Deste modo, quando se retorna ao campo, ou nele se ingressa, ou mesmo se tem a possibilidade de manter-se no meio rural, em virtude da oportunidade criada pela reforma agrária, os indivíduos passam a integrar um novo espaço. De acordo com Loera (2004), neste contexto, passado, presente e futuro estão interligados, assim, “*o tempo forma uma grande espiral que se cruza com outra formada pelo espaço* (Loera, 2004:114).”

O espaço então, neste caso o dos assentamentos, relaciona-se não somente com as expectativas futuras, mas com as experiências vivenciadas anteriormente. Ora, como podemos observar utilizando o conceito de habitus, existe uma dimensão (estruturada), resultante da experiência acumulada historicamente que, por sua vez, é acionada, e que se reproduz a partir da incorporação de novos fatores (estruturante) (Bourdieu, 2005). Desta forma, há um encontro da história objetivada com a história incorporada. Nos assentamentos os indivíduos experimentam um processo de mudança social, permeado por reordenações em termos de identidades, posições, reivindicações, que muitas vezes são expressas através de divergências e reciprocidades (Neves 1997b).

O assentamento apresenta-se para os indivíduos como uma estrutura demandante de relações diferentes das encontradas tanto no perímetro urbano, quanto nas propriedades privadas situadas no campo, onde muitos eram empregados. Diante desta nova realidade que se anuncia, surge a necessidade do domínio e utilização de novos códigos pelo indivíduo assentando, de modo a permitir-lhe a compreensão de fatores como a linguagem e ações das instituições governamentais de assistência técnica; a maneira mais eficiente e adequada de comercializar a produção; além de possibilitar a interação com as mais diversas esferas da vida cotidiana no assentamento, como por exemplo, os órgãos fornecedores de crédito e fiscalizadores; os vizinhos; as instituições de pesquisa; etc. Estes fatores sugerem e, ao mesmo tempo permitem a conformação de um novo habitus.

Deste modo, torna-se pertinente definirmos a que tipo de espaço nos remetemos, quando debatemos a inserção de indivíduos nos assentamentos rurais. Ao buscar um significado para assentamento rural, Turatti (2001) o define como um organismo social fixo, isto é, dotado de território determinado, organização político-social estruturada e também uma realidade produtiva, apresentando-se então, como um tipo específico de unidade social pertencente ao rural brasileiro. Para Neves (1999:6) o processo de assentamento configura-se como uma “*situação empírica que permite tantos olhares quanto desejados*”. Neste sentido a autora estabelece algumas definições para este espaço, que afirma tratar-se de uma unidade

territorial, um espaço de reorganização dramática das relações e de constituição ou de reconversão de posições.

Portanto, Neves (1999) assevera que o assentamento deve ser concebido como um processo que ancora mudanças sociais desejadas, organizadas, por sua vez, pela mobilização dos aspirantes à posição de produtores agrícolas autônomos, cujo objetivo é obter a interferência do Estado na gerência de conflitos e na reforma da estrutura fundiária, assim:

O assentamento constitui uma unidade social local de construção de identidades de pertencimento, a partir da vivência de experiências comuns. Sua especificidade decorre do fato de que, neste espaço, se objetivam rupturas nas posições sociais e, por conseqüência, nas relações de poder e na visão de mundo, cujos desdobramentos são de diversas ordens. A organização social revela a constituição ou a reconstituição de posições sociais mediante jogo de forças em que se destacam as demandas e as pressões dos que se desejam beneficiários da propriedade da terra. Expressa ainda efeitos que tal aquisição assegura. Benefício cuja possibilidade depende de intervenções imediatas ou anunciadas por uma autoridade estatal, de rede de relações onde interagem seus demandantes, opositores, apoiadores e mediadores (NEVES, 1999:7).

Giuliani e Castro (1996) acrescentam que os assentamentos apresentam-se como realidades complexas que adquirem especificidades, não apenas em virtude do modelo de organização do movimento de luta pela terra em um momento anterior, mas são igualmente moldados a partir de uma série de elementos socioculturais das famílias, atrelados ao contexto regional em que estão localizados.

Ultrapassando a definição de assentamentos, Medeiros e Leite (1998) refletem acerca das conseqüências promovidas pelo estabelecimento destes espaços. Para estes autores, a constituição de um assentamento (em muitos casos, de diversos assentamentos no âmbito de um mesmo município ou região), acarreta a introdução de novos elementos e sujeitos que, por seu turno, provocam alterações nas relações locais, principalmente quando estes assentamentos são derivados de um processo de luta intenso, sedimentado por meio de ocupações e acampamentos, caso observado em Campos dos Goytacazes.

Não obstante, os autores pontuam ainda que a implantação de assentamentos rurais afeta a demografia de certas áreas, na medida em que atrai populações de fora das regiões, ou quando representa o deslocamento de populações urbanas para áreas rurais, cujo resultado é um aumento populacional ou alterações na relação população rural/população urbana. Por isso, a instituição de assentamentos tende a promover também um aumento nas pressões por

demanda de infra-estrutura e equipamentos sociais como escolas, postos médicos, estradas, transporte, etc.

Tendo em vista as considerações dos autores acima mencionados, sobre as características e delimitações do que vem a ser um assentamento, é preciso apresentar, ainda que de forma geral, quem são aqueles que compõem e dão contorno a estes espaços, neste caso os assentamentos onde o estudo foi desenvolvido. Ou seja, faz-se interessante evidenciar quais são os sujeitos que, conforme as observações de Bourdieu (2007) produzem e ao mesmo tempo são produtos daquele espaço.⁴⁸ Para que posteriormente, seja possível analisar a partir dos pontos de vista dos assentados, observados em suas falas, em que medida a reforma agrária pode ser considerada uma ação tributária da motivação da migração destes para o campo, ou mesmo responsável por favorecer a manutenção de alguns neste espaço; as condições sociais que contribuíram para as ocupações e as implicações derivadas do processo de transformação social proporcionado pela reforma agrária na vida dos assentados.

4.2. As principais trajetórias dos assentados

A partir da retomada de alguns conceitos expostos acima, vinculados às entrevistas realizadas e, considerando as trajetórias relatadas, podemos dividir os integrantes dos assentamentos Che Guevara e Ilha Grande, que foram entrevistados, segundo o compartilhamento de características comuns. Deste modo, classificamos os assentados em dois grupos principais. O primeiro é formado por aqueles indivíduos, – em sua maioria, ex-trabalhadores do setor sucroalcooleiro –, que se mantiveram no campo, a despeito das crises na atividade canvieira. Assim, para estes indivíduos a constituição dos assentamentos, antes de significar um deslocamento do ponto de vista espacial, representou uma mobilidade social.

O outro grupo é composto por indivíduos que no momento das ocupações viviam na cidade e, pode ser dividido em dois subgrupos, apesar do último local residido antes do ingresso no processo de reforma agrária ser o mesmo: O grupo dos indivíduos criados nas cidades, portanto, que nunca trabalharam no perímetro rural e, com a anunciação de acampamentos e/ou assentamentos (sejam os locais aqui estudados ou ocupações anteriores), se depararam com a oportunidade de entrar no campo; e o grupo cujos integrantes, igualmente, habitavam a zona urbana antes de entrar no assentamento, mas que nasceram,

⁴⁸ Neste podemos observar as colocações de Bourdieu (2007:27): “Para resumir essa relação complexa entre estruturas objetivas e as construções subjetivas (...), costumo citar, deformando-a ligeiramente, uma fórmula célebre de Pascal: O mundo me contém e me engole como um ponto, mas eu o contendo” .

residiram e, tiveram uma experiência de vida e de trabalho no campo antes de migrarem para a cidade. Para estes, a reforma agrária significou então, a oportunidade de retorno ao meio rural. Deste modo, a partir do destaque de alguns depoimentos presentes nas entrevistas, analisaremos a seguir, estes grupos.

4.2.1. Aqueles que permaneceram no campo após a crise na atividade canavieira

Sabe-se que antes do advento da atividade petrolífera, a mola propulsora da economia campista derivava, especialmente, das atividades desenvolvidas nas fazendas e usinas processadoras de cana-de-açúcar que, até os dias de hoje, desempenham importante papel na economia local. Deste modo, ao redor das fazendas e usinas, dado o ajuntamento de indivíduos, cujo sustento dependia diretamente da atividade canavieira, aos poucos foram se desenhando pequenos aglomerados, que colaboraram para o surgimento de certos distritos, comunidades e vilas da região.

Assim como Sigaud (2004) observou em Pernambuco, também em Campos dos Goytacazes, a partir do domínio econômico da atividade canavieira, estruturou-se uma sociedade altamente hierarquizada, gerida pelos grandes proprietários, comumente chamados de *usineiros* que, para desenvolverem suas atividades, contavam com exploração de uma massa de trabalhadores assalariados.

Alguns destes indivíduos, atualmente integram os assentamentos Ilha Grande e Che Guevara. Residiam anteriormente nas localidades pertencentes à Baixada Campista, que foram formadas principalmente em virtude do aporte da lavoura canavieira⁴⁹. Estes indivíduos, mesmo não habitando as terras das fazendas da Companhia Agrícola Baixa Grande, estavam diretamente ligados a elas, por meio do trabalho tanto no corte da cana-de-açúcar, quanto na própria planta industrial da usina, ou mesmo no setor de serviços, nos pequenos comércios formados ao longo da localidade para atender a população local. Portanto, estes acompanharam de perto o declínio da atividade canavieira e todas as conseqüências dele decorrentes, cujo problema mais evidenciado nas entrevistas é a falta de emprego gerada pela falência das usinas e fazendas, principalmente em função do fechamento da Companhia Agrícola Baixa Grande⁵⁰, que os atingiu mais diretamente. Para muitos, a

⁴⁹ Os distritos pertencentes ao município de Campos dos Goytacazes foram listados no capítulo II deste trabalho.

⁵⁰ Os assentados referem-se a Companhia Agrícola Baixa Grande como Usina Baixa Grande.

solução foi tentar ingressar no mercado de trabalho urbano, no setor informal, mesmo residindo no campo.

Os indivíduos que viviam nestas localidades e não trabalharam diretamente na atividade canavieira, geralmente possuem parentes próximos que exerceram funções nas fazendas de cana-de-açúcar, como cortadores de cana, administradores, fiscais, estivadores, etc. Conseqüentemente, foram recorrentes nas entrevistas, lembranças relacionadas à vida nestas localidades, sempre associadas ao trabalho desempenhado por eles ou familiares, na atividade canavieira.

Seu A., atualmente com 63 anos, é um representante deste grupo. Apesar de ter tido passagem pelo mercado de trabalho urbano de Campos dos Goytacazes, nunca deixou de morar no campo. Nascido na localidade de Saturnino Braga, este assentado tem sua história de vida intimamente ligada à atividade sucroalcooleira. Trabalhou nas fazendas cuidando de gado e, tanto no corte de cana-de-açúcar, como no interior da indústria canavieira, onde exerceu a função de estivador, ensacando açúcar e carregando caminhões com o artigo produzido pela usina Santo Amaro⁵¹:

Eu nasci lá em Saturnino Braga, em Mineiros. Mineiros e Saturnino Braga é tudo uma coisa só. (...) Fui trabalhar nas lavouras de fazendeiros, depois parei de trabalhar pra fazendeiros e praticamente trabalhava em usinas. (...) Cortando cana, trabalhando em enxada, em armazém de açúcar. (...) Eu trabalhei na São José, trabalhei lá na Santo Antônio, trabalhei lá em Saturnino Braga, trabalhei em Baixa Grande (...). Aí depois que eu parei com o corte de cana, aí que eu entrei pra dentro da usina (Seu A.).

Do mesmo modo que Seu A., Seu M. V. também habitava as proximidades das fazendas de cana-de-açúcar, que deram origem aos assentamentos Che Guevara e Ilha Grande e trabalhava na atividade canavieira. Seu pai era funcionário da usina, e sua mãe morava nas redondezas, na localidade de Baixa Grande. Depois de casados seus pais passaram a integrar o sistema de morada, por isso residiram dentro das fazendas:

Eu morava lá em Baixa Grande (...). Na época que a Usina Baixa Grande moía né, meu pai aposentou. Minha mãe morou aqui muitos anos. Olha, eu fui criado aqui, aqui mesmo. Nós moramos aqui vinte e cinco anos (...). Mas ele trabalhava mais dentro da usina do que cortar cana. (...) Meu pai morava na usina, naquele rolamento do fundo ali. Na casa da usina (...) (Seu M.V.).

⁵¹ Lopes (1976) desenvolveu um estudo sobre a mão-de-obra industrial da atividade canavieira. De acordo com este autor, a literatura especializada sobre o trabalho na plantation açucareira possui uma lacuna, pois em geral, não menciona estes trabalhadores, em virtude da sua menor importância numérica e, principalmente, porque estes não produziram um movimento social de envergadura, como os diversos grupos de trabalhadores rurais da preferia e do centro da plantation.

Além dos indivíduos que viviam nos arredores das usinas, há entre o grupo de assentados, aqueles que moravam no interior das fazendas que deram origem aos assentamentos. Estes indivíduos, herdeiros do sistema de moradia, mesmo ante o processo de falência da usina, nunca saíram da área. Uns ali ficaram com o intuito de receber, de alguma forma, os direitos trabalhistas a eles negados no momento da falência. Outros chegaram a receber seus direitos, mas acreditavam que por trabalharem na área há muito tempo e pela dedicação empreendida àquele espaço, deveriam ser os privilegiados na divisão da fazenda.

Este é o caso, por exemplo, de Seu J.Q. Assentado atualmente com 64 anos de idade, foi morar com os pais dentro das terras da Fazenda Marrecas aos quatro meses de nascido. Conhece muito bem cada área da fazenda. Aponta com propriedade as partes da região onde as terras são mais férteis e onde sofrem alagamentos. Trabalhou durante 40 anos para os proprietários das fazendas, dez anos como o que chama de *clandestino*, isto é, sem carteira assinada e trinta anos de forma regularizada junto ao Ministério do Trabalho. Durante todo este tempo passou pelas mais diversas funções na atividade canavieira, desde cortador de cana, fiscal, apontador a administrador, função que descreve com muito orgulho, em virtude da confiança que afirma ter-lhe sido creditada pelo fazendeiro, a quem se refere como o *cubano velho*.

Seu J. Q.: Ah, eu passei de tudo nessa vida, se você for anotar aí você vai encher o caderno. Olha eu trabalhei por muita raça de anos na usina, mas assim, eu vou explicar, eu trabalhei dez anos clandestino. Agora dos trinta anos pra cá eu fui fiscal...

Silvia: O que o fiscal faz?

Seu J. Q.: É olhar, ver o que tá precisando, o que tá faltando, e pra comunicar pra gerência. Fui encarregado, depois administrador. (...) Aí eu tomei conta da fazenda em geral. (...) Os donos mesmo e as gerências que eram verdadeiras, passaram a confiar mais em mim (...). Eu conhecia muito.

Silvia: E o administrador faz o quê?

Seu J. Q.: O administrador minha filha, faz o seguinte, eu vou lá naquele lugar ali, encontro um pouco de animal ali, então eu apanho um cavalo e recolho aqueles animais da roça. Aí eu chego “fulano, vai lá endireitar a cerca”. Aí demora e vem a hora da moagem, aí eu digo qual canavial é o próximo pra cortar. É assim.

Em virtude de ter uma trajetória de vida que se confunde com a história da própria fazenda, Seu J. Q. acredita ter mais direitos sobre as terras das fazendas que os indivíduos vindos de fora da região para a ocupação. Por isso, ao contar como e porque resolveu se juntar ao Movimento que promoveu a ocupação faz questão de destacar essa crença, diferenciando-se dos integrantes do MST:

Sabe que quando o sem terra chegou aqui eu trabalhava aqui ainda, não era aposentado não, com mais um ano, um ano e pouco foi à hora que eu aposentei. Quer dizer, aposentei, mas largaram eu, não deram baixa na carteira não. Aí quando eu fui lá dar baixa, a terra já tinha sido repartida. Aí foi a hora que eu ia ter o direito, depois que desse baixa na carteira. Aí bem, aí eu fiquei sem terra. (...) Quando o acampamento chegou aqui eu era empregado, eu não podia sair porque faltava ano pra eu me aposentar. Não podia, eu perdia. E outra coisa, eu ganhava doze horas do pé a ponta, de segunda a domingo, então eu aposentei até com um salário melhor, por causa das horas-extras. Eu disse: “daqui eu não saio não. De jeito nenhum. Só quem me tira daqui é o INCRA. Esse monte de ganha-pão que tem por aí não me tira não.” Mas eu ouvi o chefe do INCRA, o chefe do INCRA veio dizer comigo na frente de todo mundo aí, que o primeiro direito era do cubano e o segundo era dos operários. Eu que sou um operário que eles acharam aqui dentro, como é que eles iriam me arrancar? (...) Aí quiseram engrossar, mas eu disse: “Não vou sair daqui, vocês não vão me arrancar daqui. Só quem me arranca daqui é o INCRA. Eu ouvi o que o chefe falou aqui dentro, o que explicou a verdade e vocês tão escondendo tudo. Quer dizer, pra quê? Pra apanhar uns lotes de terra bons lá, dar seu fulano e apanhar aí quinhentos, seiscentos reais na mão, e vocês se vendendo. Só que eu não vou comprar de vocês porque eu vou apanhar aqui com o meu direito.” (...) Aí bem, viram que ia entornar a água toda, você sabe que nesse lugar sempre tem os interesseiros, não é assim mesmo? Aí entregaram o lote (Seu J. Q.).

A partir do depoimento de Seu J. Q. constatamos a percepção elaborada por este assentado acerca da legitimidade que cada indivíduo tem de reivindicar um pedaço de terra nas fazendas que comportam os dois assentamentos. Esta legitimidade, no imaginário deste assentado, esta diretamente relacionada à vivência e história de trabalho na atividade canavieira daquele local. Assim, se analisarmos os relatos acima sob a ótica do da noção de habitus de Bourdieu (2007), constataremos que o depoente recorre ao que chamamos de habitus, para demonstrar que no momento da ocupação diferenciava-se dos demais acampados, dada a sua história de trabalho no local do acampamento. É neste sentido que se verifica que os habitus além de serem diferenciados, são diferenciadores, isto é, põem em prática princípios de distinção. “*Os habitus então são fundadores de diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar.* É por meio do habitus que diferenças nas práticas, nos bens possuídos, nas opiniões, tornam-se diferenças simbólicas (Bourdieu, 2007:22).”

Neste sentido, Medeiros e Leite (1998) observam que a entrada de novos sujeitos, muitas vezes, oriundos de outros municípios em acampamentos rurais é capaz de criar disputas como estas, cujo debate remete a quem deve ou não ser assentado, ou mesmo à prioridade no processo. Os autores pontuam que são comuns as situações em que na ocasião da desapropriação de terras para a constituição de assentamentos rurais, prefeitos, secretários

locais, etc., solicitem prioridade no assentamento de pessoas do município. Isto provoca contendas, rupturas, bem como a conformação de novos laços.

Analisando ainda o relato de Seu J. Q. podemos perceber que o habitus adquirido junto ao trabalho na lavoura canavieira, ao mesmo tempo em que permitem os ex-cortadores de cana-de-açúcar conservarem e reproduzirem relações adquiridas durante esta atividade sugere a construção do novo. Ou seja, supõe a criação de novas relações, com os novos sujeitos que passam a fazer parte do cotidiano dos seus espaços, como os demais acampados, agora assentados e como os representantes de órgãos como o INCRA, EMBRAPA, EMATER, etc.

Seu J. Q., por exemplo, incorporou em suas ações a necessidade de assim como os integrantes do MST, estabelecer um diálogo com o INCRA, a fim de garantir seu lote na constituição do assentamento. Para Almeida (2006), reações como a de Seu J. Q. se explicam porque nos campos onde se constitui o habitus, o conflito apresenta-se como o modo constante de relacionamento entre os sujeitos. Por conseguinte, toda vez que as condições objetivas da situação não permitem a realização do habitus, este dá lugar a forças explosivas que tanto podem ser de mudança como de acomodação.

Seu F. A. que tem 50 anos de idade é mais um dentre os assentados que havia sido funcionário da Companhia Agrícola Baixa Grande. Morava na localidade de Marrecas, e sempre trabalhara como lavrador. Durante quinze anos cortou cana-de-açúcar para a companhia. Com a falência da empresa ficou desempregado. Logo depois, soube da ocupação das terras da Fazenda Ilha Grande, e decidiu ingressar no acampamento do MST. Assim como muitos outros assentados, apesar de afirmar ter sido um dos poucos a ter conseguido receber seus direitos trabalhistas, Seu F. A. acredita que acampar e obter o lote foram as únicas formas encontradas pelos trabalhadores da Companhia para fazer valer os seus direitos junto aos seus empregadores:

Eu vim morar no assentamento pra ter algo que é meu, ser dono de alguma coisa, o trabalho na usina? Ah, o trabalho na usina é pesado demais, o sujeito trabalha de sol a sol, é muito cansativo e o ganho é pouco, pouco mesmo. (...) O filho do dono achava que o trabalhador não precisava receber seu direito não, e muitos não receberam até hoje. Se têm alguma coisinha aí é porque vieram pra cá. Eu, graças a Deus recebi meus direitos pelo Sindicato do Açúcar que pegou muito dinheiro meu nessa jogada (Seu F. A.).

Verifica-se então que alguns assentados anteriormente trabalhadores diretamente envolvidos na atividade canavieira encontraram na situação de falência da Companhia Agrícola Baixa Grande, por meio da motivação incitada pelo MST as ocupações na região a

partir da década de 1990, a oportunidade de possuírem a própria terra. Neste contexto, descobriram na lona preta uma das soluções possíveis para seus problemas (Sigaud, 2004). Assim sendo, para alguns assentados, a justificativa imediata de terem ingressado no acampamento foi a de que com o lote, se sentiriam em parte ressarcidos pelos trabalhos que desempenharam nas fazendas, já que muitos não receberam os direitos trabalhistas em função da falência.

Outros chegaram a recebê-los, porém em virtude do tempo em que exerceram funções nas fazendas, no momento da ocupação e da divulgação da notícia da transformação das fazendas em assentamentos acreditavam serem os primeiros a terem direito ao pedaço de terra naquele lugar. Isto pôde ser evidenciado nas falas de assentados como Seu F. A. e Seu J. Q., cujos trechos foram reproduzidos anteriormente: “(...) *O primeiro direito era do cubano e o segundo era dos operários. Eu que sou um operário que eles acharam aqui dentro, como é que eles iriam me arrancar?* (Seu J. Q.);” “*O filho do dono achava que o trabalhador não precisava receber seu direito não, e muitos não receberam até hoje. “Se têm alguma coisinha aí é porque vieram pra cá* (Seu F. A.)”

Por conseguinte, foi possível perceber por meio das entrevistas realizadas que, a despeito da ação do MST na região, muitos destes indivíduos, hoje assentados, que trabalharam diretamente ligados à Companhia Agrícola Baixa Grande, não se reconheceram no momento da ocupação como membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, tampouco se identificaram com o Movimento. Portanto, ao se remeterem ao momento das ocupações, abordam o MST como um agente externo, cujos integrantes geralmente são referidos como *o pessoal do MST*. Curiosamente, o MST é tratado por alguns destes assentados como elemento por vezes contrário aos seus interesses, como transparece no depoimento de Seu J. Q.

Estas evidências atestam uma das dificuldades encontradas pelo MST na região. Na localidade de Baixa Grande, assim como praticamente em todo município de Campos dos Goytacazes, o MST se deparou com uma sociedade fortemente marcada pela hierarquia advinda do mundo do açúcar, onde cada um tinha seu papel muito bem definido. Nela, as figuras dos usineiros e grandes fazendeiros eram vistas como autoridades, respeitosamente chamados de *doutores*, assim como o ex-proprietário da Companhia Agrícola Baixa Grande, designado até hoje por alguns assentados que trabalharam na fazenda, como *Doutor Fernando*. Daí derivava o receio do engajamento explícito nas ocupações e ações empreendidas pelo MST. Além disso, havia o medo, entre alguns assentados, de sofrerem

retaliações por parte do ex-patrão, e da crença de que a decisão de se juntar ao Movimento prejudicaria àqueles que ainda reivindicavam seus direitos trabalhistas junto à Companhia.

Aconteceu uma coisa muito engraçada, que foi bom, por essa questão de gênero. Tem muita mulher hoje que tem a documentação da terra. Mas não foi porque os homens queriam que elas ficassem com o documento não. Foi o medo, ficaram com medo. Foi medo, porque muitos tinham processo trabalhista contra a usina, né, e com medo de que saísse no nome deles e perdesse os direitos trabalhistas, resolveram por no nome das mulheres. Isso foi muito bom, entendeu, porque as mulheres conseguiram conquistar também a terra (D.).

Apesar de ser patente a presença de ex-trabalhadores da atividade canavieira nos assentamentos, estes não foram os únicos a ingressarem nestes espaços. A partir do trabalho de campo realizado, foi possível perceber que as ocupações e ingresso nos assentamentos não fizeram parte apenas do repertório de estratégias dos sujeitos assalariados que trabalhavam na indústria do açúcar, portanto, diretamente atingidos pela crise da atividade canavieira. As terras improdutivas oriundas da falência do setor sucroalcooleiro favoreceram a atuação do MST na região, que através das suas mobilizações, proporcionou que indivíduos que habitavam o perímetro urbano, no início das ações do Movimento pudessem ter acesso ao campo. Deste modo, os processos migratórios rural-urbano-rural e urbano-rural passaram a compor também a pauta de alternativas das populações residentes nas periferias urbanas da cidade e de outras regiões mais distantes.

4.2.2. Da cidade para o campo por meio dos assentamentos de reforma agrária: Migrações urbano-rural e rural-urbano-rural

Embora os assentamentos, onde este estudo foi desenvolvido, abrigarem indivíduos oriundos da própria região, como foi mencionado acima, é notória a presença daqueles que antes da realização das ocupações e da constituição dos assentamentos, habitavam a zona urbana. Alguns migraram das periferias de Campos dos Goytacazes para o assentamento, outros chegaram naqueles espaços vindos de cidades maiores, como o Rio de Janeiro. Há ainda aqueles que tiveram uma passagem pelo campo onde cultivaram uma experiência de vida e trabalho neste espaço, migraram para a cidade e, com a possibilidade de obter um lote de terra decidiram retornar ao campo.

Em meio à precariedade da habitação e o desemprego crescente nas áreas urbanas, a possibilidade de residência e trabalho no campo, apresenta-se como uma opção atrativa aos

olhos de quem já não vislumbra oportunidade de ascensão social na cidade. Expectativas econômicas também são convertidas para o plano simbólico em virtude das percepções sobre as peculiaridades do campo, principalmente, quando comparado com a cidade.

Neste sentido, mesmo não possuindo experiência de trabalho no meio rural, as ocupações realizadas por movimentos como o MST, tornam as migrações para o campo uma alternativa viável para os indivíduos considerados urbanos. Apesar de todos os problemas atravessados pelo processo de reforma agrária, já conhecidos no país, além da habitação, no assentamento o indivíduo terá a oportunidade de trabalhar. Diferentemente da cidade, o trabalho no campo não demanda obrigatoriamente especialização formal no que se refere à educação e qualificação profissional, apesar destas formações serem importantes para qualquer indivíduo. Por isso, o indivíduo ousa, mesmo sem experiência alguma, migrar para o campo por meio do assentamento, pois sabe que lá terá a oportunidade de aprender a *lidar com a terra*, seja por meio das trocas de saberes adquiridos junto aos vizinhos, ou mesmo através das experiências que lá serão realizadas. O assentamento foi considerado, então, como uma oportunidade singular de melhorias sociais, ou nas palavras dos assentados, como uma “*chance de mudar de vida*”, concretizada nas migrações urbano-rural, já que a cidade não os integrou em sua classe média assalariada, restando-lhes neste espaço, apenas os setores mais baixos e desprezados nos processos produtivos, em que se destaca a economia informal.

Dentre aqueles que optaram por subverter a ordem considerada como a mais freqüente das migrações, a rural-urbana, também conhecida como êxodo rural, encontra-se Dona D.F., atualmente com 49 anos de idade. Nascida em Cangoera, localidade que diz situar-se no Estado do Rio, mudou-se quando criança para Conselheiro Josino juntamente com os pais. Trabalhava como babá na cidade. Mudou-se novamente, ainda muito jovem, para Estácio de Sá, bairro de classe baixa e média-baixa da zona central da cidade do Rio de Janeiro. Foi morar com uma vizinha que havia montado uma fábrica de costura. Lá cresceu, aprendeu um ofício, por isso trabalhou como costureira. Casou-se, aos 20 anos. Permaneceu na localidade por mais dez anos, quando se mudou para São João de Meriti, na Baixada Fluminense.

Depois de mais de dez anos residindo na Baixada Fluminense, decidiu, juntamente com o marido e os dois filhos, mudar-se para Campos dos Goytacazes à procura de melhores condições de vida, se instalando em Ururaí, periferia situada às margens da BR 101 e ao longo da linha férrea da cidade. Divorciou-se logo em seguida, mas manteve-se na localidade por três anos, até o dia em que militantes do MST passaram pela comunidade, visitando cada

casa, a fim de convidar os moradores a participar da ocupação nas terras em que hoje constituem os assentamentos Ilha Grande e Che Guevara:

Passou alguém do MST lá, um representante. E de imediato eu não vim né, uns parentes nossos vieram, uns colegas, uns conhecido veio pra ali, depois nós viemos, quando deu condição de vir eu vim. (...). Eles [os integrantes do MST] batiam nas portas das pessoas e perguntava: Vai ter uma ocupação assim, dos sem terra e você se interessa participar? Aí a gente ia, dava o nome: Tal hora tem que tá em tal lugar porque nós vamos passar pra apanhar você. Mas aonde era a ocupação, nós não sabia não (Dona D. F.).

Dona D.F decidiu então acampar e, levou consigo seu filho, na época com 10 anos. Sua filha, V. F., que tinha 17 anos de idade, continuou morando em Ururaí com o pai, em virtude da faculdade de Comunicação Social que estava cursando. Estagiária do jornal *O Monitor Campista*, V. F. foi ao acampamento para fazer uma matéria sobre a ocupação e, ao chegar ao local, resolveu ficar: “*Ela veio uns dias depois. Aí veio fazer a matéria pro jornal. Ela veio coisa de 5 dias depois. (...) Fez uma barraca pra ela, foi ficando, gostou* (Dona D.F.)” Tempos depois, casou-se com um assentado, e hoje vive no assentamento Ilha Grande, no lote pertencente ao marido. Mesmo residindo no assentamento e com dificuldades no que concerne ao transporte, V. F. conseguiu terminar o curso de Comunicação Social, porém em função da dificuldade de deslocamento e por ter que cuidar dos dois filhos, abandonou a profissão. Atualmente, junto com o marido, dedica-se à agricultura.

A maneira como Dona. D. F. teve acesso à ocupação e assim pôde migrar da cidade para o campo, reafirmam observações como a de Alentejano (2003) que, por sua vez, assevera que o MST, a partir da retomada de suas ações no Rio de Janeiro, nos anos 1990 teve que considerar a realidade urbana da luta pela terra no Estado. Retoma também as considerações de Gonçalves (2004), autor que afirma que o MST ao incluir em sua pauta de atuação o Rio de Janeiro, cujo foco principal voltou-se para o Norte Fluminense, teve que adaptar suas estratégias ao contexto local. Dentre estas adaptações encontram-se a inclusão de novas demandas junto às ações do Movimento, como a convocação de indivíduos residentes nas periferias urbanas para realizarem também as ocupações.

Do mesmo modo que Dona D. F., D. também realizou a migração urbano-rural. Nasceu na cidade do Rio de Janeiro. É filho de nordestinos, oriundos do Estado do Rio Grande do Norte que na década de 1970 migraram para o Sudeste a procura de emprego, assim como muitos nordestinos cujos processos de êxodo rural foram abordados por autores como Garcia Júnior (1989), Menezes (2002), dentre outros. Teve uma rápida passagem pelo

Rio Grande do Norte quando em um momento de crise econômica, seus pais decidiram voltar ao Estado em que nasceram e cresceram, porém, não obtiveram sucesso na migração de retorno ao Nordeste. De acordo com D., ao voltar para seu Estado de origem, seus pais não encontraram as condições que acreditavam ter para garantir a reprodução social de sua família.

Para Sayad (2000) o retorno, como o experimentado pelos pais de D., é o anseio de qualquer migrante. Deseja-se retornar para o local de origem e encontrá-lo tal como foi deixado. Então, o retorno, neste sentido, significa não apenas regressar ao espaço físico, mas há um tempo anterior que, diante dos percalços atravessados no local de destino, estrutura-se de forma nostálgica na memória do migrante, cuja representação é de uma vida menos penosa. Todavia, assim como o observado na trajetória de D. e sua família, uma vez realizado o retorno, o migrante descobre que por vezes, quando o que se tem é a idealização do local de origem, ele não é a solução, pois se pode voltar ao ponto de partida, mas não ao tempo em que se partiu. Assim, após o retorno frustrado ao Rio Grande do Norte, a família de D. decidiu mais uma vez migrar para o Rio de Janeiro, onde D. cresceu, estudou e trabalhou:

Na verdade eu não sou rural né. Eu sou nascido no Rio (...). Sou carioca, eu morei em vários lugares. Eu morei em Caxias, morei na Rocinha, morei no Catete. Como a minha família, é uma família assim do Nordeste, meus pais são do Rio Grande do Norte, o nordestino sempre tem essa coisa né, de migração, sempre buscando. Meu pai saiu de lá, veio trabalhar no Rio de Janeiro e, depois se acidentou, perdeu uma perna, aquela história toda. Eu tive pouco tempo no Rio Norte, mas morei pouco tempo lá, uns dois anos ou um ano e pouco, e depois voltamos para o Rio de novo. Chegamos aqui, moramos no Caju. Depois do Caju a gente foi viver uma experiência em Italva.

Aos 11 anos de idade, D. teve sua primeira passagem pelo campo, quando seus pais decidiram integrar uma ocupação de terras em uma fazenda experimental pertencente ao estado, localizada no atual município de Italva, denominada Campo Alegre, por volta da década de 1980:

Em Italva houve uma ocupação, uma das primeiras ocupações do Estado foi em Campo Alegre. Foi à ocupação mais antiga. Você vê que o MST foi criado em 1984, e em 1982 teve ocupação em Campo Alegre. Minha família, meus irmãos e meus pais, eles acabaram acampando em Campo Alegre. E como tinham muitas famílias em Campo Alegre, eram muitas famílias, muita gente acampada, aí não tinha lugar pra minha gente ser assentada. (...). Eu era pequeno (...). Aí meu pai veio e gostou de Italva, e depois de alguns dias vieram pra cá ocupar a fazenda em Italva. Não foi uma ocupação como as de hoje, a fazenda era do Estado, o que era mais tranquilo. Mas tivemos

resistência em Italva. (...) Mas aí não deu certo e meus pais voltaram para o Rio de Janeiro.

Entretanto, como relata este assentado, a experiência não deu certo. A solução encontrada por sua família foi a de retornar mais uma vez à cidade do Rio de Janeiro. Após retornar ao Rio de Janeiro, D. ingressou no mercado de trabalho urbano, exercendo as mais variadas funções, principalmente no comércio. Trabalhou também em olaria, e no Aeroporto Tom Jobim, como auxiliar de pistas. Foi quando, por coincidência, na rodoviária Novo Rio, encontrou um tio que estava mudando-se para o acampamento da Fazenda Marrecas em Campos dos Goytacazes. Decidiu então, acompanhar o tio na empreitada:

(...) Eu ia passear em Italva e chego na rodoviária Novo Rio e encontro o meu tio (...), cheio de bolsas, sacolas, muambas, na mesma plataforma 35-36, e ele disse oh, tô indo pra um acampamento sem terra. (...) Já tinha vindo pra cá (...) e agora tinha ido buscar umas bolsas e roupas. Eu tava indo pra Italva, mas aí eu falei com ele: “tio, eu tenho a maior vontade de conhecer um acampamento, mas eu tô indo pra Italva passar um tempo lá. O senhor deixa o endereço que eu volto para visitar o senhor.” Ele disse: “não rapaz, conversa com motorista, troca a passagem, e me ajuda a levar as bolsas”. (...) Aí eu conversei com o motorista e ele disse: “oh, eu te dou cinco minutos pra você trocar a passagem”. Aí eu corri e fui trocar a passagem e vim pra cá com ele. Cheguei aqui e decidi: Eu não vou mais, vou ficar por aqui. (...) A partir daí eu vim e não voltei mais. E a partir daí que eu fui conhecer mais o MST, participar de marchas (D.).

O tio de D., desistiu da ocupação, mas o sobrinho resolveu ficar. D. que havia tido a experiência anterior da ocupação da fazenda experimental em Italva, logo que ingressou no acampamento, aproximou-se das lideranças do MST da região. Tornou-se militante, através da participação nos cursos de formação e eventos promovidos pelo MST e passou a acompanhar o Movimento nas marchas, reuniões e outras atividades. Viajou por muitos lugares do Brasil, participando das mais variadas manifestações do Movimento. Visitou diversos assentamentos e, atualmente, integra a Comissão Pastoral da Terra.

Inicialmente seus pais não aprovaram seu ingresso no acampamento, mas de acordo com D., mediante a situação de desemprego vivenciada pelos familiares no Rio de Janeiro e, tendo como referência a sua experiência e a vivência que tiveram em Italva, aos poucos seus parentes mais próximos decidiram migrar para o campo por meio do assentamento. De início residiram no lote de D., mas depois os irmãos e os pais conseguiram cada qual seu lote. As irmãs foram morar no lote dos pais:

Ai você vê como é que são as coisas né, meus irmãos ficaram desempregados, deu baixa do quartel (...). Aí, veio chegando um irmão, outro, com o intuito de me ajudar, e acabaram ficando também aqui. Depois meus pais, toda minha família veio, meus pais também vieram (D.).

Para D., ingressar no acampamento foi uma decisão pessoal. Era jovem na época da ocupação, e grande parte do seu discurso está pautada na aventura que simbolizava entrar no acampamento. Aventurar-se, neste caso significava assumir uma luta e uma bandeira na qual acreditava ser justa. A vivência anterior na ocupação que realizou na fazenda experimental de Italva, motivou sua entrada no acampamento e, principalmente sua vinculação direta ao MST.

Foi uma decisão pessoal, a primeira coisa que eu falei, oh, eu não sou casado, não tenho filho, e eu acho que tenho que tomar uma decisão na minha vida, e o melhor lugar pra tomar uma decisão na minha vida é esse aqui, é ajudar o pessoal aqui na reforma agrária, e decidi ficar. Aí fui ficando, ficando, depois participei da caminhada, saí daqui com o pessoal de Campos e fui até o Rio de Janeiro a pé, marchando (D.).

Assim, diferentemente da maioria dos assentados dos locais em que o trabalho de campo foi realizado, o assentamento não significa para D. apenas local de moradia e reprodução social, mas simboliza fazer parte de uma instituição muito maior que é o movimento de luta pela reforma agrária no país. Contudo, trajetórias como a de D., cujo ingresso no acampamento significava algo para além de viver no campo, são exceções nos assentamentos estudados. O que pode ser verificado no próprio diálogo de D., ao descrever o motivo de seu pai ter decidido, posteriormente, migrar junto com sua família da cidade do Rio de Janeiro também para o assentamento:

Ele veio pra cá, acho que o motivo que trouxe ele pra cá foi porque o Rio de Janeiro ficou insuportável pra você morar né, e ele também ficou fragilizado de saúde, ficou frágil. E a situação também começou a ficar complicada, concorrência. Não dava mais, Naquela época, que ele foi camelô, não tinha tanto camelô como é hoje, então as coisas, economicamente foram ficando inviáveis. E o lugar que ele jamais esperava que o filho dele fosse assentado, foi o melhor lugar hoje que... Veio todo mundo pra cá (D.).

A partir de trajetórias como as de D. e Dona D., constatamos, mais uma vez, como as ocupações e, posteriormente, os assentamentos funcionam como alternativas a problemas de ordem macroestruturais como a crise econômica que prevalece nas periferias de regiões como a cidade do Rio de Janeiro e Campos dos Goytacazes, local que muitos acreditavam ser propício a oportunidades de trabalho, principalmente em virtude da ascensão da atividade

petrolífera. Em um contexto de desemprego em função da falta de qualificação profissional para ocupar postos de trabalho é que muitos destes indivíduos justificam sua entrada no assentamento e ratificam a importância da política de reforma agrária para a continuidade de sua reprodução social. Ao mesmo tempo, aspectos simbólicos, como a tranquilidade creditada ao campo, também são aclamados.

Como avaliamos no início, os assentamentos apresentam-se como alternativa viável não só para aqueles que eram oriundos das proximidades das fazendas de cana-de-açúcar, tampouco apenas para os indivíduos de origem essencialmente urbana, que viram na política de reforma agrária uma possibilidade de melhorias das condições de vida. Além dos indivíduos que empreenderam a trajetória migratória urbano-rural como acabamos de verificar, há aqueles que tiveram a oportunidade de construir uma experiência de vida e trabalho no campo em um momento pretérito. Não no campo fundamentado nos assentamentos de reforma agrária, mas num mundo rural em que eram bóias-frias, colonos, meeiros, na maioria das vezes, trabalhadores ligados à atividade canavieira, e que no momento da crise do setor, entre os anos 1970 e 1980, decidiram migrar para a cidade em busca de melhoria das condições de vida.

Assim, a partir da conformação dos acampamentos e assentamentos, estes indivíduos decidiram retornar ao campo. Porém, tendo em vista as observações de Sayad (2000), percebemos que o retorno não é, neste caso, um regresso para o mesmo espaço rural de origem. Mas significa voltar a um espaço idealizado, simbolicamente referenciado e nostalgicamente definido, um local específico onde anteriormente tiveram a oportunidade de viver. No entanto, a partir da chegada percebe-se que na maioria das vezes, este espaço não coincide com todas as representações que lhes foram atribuídas, o que pode ser examinado nos próprios discursos dos assentados acerca das dificuldades que atravessaram no momento da ocupação e que atravessam nos assentamentos. Neste sentido, como afirma Sayad (2000):

(...) Mudar de espaço – deslocar-se no espaço que é sempre um espaço qualificado – é descobrir e aprender simultaneamente que o espaço é por definição um espaço nostálgico, um lugar aberto a todas as nostalgias, isto é, carregado de afetividade. O espaço não é, portanto, esse espaço abstrato, contínuo e homogêneo dos matemáticos, este conjunto de lugares indiferentes e intercambiáveis entre os quais se pode ir e vir em espírito, e, com toda a liberdade, como postula a geometria. Se existe uma nostalgia agarrada ao espaço, e se este é no fundo de si mesmo um local de nostalgia, como se experimenta em todos os deslocamentos, é porque se trata de um espaço vivo, concreto, quantitativa, emocional, e até mesmo apaixonadamente distinto (SAYAD, 2000:11).

Os migrantes que deixam o campo, geralmente, partem do seu local de origem portando uma qualificação distinta da exigida no lugar de destino, dificultando o seu ingresso no mercado de trabalho urbano. Quando este ingresso acontece, os salários são geralmente baixos (Durham, 1978). De acordo com Pacheco e Patarra (1997), a partir dos anos 1980, há uma mudança na dinâmica migratória do Brasil. Assim, a migração de retorno como observamos nos capítulos anteriores, começa a se destacar. É dentro deste contexto migratório que, após experimentarem a vida na cidade, estes sujeitos decidiram então, voltar ao campo, porém, no caso estudado, eles retornam na condição de proprietários, possibilitada pelo processo de reforma agrária, em que a oportunidade de *morar no que é seu*, como analisaremos adiante, possui um significado importante na motivação deste retorno.

Seu M., 74 anos, residente no assentamento Che Guevara é um exemplo dos indivíduos que realizaram a trajetória migratória rural-urbano-rural. Nascido em Minas Gerais, na zona rural do município de Resplendor, – que se situa a 445 km de Belo Horizonte e 250 km de Vitória, fazendo então, divisa com o Estado do Espírito Santo –, até a adolescência, teve uma história de vida e labor no campo, ligada à agricultura. Trabalhou como colono junto com seus pais e irmãos, em propriedades de fazendeiros.

Aos 18 anos, mediante a necessidade de ajudar a família, decidiu migrar, foi então trabalhar em fazendas no Estado do Paraná. Lá conseguiu emprego em uma instaladora de rede de energia elétrica e, em virtude deste trabalho, em que era responsável por erguer as fiações, começou a percorrer o país, e a habitar a zona urbana, passando por cidades como Curitiba, São Paulo, Belo Horizonte e Vitória, sendo que nesta última cidade, possuía alguns familiares, dada a proximidade do município de Resplendor à capital capixaba. Posteriormente, mudou-se para a periferia da cidade do Rio de Janeiro, onde exerceu a função de servente de obras:

Toda vida eu trabalhava na roça, trabalhava na lavoura, plantando, colhendo (...). Ah menina, eu fui criado na roça em Minas. (...) Andei muito lugar. Fui no Paraná, só no Paraná eu fiquei seis anos. Trabalhei no Rio lá de servente de pedreiro (...). Sempre parei em Vitória por causa que meu pessoal tudo mora lá, meu pessoal de família tudo mora lá. Trabalhei, trabalhei muito lá. Trabalhei e depois fui pra Belo Horizonte, fiquei lá um ano e três meses. De Belo Horizonte eu fui pro Paraná, do Paraná eu fui pra São Paulo, pro Rio. Ih, eu vou dizer, eu conheço muitos lugares minha filha. (...) (Seu M).

Depois de viver alguns anos no Rio de Janeiro, Seu M. migrou mais uma vez com a família. O destino foi a área urbana do município de São Fidélis, localizado na região Norte Fluminense. Lá construiu uma casa onde residiu, abrigou os doze filhos e a esposa. De São

Fidélis, quando soube da ocupação das terras que deram origem ao Assentamento Zumbi dos Palmares, decidiu acompanhar o MST. Contudo, naquele acampamento já havia inúmeras famílias, por isso, Seu M. decidiu regressar a São Fidélis e, pouco tempo depois, recebeu o convite de militantes do MST e ingressou no acampamento nas terras que deram origem aos Assentamentos Ilha Grande e Che Guevara. Como muitos outros assentados, Seu M. atribui a formação do assentamento à oportunidade que teve de retornar ao campo e, com isso, realizar seu sonho de morar na roça e trabalhar no que é seu.

Disseram “ah, nós estamos precisando de gente pra modo de apanhar terra aí”, eu disse “vamos embora”, Aí minha mulher aposentou e eu falei “oh, você já tem pra você comer. Tá aí, a casa tá aí, fica aí junto com os filhos aí, que eu vou ganhar o mundo” aí vim pra aqui, oh, sozinho, no meio da turma aí (Seu M).

Com trajetória similar à de Seu M., Seu P., 64 anos, atual presidente da associação dos assentados do assentamento Che Guevara, também está entre aqueles que realizaram a trajetória migratória rural-urbano-rural. Nasceu no Estado do Espírito Santo, em um distrito próximo ao município de Bom Jesus do Norte. Neste local, localizava-se uma usina denominada Santa Isabel, onde seu pai trabalhava e onde também começou a trabalhar aos 12 anos de idade, como plantador de mudas de cana-de-açúcar. Posteriormente, passou a exercer outras funções na atividade canavieira. Segundo Seu P., a Usina Santa Isabel, onde trabalhara faliu em 1959 e para ele, o motivo repousa no fato do governo brasileiro ter priorizado investimentos em rodovias, ao invés de privilegiar as ferrovias, provocando problemas no escoamento da produção da usina. Seu pai, então ferroviário, mudou-se para a localidade de Paineiras, no Estado do Espírito Santo.

Mediante a situação de desemprego provocada pela quebra da usina, Seu P., aos 18 anos, foi convidado por seu irmão, a mudar-se para a cidade do Rio de Janeiro. Lá trabalhou como atendente em guichês de vendas de passagens, na rodoviária Novo Rio, que segundo ele, na época localizava-se na Praça Mauá. Passou a residir na zona norte da cidade, em Deodoro, subúrbio do Rio de Janeiro. Exerceu essa função por um ano, e sua memória desta época está associada à grande movimentação característica daquela rodoviária. Após um ano no Rio de Janeiro, decidiu voltar para o campo e foi morar com os pais no Espírito Santo, onde passou a trabalhar como apontador da Usina Paineiras S.A.

No mesmo ano, recebeu a notícia de que havia saído sua incorporação na Academia Militar das Agulhas Negras, por isso foi morar em na cidade de Resende, no Estado do Rio de

Janeiro, para servir ao exército. Integrou esta corporação, onde era corneteiro, por um ano, deixando a AMAN um mês antes do golpe militar, em 1964. Ainda em 1964 foi aprovado em um concurso público para o setor de Rádio Patrulha da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Em 1968, foi dispensado desta função, pelos militares. Trabalhou como servente em lojas, e depois passou a trabalhar para prestadoras de serviços de estaleiros, primeiro como vigia e depois como eletricista, profissão aprendida durante sua trajetória em empresas de estaleiros e serviços marítimos.

Casou-se e teve seis filhos. Morou em São Gonçalo. No ano de 1993, pelo que seu relato indica, já estava separado da esposa e decidiu migrar para a periferia de Campos dos Goytacazes, para morar com a mãe que se mudou para esta cidade devido a morte do pai. No ano de 1997 soube de uma ocupação do MST em São Francisco do Itabapoana, cujas terras hoje abriga, parte do Assentamento Zumbi dos Palmares. No entanto, do mesmo modo que Seu M., não integrou o acampamento, por causa do grande contingente de pessoas que lá já se encontravam:

Eu soube da ocupação pela notícia, queria ir lá pra ver. Mas não fui por conta que vi na notícia que a polícia tinha cercado tudo. Decidi esperar, daí depois fui ver se tinha vaga lá. Todo mundo ficava desconfiado lá quando chegava assim, uma pessoa diferente. Tinha umas mil barracas lá, não pude ficar lá. Mas fiquei sempre em contato com o pessoal. Ia sempre lá no fim de semana, fiz amizade lá, tinha uma amiga a dona Moreninha (Seu P.).

Em virtude das amizades e contatos estabelecidos, Seu P. não se distanciou do Movimento, assim no dia 04 de janeiro de 1998, entrou para o acampamento nas terras da Fazenda Marrecas, onde hoje é o assentamento em que reside:

No dia 03 de janeiro eu tava desempregado, e sentado em frente à casa da minha mãe, e vi um carro preto parado com um cara com um boné vermelho. Logo fiquei de pé. Era o Zé Elias do Movimento. Ele me perguntou: Você tá pronto? Eu digo claro, tô. Aí ele disse: Você não vai hoje não, mas fica preparado que amanhã vai vir um ônibus aqui e vamos pegar você. No dia 04 de janeiro de 1998 o ônibus veio me pegar. Cheguei lá, montei minha barraca, foi tranquilo. Fiquei um ano na lona, mas a Fazenda Marrecas já era do banco, o dono fez uma hipoteca e não pagou.

Seu P. C. também tem uma trajetória similar às descritas acima. Atualmente tem 65 anos de idade. Nasceu na localidade de Mussurepe, na Baixada Campista. Começou a trabalhar como cortador de cana-de-açúcar na região aos 7 anos de idade. Trabalhou também como estivador na Companhia Agrícola Baixa Grande e, aos 31 anos, em meados da década

de 1970, quando a atividade canavieira já apontava indícios de crise na região, decidiu migrar para o Rio de Janeiro à procura de emprego. Passou a residir então no bairro Catete, e conseguiu emprego como copeiro em um hotel chamado Leme Plaza Hotel, localizado no Leme. Foi lá que aprendeu o ofício de cozinheiro, tendo sido promovido a auxiliar de cozinha do hotel.

Após cinco anos de trabalho, mudou de emprego e passou a trabalhar no hotel Copacabana Palace, também como auxiliar de cozinha. Foi convidado então por um amigo a abandonar este emprego para assumir a função de cozinheiro em uma plataforma de petróleo da Petrobrás, e aceitou o convite. Porém Seu P. C. afirma não ter se adaptado ao trabalho em alto mar, por isso pediu demissão:

Aí me tiraram de lá do Leblon pra plataforma. Naquela viagem de barco faltava botar as tripas pra fora. Só viajei bem uma vez que eu fui por cima. Por baixo faltava morrer. Aí eu pedi demissão (Seu P. C.).

Logo depois, voltou a trabalhar em terra, em uma prestadora de serviços chamada Orestes Brasil, também exercendo o ofício de cozinheiro. Por esta firma trabalhou na IBM e em Furnas Centrais Elétricas S.A. Migrou então para São Paulo, em função do trabalho nesta prestadora de serviços, porém também não se adaptou à vida na capital paulista. Pediu demissão e retornou ao Catete, onde morou e trabalhou com a irmã por alguns anos, vendendo quentinhas. Quando soube da ocupação por meio de parentes que havia deixado na Baixada Campista, decidiu voltar para o campo após vinte e quatro anos residindo na cidade:

Fui pra São Paulo com essa firma e depois voltei. Aí trabalhei uns tempos no Rio, lá em Barra Seca, também pedi demissão e saí. Não tava mais gostando de cozinha não. Aí trabalhei com a minha irmã (...), lá ela vendia quentinha, mas sem nada assinado, no Catete. Daí disso eu vim embora. (...) Só vim pra cá quando saiu esse negócio das terras. Deixei tudo lá em vim pra cá.

S. também pertence ao grupo de assentados que realizaram a trajetória migratória rural-urbano-rural. Em uma situação economicamente muito vulnerável, para S., o assentamento representou a possibilidade de se alimentar e alimentar a seus seis filhos. Em sua entrevista afirmou ter saído de uma situação de extrema miséria na cidade. Nasceu no município de São Fidélis onde trabalhou em fazendas de café e, posteriormente em uma fábrica de bananada. Casou-se e mudou-se para Campos dos Goytacazes com seu marido. Lá passou a habitar a favela conhecida como Chatuba. Dentro do programa municipal de

urbanização da favela, recebeu uma casa popular da prefeitura na mesma localidade. Contudo, em virtude da violência doméstica que afirmou sofrer por parte do seu marido, o abandonou e, juntamente com seus filhos, passou a residir em um abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica, localizado em Campos dos Goytacazes. Tempos depois, o ex-marido fez-lhe a proposta de reatarm o casamento e integrarem o acampamento. S. então decidiu ir, uma vez que a proposta pareceu-lhe uma alternativa às dificuldades que estava atravessando na cidade, assim participou da ocupação e foi assentada.

Sua casa localiza-se no Assentamento Ilha Grande, à beira da estrada principal que corta o assentamento, e destaca-se dentre as outras residências em virtude ser a única naquela área a ter as janelas com vidros, estar rebocada e pintada. À primeira vista, um transeunte qualquer poderia julgar, pela aparência da casa de S., que ali residiria uma família bem sucedida no assentamento. No entanto, os relatos dos vizinhos obtidos durante o trabalho de campo, e da própria assentada, revelam que naquela casa mora uma família que atravessa graves problemas financeiros, por isso, viver no assentamento significa para S. a possibilidade de alimentar os filhos em virtude da solidariedade dos vizinhos, o que na cidade não encontrara:

Lá tinha que pagar. Tinha que sair pra trabalhar na fábrica de bananada pra pagar a conta de luz, e a conta de água. (...) Aqui os outro ajuda a dar umas coisa pras criança. Aqui os outro dá umas coisa, aí quando chega pão aí, que o homem também dá pão [o vizinho], eu reparto dois pão pra cada um. Biscoito eu pego, ganho uns quatro pacotes de biscoito e guardo lá no armário e deixo guardado pra eles tomar café de manhã. Na cidade eu morava numa casa na Chatuba, e tinha que pagar conta de luz ainda

De acordo com Almeida (2006), as percepções e visões de mundo ligadas ao rural ainda perduram, mesmo nas situações em que a terra deixou de ser uma realidade objetiva, podendo então ser acionadas nos momentos de crise social ou individual. Assim, para estes indivíduos cujos alguns aspectos de suas trajetórias foram descritos acima, há um habitus, uma história incorporada ligada ao rural que persiste, mesmo quando a história objetivada, neste caso a terra (para aqueles que residiram um período de tempo na cidade), já não existia. Daí deriva um sentimento de pertencimento ao campo, e a construção de uma identidade, que apesar de moldada pelas experiências urbanas, ainda é fundamentada nas lembranças relacionadas ao rural. Segundo Bourdieu (2005:83) isto é possível porque:

(...) A história feita coisa a qual é levada, reactivada pela história feita corpo e que não só actua como traz de volta aquilo que se leva. (...) É uma relação de pertença e de posse na qual o corpo apropriado pela história se apropria, de maneira absoluta e imediata, das coisas habitadas por essa história.

Entende-se que as situações objetivas ligadas a problemas de ordem econômica como habitação e trabalho estão diretamente relacionadas a estes deslocamentos e tendem a se destacar nas justificativas para o retorno ao campo. Sem dúvida é preciso considerar tais explicações como fortes motivos para o deslocamento destes indivíduos para o campo e/ou entrada nos assentamentos. No entanto, Neves (1997b) adverte que o termo assentado por vezes é acompanhado por um significado que remonta uma situação de reestruturação do padrão de vida anterior, ou seja, representa habitualmente um momento de transição, de liminaridade. Por isso, quando os indivíduos retomam o passado para explicar como e porque resolveram fazer parte desta categoria, é comum fazerem referências que enfatizem a situação caótica que passaram, e a sua superação em virtude do recebimento do lote.

Para Neves (1997b), a partir da entrada no assentamento, há realmente uma reestruturação dos modos de vida dos indivíduos. Porém, de acordo com a autora, é preciso uma análise para além destas justificativas, ou seja, torna-se importante não naturalizá-las, para que seja possível entender não apenas as descontinuidades presentes neste momento de transição, mas também as continuidades que a instauração dos assentamentos favorece. Já que *“a incorporação e recriação de novas condições de vida vêm sendo estruturadas a partir de reelaboração ou da reorganização das condições sociais vigentes no passado* (Neves 1997b: 2002).” Poderíamos dizer então, apoiando-se do conceito de habitus que, a partir de disposições duráveis, interiorizadas pelos agentes, estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), durante as experiências vivenciadas nas suas trajetórias, as “condições sociais vigentes no passado” abordadas por Neves (1997b), são constantemente reordenadas para as ações no presente.

Almeida (2006) observa ainda que a noção de habitus nos permite compreender que existe para aqueles que residiram muito tempo na cidade, tanto a dimensão da continuidade, em que se verifica a retomada de percepções e disposições ligadas ao campo, quanto à dimensão da mudança, dada a necessidade no momento do retorno ao campo, por meio dos assentamentos, de adaptar-se a situações e novos acontecimentos. Ambas as dimensões obedecem à mesma lógica. Em virtude da oportunidade do retorno ao campo, há também a reconstrução de identidades. Para Souza *et al* (2001), o fator migratório normalmente

fragmenta e distancia os indivíduos das práticas culturais agrícolas. Neste sentido, Borges (1989) *apud* Curado (1999), sugere que nesta conjuntura há a necessidade por parte dos indivíduos assentados, da retomada de um passado distante, ligado ao trabalho e vida no rural que, porém, na maioria das vezes, não foi perdido.

Para Sigaud (2004), o desemprego resultante da crise econômica no mundo do açúcar de Pernambuco na década de 1990, cuja situação é muito semelhante à encontrada na região Norte Fluminense no mesmo período, bem como a dificuldade relacionada à vida nas periferias urbanas pode ser uma explicação atraente para os deslocamentos para o campo a partir dos acampamentos e assentamentos. Entretanto, a autora acredita que estar desempregado é condição integrante, da motivação das ocupações, porém não é a única. Ora, há milhares de trabalhadores desempregados, tanto no campo quanto na cidade, que recusam o convite de participar dos acampamentos e, por outro lado, há aqueles com emprego e que, mesmo assim decidem participar das ocupações, como é o caso de D. e Seu J.A.. Ambos abandonaram o trabalho no Rio de Janeiro para ingressar no acampamento.

Neste sentido, Sigaud (2004:18) afiança que para além das situações objetivas advindas das crises e dificuldades econômicas, há aspectos subjetivos relacionados à motivação para entrada ou retorno ao campo por meio das ocupações, em que “*a crença de que um futuro melhor passa pela lona preta*” constitui-se assim em elemento decisivo para explicar as ocupações:

O que é novo neste momento é a crença de que debaixo da lona preta poderiam almejar a um futuro melhor. A migração, a mudança de emprego e de patrão, a assinatura da carteira de trabalho figuravam no repertório dos possíveis para “melhorar de vida”. Na década de 90, a lona preta passa a fazer parte deste repertório. Tratava-se de uma alternativa nova, mas, nem por isso, deixava de ser uma alternativa como qualquer outra (SIGAUD, 2004:178).

Percebe-se então que para estas autoras, a situação em que as crises econômicas são utilizadas para justificar a entrada ou retorno ao campo meio das ocupações são também acompanhadas por outras motivações, cuja justificativa repousa também em aspectos subjetivos. Diante disso, Castro e Giuliani (1996) observam que apesar de algumas variações, o motivo para o ingresso em acampamentos e/ou assentamentos rurais praticamente é o mesmo de todos os trabalhadores que ainda não desfizeram com o vínculo a terra, cujo pano de fundo relaciona-se com o desejo da busca da autonomia e da independência.

Para estes autores, além disso, os indivíduos ponderam que possuir um lote de terra própria pode até não proporcionar riqueza, mas simboliza uma perspectiva de estabilidade no

presente e de tranquilidade para o futuro, tanto no que se refere às estruturas objetivas, isto é, a sua reprodução social, quanto às dimensões simbólicas, como ser proprietário de algo, viver em um lugar que consideram sossegado, poder ter controle sobre seu tempo. Deste modo, foi comum também a referência a aspectos de ordem subjetiva para a entrada, retorno ou permanência no campo.

Aqueles que já viveram outrora no campo, carregam consigo a memória deste espaço como um lugar de fartura. Há também as idealizações do campo como um local de tranquilidade e segurança. Além disso, existe o peso simbólico que repousa nas afirmações cujo cerne é *morar no que é seu*, o que significa ser proprietário de algo. Essas justificativas subjetivas emergem quando os assentados pontuam os trabalhos realizados na cidade e no campo e, principalmente quando abordam as diferenças e similitudes entre a vida nestes dois espaços, como veremos a seguir.

Assim, foi freqüente entre os depoimentos dos assentados retornados ao campo em função dos assentamentos, a expressão “*nascido e criado na roça*”, cujo intuito é demonstrar que apesar da passagem pelo perímetro urbano, são plenos conhecedores da dinâmica concernente ao campo. Tal fato pode ser ilustrado a partir dos depoimentos descritos abaixo:

Eu nasci em São Luis de Mutuca, vim pra Campos (...). Mas a gente sabe muita coisa de roça. A gente nasceu na roça, foi criado na roça. Apesar de ter vindo novinha, mas meu pai botava a gente pra trabalhar na roça. Capinar, apanhar café (Dona E.).

Eu gosto de roça, fui nascido em criado em roça né (Seu M).

Poderíamos mencionar e analisar aqui vários exemplos de trajetórias similares as expostas acima, a fim de auxiliar o estabelecimento dos principais perfis dos assentados no que tange as migrações, porém aqui foi feita a opção de destacar apenas alguns relatos, de modo a não tornar a leitura exaustiva, já que as trajetórias se repetem dentro destes perfis. Os detalhes podem ser diferentes, mas o enredo basicamente é o mesmo para cada grupo apresentado, e sintetiza parte importante das histórias de vida dos assentados entrevistados.

Retomando o que foi dito, observamos então, dois principais grupos: Um formado pelos assentados que antes das ocupações e/ou estabelecimento do processo de reforma agrária residiam nas redondezas da área que hoje abriga os assentamentos, ou na própria fazenda. Estes na maioria das vezes, de alguma forma têm suas trajetórias de vida vinculadas à atividade canavieira. Deste modo, o assentamento significou um deslocamento no quadro de

posições sociais. Há também os indivíduos que no momento da constituição dos assentamentos residiam no perímetro urbano. Estes são representados pelos que estabeleceram uma trajetória ligada ao processo de migração rural-urbano-rural, isto é, aqueles que viveram e trabalharam no campo, tiveram uma longa experiência de vida e trabalho urbana e, com a possibilidade da reforma agrária, optaram por retornar ao meio rural. E por aqueles que, – na contramão da tendência de êxodo rural, freqüentemente identificado no Brasil –, estabeleceram um processo de migração urbano-rural, sujeitos que antes habitavam a cidade, oriundos principalmente das periferias de Campos dos Goytacazes e do Rio de Janeiro, tendo como única vivência e experiência concreta de trabalho no campo, as obtidas a partir das ocupações e assentamentos.

Comumente as migrações são vistas como rupturas, em que a partir das mobilizações geográficas deixa-se um local para ingressar em outro. Neste contexto, as migrações de saída do campo são por vezes avaliadas, como rompimento nas relações dos indivíduos com este espaço e, muitas vezes, com os que ali ficaram. Contudo, em um momento posterior constata-se que laços não foram dissolvidos. Há uma série de mecanismos que garantem a continuidade das relações, como observou Garcia Junior (1989), que verificou que os migrantes oriundos do Nordeste, mesmo residindo em regiões como São Paulo e Rio de Janeiro, conservavam as relações com o lugar de origem, a fim de retornar ao mesmo após acumular certo capital e lá adquirir terras. Percebe-se também que muitas vezes, esses laços não estão claros e, portanto, só aparecem no momento de crise.

Assim, a partir da análise das trajetórias dos assentados entrevistados, podemos perceber a importância dos laços familiares na efetivação dos deslocamentos. Em alguns momentos a família serviu para estes indivíduos como suporte à sua fixação no espaço urbano, este é o caso, por exemplo, de Seu P. C., que migrou da região rural da Baixada Campista para o Rio de Janeiro, onde morou com a irmã. Situação também de Seu M, que em seus relatos evidencia que sempre teve a família como uma espécie de *porto seguro* em Vitória, para onde voltava nos momentos de crises. Neste sentido, para Durham (1978) os processos migratórios possuem um aspecto calcado na família, em que o apoio de parentes e amigos recebido pelos migrantes que deixam o campo em direção às cidades, como no caso de Seu P. C. e Seu M, é essencial para o ajustamento dos mesmos no meio urbano, já que:

O migrante rural que chega pela primeira vez numa cidade grande encontra uma situação completamente diferente, ante a qual os padrões de comportamento que constituem o seu equipamento cultural tradicional se

revelam inadequados. Faz-se necessário um ajustamento inicial que se apresenta como reconstituição do seu universo (Durham, 1978: 184).

Em outros casos, a família e amigos mais próximos foram o que serviram como suporte e incentivo para as migrações de retorno ou entrada no campo, como no exemplo de Dona D., em que parentes e amigos entraram primeiro na ocupação, e depois favoreceram a sua entrada, ou então D., que migrou para o campo através da ocupação, foi assentado e posteriormente recebeu no assentamento, seus familiares que moravam na cidade do Rio de Janeiro. Portanto, o migrante não se faz sozinho.

Compreende-se então que as pessoas se deslocam com o apoio de uma instituição por vezes invisível: a rede de familiares, que serve também para ligar os indivíduos a outros espaços, como por exemplo, na mediação das relações entre campo e cidade, unindo os migrantes àqueles que não migraram cujas relações são intercedidas por expectativas e papéis sociais. Todavia, “(...) *esses laços sociais não são criados pelo processo migratório, mas antes adaptados a ele, sendo reforçados, ao longo do tempo, através da experiência comum dos migrantes* (Massey, 1987:139 *apud* Fazito, 2002:9).”

Dessa forma, do mesmo modo que Ribeiro (2001) observou junto aos trabalhadores rurais do Nordeste mineiro que migravam em direção à região Sudeste, podemos constatar que os destinos dos migrantes não são individuais. Eles são construídos em família e em comunidade. Portanto, em geral, escolhe-se migrar para onde há possibilidade de apoio de um parente, amigo ou conhecido que já se estabelecera antes, ou a eles se recorrem em determinados momentos da trajetória.

Os relatos revelam que nos assentamentos, trajetórias múltiplas se encontram. Juntamente com estas trajetórias, há um confronto de visões de mundo, dada a diversidade de sujeitos que na maioria das vezes sequer se conheciam, e que passam dividir um espaço. É neste momento que novos pontos de vista e percepções são elaborados, e experiências anteriores têm também papel fundamental na relação com o novo. Daí há também uma concepção de campo, cuja lógica se difere de outros espaços situados no rural brasileiro.

4.3. Campo e cidade: as impressões dos assentados

Ao falar em trajetória migratória, o trabalho quase sempre emerge como ponto de partida para recordar os caminhos e descaminhos vividos pelos indivíduos até a chegada ao assentamento. Por isso, a lembrança e reconstituição da trajetória, por parte dos mesmos,

estão freqüentemente associadas às situações de trabalho, ou são recordadas de forma mais linear por este vínculo, tanto para aqueles cuja origem é a cidade, quanto para os indivíduos que permaneceram no campo, bem como para aqueles que nasceram no campo, migraram para a cidade e retornaram ao campo.

Para muitos indivíduos que compõem a população rural, o trabalho se confunde com a própria vida e, para alguns, por vezes casa e trabalho ocupam o mesmo espaço. Assim, observou-se a partir dos relatos que, aqueles que residiram no campo por algum tempo antes de migrar para a cidade e, aqueles que permaneceram no campo, tanto meninos e meninas aos 7 ou 8 anos de idade, já eram familiarizados com o trabalho na agricultura:

Por ser o filho mais velho comecei a trabalhar desde cedo com meu pai. Tirava leite, amansava burro bravo, fazia carreiro (Seu N.)

(...) Nós somos família grande, minha mãe tem vinte filhos, ela criou dezesseis. Então os meninos, os filhos dela casaram e ficou nós, mulher, aí meu pai ia cortar cana e botava nós pra ajudar, (...), desde pequena. Aí juntava cana, entendeu? Juntava aqueles montinhos de cana pra aproveitar (Dona S. P.).

Ah sim... Desde pequena eu ajudava papai na roça. Ajudava ele a encher a carreta com a mão. Naquele tempo era com a mão. Não tinha máquina. Que eu trabalho desde quantos anos? Ah, isso aí, desde que eu comecei a andar. Eu nem tinha força pra segurar as crianças, mamãe já botava eu pra segurar as crianças (Dona S. F.).

Diante do cotidiano mediado pelo trabalho na agricultura, grande parte destes indivíduos freqüentou pouco tempo os bancos escolares, geralmente, sendo apenas alfabetizados, alguns se consideram analfabetos.⁵² Além da necessidade do trabalho na agricultura, as distâncias dos estabelecimentos de ensino e a dificuldade de locomoção para neles chegar, corroboravam com a insuficiente freqüência escolar. Cabe ressaltar que comumente, as mulheres eram impedidas de freqüentar a escola. A elas eram destinadas a tarefas domésticas e, também o trabalho na roça, cujo exemplo podemos verificar no relato abaixo:

Os meninos estudavam e iam a cavalo pro colégio, porque a gente morava muito pra dentro e não tinha asfalto e não tinha nada, eles atravessam ponte e mais ponte. E mamãe não deixava a gente atravessar nem de bicicleta nem de cavalo, porque a gente era mulher, aí foi então que nós viemos pra Baixa Grande. Nesse período meu pai trabalhou na usina (Dona S. P.).

⁵² Ver capítulo III.

Por conseguinte, os relatos dos assentados atestam que a vida e trabalho no campo demandavam saberes e valores que, em suas infâncias, colocaram a escolarização em segundo plano. Ora, *ser da roça e estar na roça* pressupunha naquela época um cotidiano organizado por diversas tarefas desde o alvorecer até o anoitecer, momento de descanso da jornada no campo. Daí a exigência do desenvolvimento de capacidades específicas, que envolviam antes dos conhecimentos ensinados pela escola, o manejo de ferramentas como a foice, enxada, facão, arado, bem como a compreensão das linguagens da natureza, como cores, cheiros, formas e sons (Capelo, 2007).

De acordo com as observações de Capelo (2007), ratificadas pelas declarações presentes nos relatos dos assentados que habitavam as redondezas das fazendas que deram origem aos assentamentos onde este estudo foi realizado, ou empreenderam a migração rural-urbano-rural, viver e trabalhar na roça exige habilidades peculiares como saber os significados das diferentes direções dos ventos; interpretar os sons e comportamentos dos animais; reconhecer períodos de semear e de colher; identificar as fases da Lua que sugerem mudanças; compreender iminência de chuvas ou de estiagem; calcular quantas sacas, caixas, quilos ou toneladas serão colhidos em cada safra, dada a extensão da lavoura, etc. Assim, “*socializar-se no campo engendra saberes e fazeres muito próprios que marcam as trajetórias de vida das pessoas* (Capelo, 2007:3).” Estes saberes podem, portanto, ser apreendidos sem a necessidade de uma especialização adquirida nos estabelecimentos de ensino.

(...) O chefe daqui de dentro [Técnico do INCRA], correu isso tudinho comigo, tudinho, marcamos tudinho. Parece que ele me parou porque tava caçando alguma coisa de mim, (...) Eu tenho pouco estudo. Sei escrever alguma coisinha. [Estudei] até a terceira série. (...) Quando eu era moleque ligava pouco pro colégio, me escondia no mato. Quando eu ia fazia hora, a professora colocava aquela criançada pra me pegar, eu fugia até em casa, me escondia no mato. E quando eu ia embora do colégio não marcava a lição. Eu fui um moleque atravessado. Então quando terminou de fazer tudinho aqui o tal do Sávio [Técnico do INCRA mencionado no início da fala] disse “Seu J. Q. o estudo meu é muito grande, mas a experiência do senhor aqui dentro é mais que a minha.

Como percebemos no depoimento acima, é a partir da marcação de diferença entre as atividades empreendidas no campo e na cidade que os assentados constroem os relatos a respeito de suas migrações e explicitam as identidades em jogo nestes processos. Para Dornellas (2001:3) “*migração e trabalho permanecem possuindo uma imbricação*

fundamental, cujo significado vai além da constatação mais superficial do fator migração.” Até mesmo aqueles que empreenderam a trajetória urbano-rural, têm nessa diferenciação um marco a partir do qual retornam ao passado urbano, para explicar o presente no assentamento, as identidades (re) construídas através destas relações, e suas perspectivas futuras de vida naquele espaço. Verifica-se então, a relevância que o passado possui sobre o agir cotidiano, ou seja, os indivíduos classificam a realidade da qual fazem parte e constroem identidades, observando as disposições que foram conformadas a partir das suas experiências.

Assim, há entre passado, presente e futuro, uma relação dialética cingida por meio do habitus, que também serve de fio condutor para um futuro almejado. De acordo com Setton (2002), embora o habitus seja visto como um sistema concebido no passado e direcionado para uma ação no presente, é também um sistema em constante reformulação. Deste modo, a noção de habitus serve, neste contexto, para pensarmos características de identidades sociais e de trajetórias orientadas de forma ora consciente, ora inconsciente, como foi evidenciado pelos relatos dos assentados.

Para Giuliani e Castro (1996) as dimensões culturais são elementos importantes a serem observados nos assentamentos. Assim, para os autores, após mais de dez anos de funcionamento é oportuno analisar as dinâmicas internas geradas pela convivência das famílias que passaram por períodos de atuação comunitária (como a organização da luta nos acampamentos), mas que levaram consigo elementos apreendidos durante suas trajetórias, como origem, cultura, disponibilidade patrimonial, composição familiar, motivações, aspirações, etc., bastante distintas.

Neste sentido, entender a trajetória migratória dos assentados significou, diretamente, observar em seus discursos as percepções ligadas à cultura, procedência e ao trabalho que, por sua vez, denotavam as representações sobre campo e cidade. As diversas trajetórias percorridas por estes indivíduos, atualmente assentados e suas experiências de trabalho anteriores, são questões relevantes na conformação de um modelo de organização social e produtiva dos assentamentos. Alguns exemplos encontram-se no cultivo da cana-de-açúcar, prática que marcou a trajetória de muitos assentados, no trabalho assalariado, como forma de complementação da renda gerada no assentamento, ou mesmo a fim de produzir divisas para o investimento no lote, na opção pelo trabalho individual e não pela organização de cooperativas. É a partir de referências ligadas ao trabalho que Seu J.A., por exemplo, descreve sua trajetória rural-urbano-rural.

Antes eu trabalhava de empregado pro povo, trabalhava aqui e ali. (...) Trabalhei na [usina] Agrísio e Santa Cruz. (...) Eu morei no Rio durante vinte e poucos anos. No Rio trabalhei muitos anos. Trabalhei em feira, vinte e dois anos, (...) feira livre, vendendo frango, carne de porco. (...) Todas as feiras da zona norte, zona sul, na Penha, na Glória, Catete, Copacabana. (...) Aí eu vim pra aqui. Me falaram que o negócio dessas terra ia sair. Vazei pra cá. (...) Aí com trinta eu fiquei por aqui, aí cheguei aqui e me falaram que essas terras estavam abandonadas, mais não saiu nada, aí nós ficamos tudo aguardando com medo, quando foi em 98 nós entremos pra cá. Aí todo mundo entrou e eu corri junto. (...) E na cidade eu morei Rio, mas não gostava não. No Rio eu morava lá na Taquara, que vai pra Barra, na Curicica. Muito calor, muito mosquito, e muito barulho, e muito perigoso também né. Agora bom de ganhar um dinheirinho era lá. Menina, minha filha, lá era uma coisa de louco. Era muito bom, pra ganhar dinheiro era bom. Pra moradia não prestava não (Seu J. A.).

Na trajetória descrita por Seu J.A. observamos uma constituição laboral urbana, seguida pela reconstituição laboral agrícola, impulsionada pelo processo de reforma agrária empreendido. Constata-se então, a partir do relato descrito acima, a importância que a reforma agrária teve no favorecimento do retorno de Seu J.A. ao campo, o que fica evidenciado na seguinte passagem de seu depoimento: *“Aí eu vim pra aqui. Me falaram que o negócio dessas terra ia sair. Vazei pra cá.”* Para Dona S.P., a única forma de continuar residindo no campo foi por meio da sua entrada e permanência no acampamento, ação que descreve como *barracar* e, por conseguinte, em virtude do recebimento do lote:

Olha, foi uma experiência e tanto sabe, porque me deu bom resultado, hoje eu tenho minha terrinha, valeu a pena eu barracar, apesar de muito sacrificio né (Dona S. P.).

Assim como os depoentes acima, vários outros assentados (alguns depoimentos observamos anteriormente) apontaram a instauração dos assentamentos como fator crucial para que pudessem entrar ou retornar ao campo, política sem a qual continuariam habitando as periferias urbanas. Aqueles que já habitavam o meio rural, afirmaram que se não houvesse a reforma agrária, estariam vivendo como prestadores de pequenos serviços no campo:

Engraçado que a mulher minha quando eu fui pra pegar a terra, que todo mundo ficava com medo do homem, né, achando que o homem ia matar o povo, ia jogar bomba. Por ela eu não tinha apanhado não. Não ia ter [casa] não. Assim, eu tinha e não tinha, acabou que eu não tinha nada. Hoje eu agradeço depois que veio, assim, o assentamento né, senão eu não tinha, não tinha não. Tava aí trabalhando aí, assim, para os outros (Seu J.).

Deus me livre, sem comparação. Se eu tivesse hoje lá no lugar que eu morava e sem ele [o marido, já falecido], a minha vida tava muito pior (Dona R. C.).

Olha só, talvez se você me colocar de cabeça pra baixo, não vai achar um centavo no meu bolso, mas eu digo assim, mas se você ver o que eu tenho hoje, se eu tivesse empregado na cidade, eu trabalharia vinte anos e não ia conquistar o que eu tenho aqui hoje, entendeu? Tem esse barraco aqui que eu to terminando, e ainda não pude fazer ele, mas modéstia a parte isso aqui era um curral que eu transformei numa casa. Era um curral, então essa casa maravilhosa que eu tenho hoje. E eu acho que isso é gratificante pra mim, porque se eu tivesse na cidade ia tá trabalhando e meu dinheiro ia todo para pagar aluguel, pra pagar, sei lá, outros tipos de coisas, e eu não teria esse espaço, aqui pra tá morando, aonde eu recebo os amigos (D.).

Contudo, os assentados fazem questão de enfatizar em seus discursos que o retorno, à entrada ou permanência no campo se fez por meio de muito sacrifício. A cidade aparece nos relatos como uma espécie de contraponto para explicitar as adversidades vividas. Deste modo, recorrentemente em seus depoimentos evocam o passado recente em que precisaram ficar no barraco de lona preta para conseguir seus lotes de terra, comparando-os com as casas no perímetro urbano. Alguns assentados declaram abertamente que não ficaram em tempo integral no acampamento e atribuem a justificativa às condições precárias presentes naquele espaço, aos compromissos e vínculos que ainda tinham com a cidade, haja vista que precisavam garantir a manutenção da família, ou mesmo porque já residiam nas casas que existiam dentro das fazendas, destinadas ao sistema de morada.

Eu trabalhava de acompanhante numa casa e dormia na outra. E ajudava o pessoal do acampamento a sobreviver com sacolão, pra eu poder arrumar um lotezinho pra mim. (...) Nos fins de semana, tirava serviço no acampamento, ficava, lá. Minha luta foi grande. Cozinhar eu não cozinhava não, mas eu ficava lá, porque a gente às vezes, de noite tinha que tirar vigia, vigiar o acampamento. Eu ajudava as pessoas, comprava leite pra criança, ajudava na limpeza. Porque eu tava trabalhando nessa época, cozinhava numa casa e servia de acompanhante na outra. E aí chegava fim de semana, vinha pra cá. Aí, quando saiu separaram um lote pra mim (Dona E.).

Vim [para o acampamento], mas no caso eu não acampeei não. (...) É que meu sogro morava aqui, aí ele comentou com a gente, aí a gente veio pra cá, mas não acampou não. Ele morava aqui, mas não acampou também não (...). Morava na outra casa ali, na casa da usina (Dona L.).

(...) Eu tô dizendo a você que fiquei na barraca, mas não vou dizer a você que eu, que a gente ficou assim todo dia não. A gente revezava, dia sim, dia não porque meus filhos eram pequenos ainda. Aí o que aconteceu? Quando tava um tempo fresco a gente ficava, e quando chove? É lama, entendeu? Aqui ficava úmido, mosquito, essas coisas todinhas (Dona S. P.)

As mudanças climáticas, principalmente a ação da chuva e dos ventos são referidas como as piores dificuldades passadas no local, já que a maioria dos assentados afirma que a

ocupação ocorreu praticamente de forma pacífica. Como observamos em depoimentos anteriores, as fazendas já estavam de posse do Banco do Brasil e tinham sido declaradas improdutivas, o que pôde ter diminuído a incidência de conflitos mais diretos.

Nós dormia assim no seco e acordava debaixo d'água. Foi brabo, foi triste (Seu J.A.).

Foi muito difícil! Sair de dentro de casa com tudo, com luz elétrica, televisão, geladeira, tudo direitinho, móveis, e vir acampar numa barraca de palha, foi muito difícil. Cobra dentro de casa, o vento era esse tipo aqui, só que derrubava tudo. (...) às vezes à noite a gente ficava no relento. (...) Tinha época que a gente não podia dormir não. Botava as crianças tudo em cima da mesa, fazia buraco no chão pra água ir descendo, fazia um buraco aí descia um pouco de água (Dona D. F.).

Você, não compara uma barraquinha de lona com um teto né, que fiquei no caso. Bate uma chuvada, a terra fica úmida, os filhos dormindo e coisa, mas me deu oportunidade (Dona S. P.).

De acordo com Turatti (2001) o acampamento é uma passagem adaptatória. Trata-se de um momento intersticial, de uma multiplicidade de processos, em que os indivíduos foram separados de seu universo social anterior e passam a ingressar outro espaço, cuja dinâmica difere-se daquela presente em seus cotidianos. No acampamento, os indivíduos recebem também uma nova condição, a de serem *sem-terra*. Neste momento há, então, uma re-significação de valores, que observando experiências anteriores, são moldados a partir de uma nova realidade da qual compartilham, o que dá origem a expectativas para a estabilidade no local. No momento do acampamento realidades díspares se encontram e são ladeadas por conflitos e confluências, dando origem à construção de um novo processo de sociabilidade. As circunstâncias proporcionadas pela situação de acampamento são freqüentemente lembradas pelos assentados:

Minha filha, o acampamento aqui entrou os empregados porque o primeiro direito é dos empregados (Seu J).

[O acampamento] Era bom também né. Estando junto com os outros, brincando conversando. Comendo ou bem ou mal, mas não passava fome, também. Quanto não tinha traíra pra comer, comia sassá mutema [nome dado a um peixe] (Seu A.)

Todos são ótimos. Meus vizinhos todos aqui são da época do acampamento (Dona D. F.).

No acampamento é preciso também aderir a acordos e assimilar novas normas. A vigília que acontecia nos assentamentos em questão é um exemplo de normas com as quais os indivíduos tiveram que se familiarizar e aceder no momento do acampamento. Este compromisso é sempre lembrado pelos assentados, principalmente por aqueles que ainda possuíam vínculos diretos com o perímetro urbano, como observamos no relato de Dona E., descrito acima e, como podemos verificar no depoimento de Dona D.F., que se recorda da responsabilidade que filha tinha de se deslocar da cidade para cumprir sua escala na vigília no acampamento:

Às vezes ela fazia assim, ficava lá na casa do pai, e sexta-feira ela vinha. Quando era noite de tirar vigia, ela tinha que vir tirar vigia. Ela saía da faculdade, vinha. Às vezes ela vinha sozinha, às vezes a gente pegava ela lá. [A vigília] era em grupo, cada dia tinha um grupo que tirava a vigia do acampamento todo. Aí dividia assim, de tal hora até tal hora as mulheres tiram. Depois as mulheres se recolhem e os homens vêm terminar a noite. (...) Chovendo, e como fosse. Tinha que tirar (Dona D.F.).

Neste sentido, ao definir o conceito *forma acampamento*, Sigaud (2005) reitera que este consiste em algo para além do mero ajuntamento de pessoas em um determinado espaço, cujo intuito é reivindicar a desapropriação de terras das fazendas de lavouras de cana-de-açúcar. Para a autora, o acampamento compreende, portanto, uma organização espacial, um protocolo para entrar e nele se alojar, regras para ali conviver, um vocabulário próprio e elementos dotados de forte simbolismo, como a bandeira e a lona preta.

Quando questionados a respeito das diferenças entre condições de vida antes e depois da entrada no assentamento, os assentados são enfáticos em dizer que apesar de todas as dificuldades a vida melhorou após o recebimento do lote. O que demonstra o significado que migrar para o assentamento possui para estas pessoas, no sentido da promoção de alterações das condições de vida e mobilidade também social.

Pra falar a verdade eu acho que se eu tivesse em Campos minha vida não estaria tão boa quanto tá aqui. Tão encaminhada como tá. (...) Lá o dinheiro do serviço que o ajudante ganha é a continha, não dá nem pra comprar um remédio. Se você pensar direitinho é muito pouco. (...). O que eu tenho a dizer pra você é que eu tô satisfeito aqui. Olha a moitinha de cana que eu plantei ali ó, deu seiscentas dúzias de cana. Eu tirei R\$ 705,00. Na cidade eu não tiraria (Seu M Venâncio).

Olha, hoje eu posso dizer a você que eu sou mais isso aqui que eu tô vivendo hoje. Eu tô trabalhando no caso pra mim, entendeu? Tô trabalhando pra mim, dentro do que é meu. Agora eu não vou dizer a você que eu vou gostar se eu

trabalhar pra fora. Eu vou ter meu ganho, mas trabalhando para os outros você pode ver que o salariozinho é miseravelzinho, é um salariozinho muito miseravelzinho (Dona S.P.).

Geralmente, após externarem as dificuldades atravessadas em função das ocupações, cujo intuito é também demonstrar a legitimidade que tem de estar naquele espaço, lavrada pelo sacrifício e percalços atravessados na situação de acampamento, os assentados, descrevem além da visível importância econômica, o significado simbólico que paira no fato de terem se tornado *proprietários* de algo. Ora, migrar para o campo ou nele permanecer por meio dos assentamentos e, portanto, ingressar nos programas de reforma agrária, não significa apenas melhoria da qualidade de vida em termos estritamente econômicos, mas também representa estar inserido dentro de um projeto do Estado, de onde deriva uma mudança significativa na posição dos indivíduos, enquanto membros de uma sociedade cuja propriedade possui papel fundamental. Desta forma, os indivíduos revelaram que antes de receberem o lote possuíam o desejo de serem proprietários de algo, em que o “*morar no que é seu*” e todos os aspectos simbólicos que esta expressão carrega, assumem um papel essencial na justificativa das migrações para o assentamento.

(...) Aqui é meu. Eu tô trabalhando pra mim. Entendeu? (Dona S.P.)

Eu vou dizer, na cidade não arrumei nada né, aqui, por exemplo, eu tenho essa terra que por enquanto eu to nela, e ninguém tem nada, eu tenho esse pedaço de terra pra segurar. Tenho dezoito cabeças de gado. Já é alguma coisa, porque eu não tinha nada mesmo (Seu P.C.).

Agora se eu tivesse trabalhando de empregado, eu não teria isso. Por exemplo, algumas coisas que eu consegui; alguns animais, a cana para caldo, entendeu. Eu consegui, com todas essas dificuldades, eu consegui (D.).

Aqueles que eram proprietários de algo no perímetro urbano, comumente afirmam que o recebimento de um lote de terra apresentou-se como uma chance de adquirir uma melhor posição no trabalho, ou mesmo como uma oportunidade de residir num lugar mais tranquilo, arejado, longe da agitação pela qual caracterizam o espaço urbano. A partir do momento em que os assentados concluem que suas vidas melhoraram após a migração para o campo e/ou entrada no assentamento, surgem as percepções acerca dos marcos que delimitam as diferenças entre o campo e a cidade. Nos diálogos acima já podemos perceber indicações a respeito das diferenciações estabelecidas entre estes espaços. Quando perguntamos diretamente se tais diferenças realmente existem, novos aspectos emergem. Assim, apesar da tendência de alguns estudos no ramo da Sociologia Rural apontarem para a diluição das

fronteiras entre o urbano e o rural, foi possível observar que, para os assentados desta pesquisa, estas fronteiras ainda são bastante claras.

O primeiro aspecto externado acerca do que os assentados pensam sobre campo e cidade, e que deixam transparecer suas percepções sobre tais espaços, refere-se especialmente ao trabalho, às atividades realizadas ao longo de suas trajetórias tanto no meio rural quanto no perímetro urbano. Para os assentados, diante das experiências vivenciadas, o trabalho no campo é muito mais pesado e difícil quando comparado às funções exercidas na cidade, em virtude dos investimentos que têm que ser despendidos e da necessidade do esforço físico direto empreendido na agricultura e pecuária, na maioria das vezes, contando apenas com a ajuda dos familiares. O que podemos ver em diversos depoimentos.

O trabalho de roça é mais pesado. (...) Porque ó, você vai pegar enxada, é um corte de cana, é uma capinagem que é doído mesmo. Pega e encara aí uma terra dura pra você ver. Eu já passei por isso. Foi até uns tempo atrás, essa aliança minha aqui afundou pra dentro, porque eu tava sem água pra colocar pro gado, com muita água ali mas a vala esvaziou e o gado ia ficar sem assim, aí eu tive que pegar o enxadão e abrir o poço pra eles tomarem água, isso aqui meu inflamou tudo. Isso é pesado, serviço de enxada é pesado, mas a gente não mora na roça? Quem mora na roça tá sujeito a isso tudo né. Quem mora em roça tá sujeito a isso tudo (Dona S. P.).

Eu trabalhava (na cidade) de acompanhante numa casa e dormia na outra. Mas aqui, isso aqui a gente vive, mas numa luta. É muito trabalho, é muita coisa. (...) Mas eu gosto, eu tô aqui mais também porque eu gosto, eu podia ter vivido lá (na cidade). Meu filho mora lá, mas a minha opção foi vir pra cá.

Ah, aqui é brabo. O serviço aqui é brabo (...). É porque é um calorão. Eu tava limpando a beira do aipim, olha lá, aí devido ao sol quente eu dei uma parada né, pra deixar refresca (Seu J.).

Olha só, na roça não tem verão, não tem inverno, todo dia é dia, toda hora é hora de trabalho. Olha esse sol, trabalhar com esse sol queimando as costas da gente não é fácil não, na cidade não tem isso não. Aqui é pra quem gosta mesmo (Seu A. R.).

Para os indivíduos que passaram pelo processo de migração urbano-rural ou rural-urbano-rural, ou mesmo aqueles que habitavam o campo, mas exerceram funções no perímetro urbano, as comparações entre a cidade e o campo por meio do trabalho são diretamente relacionadas às profissões que exerceram na cidade. As mulheres geralmente trabalham como empregadas domésticas e os homens como estivadores, ou serventes na construção civil. Daí a memória que têm do trabalho na cidade é de uma atividade penosa, cansativa e reguladora. Por isso muitos comparam o passado no mercado de trabalho urbano a uma *prisão*, onde tempo era controlado, e às horas marcadas.

Você vai trabalhar em casa de família você é castigado, você tem que ter hora e tem que tá ali, oh, é muita coisa pra gente fazer. E eu no caso dona de casa, vou ter que dar conta do serviço da minha casa e vou ter que dar serviço pra aquilo que eu peguei né. Quem pega o serviço pra fazer tem que prestar conta né. Mas aqui no caso, tá cansado? Você pode parar um pouquinho pra descansar. E você trabalhando fora? Você não pode parar. Tem que ficar igual a um relógio ali. (...) Eu penso assim né. Porque quem pega um serviço, você tem que ter compromisso com aquilo. Você tem que dar conta também né. Pra você começar a fazer e largar no meado do caminho, nem é conveniente você pegar um serviço desse (S. P.).

A pessoa trabalha numa casa de família, ele não pode faltar um serviço. Aqui eu não tô faltando porque tem que vir. (...) Trabalhar em casa de família é muito enjoado. (...) Lavar janela, limpar chão, fazer comida. Você morre fazendo as coisas e nunca tá bom. E se você trabalha numa fábrica, num lugar grande, e o dia que você faltar um serviço fica outro no lugar né. Agora você trabalha numa casa de família só você ali, o dia que você sair não tem outro pra botar no seu lugar. Pode tá doente tem que ir. (...) Eu não gosto, me sinto mal, eu tá trabalhando na casa de uma pessoa e a pessoa chama gente de fora. Tem quer botar cafezinho na mesa, tem que botar comida na mesa. Mas eu não gosto mesmo. (...) Ah, eu não gosto não. Eu tenho vergonha. Empregada doméstica, eu tenho vergonha disso. (...) Eu acho melhor tirar leite da vaca. Muito melhor, mais tranquilo. Pra mim é ótimo. Eu faço o que eu gosto (Dona S.F.).

Por meio da diferenciação entre campo e cidade através das modalidades de trabalho, um aspecto interessante emerge nos depoimentos dos assentados: A discussão acerca do grau de liberdade que acreditam que as pessoas possuem segundo cada um destes espaços. Liberdade que consideram ter de plantar, colher, morar no que é seu, se vestir do jeito que mais lhe convém, viver com tranquilidade. A cidade é sempre vista como o espaço da agitação, da correria. Alguns assentados creditaram à cidade a característica de ser portadora de lazer, isto é, de proporcionar diversão.

Contudo, para os assentados, o lazer não substitui a liberdade de que tanto falam e que atribuem como a principal característica portada pelo campo, ou como costumam dizer, pela *roça*. Contrastando com o controle do tempo atribuído a cidade, a liberdade do campo também é referenciada a partir do tempo. O tempo naquele espaço não é controlado por um agente externo, isto é, pela figura de um patrão, um gerente, mas sim pelo próprio assentado. Este atributo conferido ao campo está diretamente relacionado com os depoimentos sobre a importância delegada a propriedade de um pedaço de terra que passaram a ter no assentamento, daí a ênfase dada nos relatos, mencionadas acima de que *aqui eu trabalho no que é meu*. Poder trabalhar no que é seu e assim ter controle sobre seu tempo, sobre seu corpo.

Na cidade o sujeito tem lazer, mas não tem liberdade. Na roça tem liberdade (...) Ah, lazer é se divertir, fazer um passeio, a liberdade da roça é não ter horário, ter tranquilidade, isso é liberdade. (Seu A.R.).

Olha, eu digo a verdade a você, na roça a gente tinha mais uma liberdade porque trabalhava mais sabia que de noite tava em casa. E já na cidade, quantos dias eu saía de madrugada pra ir trabalhar já com caminhão cheio carregado, não sabia a hora de voltar. Saía de madrugada, no outro dia saía meia noite, uma ora da madrugada pra ir para os sertãos brabos fazendo entrega. Quando voltava ainda ia carregar o carro de novo, já de noite. Chegava em casa eram onze horas, meia-noite. (...) Aqui já é mais um sossego, trabalha o dia todo mais a noite você sabe que de noite tá em casa. É outra tranqüilidade né (Seu A.).

Para os assentados, da possibilidade do controle do próprio tempo no campo, favorecido por possuírem o seu lote e trabalharem para si, deriva a tranqüilidade, o sossego, características igualmente atribuídas ao rural. Segundo os depoimentos coletados, no assentamento em virtude controle do próprio tempo pelo indivíduo, é possível parar, descansar e trabalhar nos momentos que lhes são mais oportunos, ao passo que na cidade é preciso correr sempre, porque tudo tem hora marcada. A cidade é então adjetivada pela agitação e ao campo é atribuída a característica do sossego.

(...) Eu sempre foi adepto da tranqüilidade, sempre gostei de ter uma vida tranqüila, agora é lógico a gente não é de ferro. Se eu ficar aqui 30 dias só escutando esse vento soprar eu fico maluco também. Mas é isso que eu falo, a relação que eu tenho com vários amigos aqui supera essas coisas, supera. Tem a galera do MST, tem o pessoal da CPT, tem os universitários que são um apoio, que a gente consegue às vezes as quintas-feiras dá uma paradinha lá naquela padaria, no Braseirinho, o pessoal da agronomia da UENF. E às vezes quando eu to aqui muito sozinho, eu do uma paradinha lá, tomo um “soro” com o pessoal (D.) (...).

Eu acho que na roça é melhor. Eu acho na roça melhor, a tranqüilidade é outra. Eu acho. (...) A pessoa tá despreocupada. Eu venho pra aqui e fico aqui ó, não tenho nada a pensar, só trabalhar, olhar o que tem e acabou. (...) Nada, aqui empata, paga a mesma coisa e eu ainda acho lá pior ainda do que ai. (...) Porque a cidade agora tem pouco serviço, e na roça sempre tem. (...) Eu aqui não trabalho porque não quero trabalhar. Já trabalhei muito, agora é vive o resto da minha vida, o que eu tenho dá pra mim viver (Seu M).

Isto nos leva a inferir que, se antes, acreditava-se que, migrar para a cidade, de certa forma, consistiria em uma maneira de libertar-se das amarras presentes no campo, para os assentados entrevistados, hoje, voltar ao campo por meio dos assentamentos – apesar de todas as dificuldades enfrentadas e decorrentes dos problemas da implantação da modalidade de reforma agrária preconizada pelos últimos governos –, significa adquirir uma liberdade perdida no momento em que de lá foram expulsos, e tiveram que alojar-se nas periferias urbanas. Daí emerge a constante comparação entre cidade e campo por meio dos quesitos sossego e tranqüilidade.

E para aqueles que pela primeira vez experimentam a oportunidade de viver e trabalhar no meio rural surge a possibilidade de libertar-se ou pelo menos atenuar os efeitos das privações sofridas nas áreas mais carentes das cidades, locais onde reside a maioria dos brasileiros que não têm a qualificação exigida para atuar no mercado de trabalho urbano contemporâneo. Além do peso simbólico de morar no que é seu, ter sua casa, seu espaço de trabalho e sentir-se valorizado pelos resultados do empenho na lavoura, situação bem diferente de quando residiam nas periferias da cidade, como foi discutido anteriormente.

Isto demonstra que a migração quando relacionada a fatores sediados no campo, nem sempre pode ser considerada um fenômeno negativo, já que neste caso emerge como uma oportunidade de melhoria na condição de vida destas pessoas e de autonomia. Todavia, Oliveira (2002:131) pondera que esta autonomia e por conseqüência a liberdade proferida pelos assentados é relativa, uma vez que *“o assentado se encontra, de certa forma, subordinado às normas “impostas” pelo INCRA, no que se refere, por exemplo, à formalização das próprias relações interpessoais no assentamento.”* Não obstante, ao ingressar num assentamento de reforma agrária, o indivíduo passa a ser controlado não só pelo INCRA, mas pelas agências de assistência técnica como a EMATER, EMBRAPA, etc., em função dos projetos estabelecidos, além de submeter-se a compromissos financeiros, como os empréstimos assumidos junto a bancos, por meio de programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

As diferenciações entre campo e cidade, favorecem, sobretudo, a construção e reconstrução de identidades peculiares ao assentamento, firmadas mesmo para aqueles que efetuaram a migração urbano-rural. Assim, a despeito da heterogeneidade presente nos assentamentos há a formação de identidades que são compartilhadas pelos indivíduos, fundamentadas em aspectos como trajetórias semelhantes, no processo de luta pela terra e pela convivência no acampamento, e a própria formação do assentamento. Por isso o assentamento pode reordenar as diferentes trajetórias ali encontradas, em virtude da convivência engendrada naquele espaço (Giuliani e Castro, 1996).

A construção de identidades pode ser verificada principalmente nas expressões *“eu sou da roça”*, *“sou nascido e criado na roça”*, *“eu gosto de sossego”*, freqüentemente acionadas pelos assentados, cujo objetivo é também demonstrar aos indivíduos externos como pesquisadores, técnicos extensionistas, etc., que são agricultores, preferem viver e trabalhar na roça e, portanto, que é legítimo que tenham recebido o pedaço de terra. É por isso que Hall (2003) assevera que as identidades são constituídas de forma ininterrupta a partir das visões

do mundo e eventos que circundam os indivíduos, e de suas vivências precedentes. Ora, como afirma Woodward (2003), a identidade é algo relacional, e uma de suas funções é demonstrar distinções.

Porque eu sou da roça. Não sei, eu nasci e me criei na roça. E aqui a gente vive sossegado. Na realidade, eu vou a Campos, a gente que é acostumado com lugar sossegado, é muito movimento, e eu não sou acostumado com isso. Eu sou igual a bicho do mato (Seu J. Q.).

Outro aspecto que emergiu nas conversas e que para os assentados retrata a diferença entre campo e cidade refere-se ao provimento de bens de consumo alimentar, como frutas e verduras. Foi recorrente entre os assentados a afirmação de que na cidade tudo tem que ser comprado, ao passo que no campo há a possibilidade de plantar ou mesmo contar com a generosidade do vizinho para obter alimentos como banana, aipim, milho, etc.:

Porque vamos fazer assim, não repara o modo de eu falar, você é minha esposa, nós chegemos em casa, eu chego em casa, aí você fala “Zé, nós tamo sem carne aí.” Precisava comprar uma abobrinha, e eu digo “fulana, agüenta aí”. Eu vou ali embaixo e apanho um peixe, dá pra cumprir o lugar da carne. Precisava comprar uma abobrinha, eu vou na roça e apanho, entende? Se o gás acabou, “Ah Zé, o gás acabou”, eu digo, “oh tô sem dinheiro agora”, não tem problema não, eu vou ali e apanho um feixe de lenha e fogão a lenha, tudo de graça. E a vida na cidade é no pão seco, se você não tiver, você não come, entendeu? Então, embora você ganhe melhor lá um cadinho, mas se eu for botar tudo em conta aqui, na roça ganha mais (Seu J.Q.).

Ah, na cidade a gente gasta, lá tudo a gente compra, aqui não. Às vezes o vizinho traz uma verdura, uma coisa assim, aqui gasta menos do que lá. Lá não, lá tudo é comprado, tudo tem que ser comprado. Aqui tem sempre tem um vizinho que traz abóbora, milho verde, aipim. De um jeito ou de outro eles tão trazendo. Lá é difícil um vizinho ter uma moitinha de aipim, quando tem assim mesmo é pouquinho (Dona R. C).

Na cidade não há tempo para gente fazer o que gosta de fazer. Ali tudo é pago. Aqui não, eu como banana figo frita e até hoje nunca paguei um centavo, os vizinhos sempre me dão (Seu P.).

(...) Na roça a gente quer comer uma carne fresquinha, quer comer uma galinha fresquinha e tem (Seu J.A.).

Eu sou pedreiro sabe, só que a vocação minha, eu acostumei já na roça. É costume. Criar leitoinha, criar uns franguinhos que tão presos ali. Vai na roça e lida um cadinho, leva um cachinho de banana pra casa, leva um aipim. É isso aí. Na cidade é aquela merreca por dia né? Uma mixaria que os patrões da gente pagam a pessoa hoje (Seu M. V.).

Além disso, para os assentados a cidade pressupõe uma indumentária mais sofisticada, daí emerge entre eles a percepção de que a aparência tem uma importância fundamental para aqueles que vivem e freqüentam o perímetro urbano. Assim, concluem que somente é possível ser bem atendido e bem recebido nos estabelecimentos urbanos, se estiverem bem vestidos, ao contrário do que acreditam acontecer no campo, onde as pessoas são livres para trajar-se de forma mais simples.

A vida da cidade a diferença é que pra mim, tudo bonitinho, calçadinho, cabelinho penteado jogado pra trás, vivendo na banha, mas com o que tá no bolso não dá pra comprar um guaraná, concordou comigo? (...). É bonito né, com roupinha limpinha, bem trajado, calçadinho no pé, né. E aqui na roça não tem. Aqui você tem que jogar o pé no chão, e bem, se você quiser vir com uma roupinha melhor você pode vir, mas chega ali você troca, apanha a inferior e joga no batente, de tarde você larga a inferior ali, bota a limpinha e aí acabou (Seu J.Q.).

Por que. Eu vou dizer por quê. Bota eu pertinho, pega uma pessoa de Campos lá e bota eu pertinho e vê. Posso até ter a mesma idade, você vê que a diferença é muita. O maltrato, eu no caso aqui trabalhando no sol. Lá eles tão lá, tão em casas, trabalhando em casas assim de doméstica, não é como a gente. A gente fica trabalhando aqui, a gente fica maltratado, o meu cabelo, você vê é queimado, oh, é queimado, tadinho do meu cabelinho. Olha só que tristeza, áspero. A gente recebe, entendeu, mas eu prefiro aqui. Se eu tivesse financeiro melhor, eu acho que minha vida era outra, mas eu não tenho e o que me pertence tá aqui, então eu tenho que encarar isso aqui mesmo (Solange).

Tem que melhorar a aparência um cadim né minha filha, porque senão ninguém atende a gente na rua (Dona E.).

Nem aqui vou muito na cidade. Vou muito pouco na cidade, quem vai é a mulher. Não gosto de ir na cidade não, tem que trocar roupa, colocar sapato (...). (Seu P.).

Para Sayad (2000:14-15), as migrações não acontecem sem deixar suas marcas, mesmo que não as reconheçamos. Para o autor, não se habita impunemente outro local, outra sociedade, sem que algo permaneça desta presença, sem que os indivíduos sofram experiências e sensibilidades individuais. O fato de não percebermos estas mudanças advindas do contato com os outros, nos meio em que vivemos e por quais passamos, é, antes de tudo, um sinal e a garantia da eficácia e solidez das mudanças sociais e culturais e, portanto, atesta a apropriação daquilo que interiorizamos e incorporamos.

Apesar das diferenças estabelecidas os assentados estão em contato contínuo com a cidade. Como fora mencionado no capítulo III, os assentamentos que consistiram no local onde esta pesquisa foi realizada, estão localizados relativamente próximos ao perímetro urbano. São ligados diretamente à cidade pela presença do transporte urbano e pela atuação do transporte alternativo, representado pelas vans que cortam os assentamentos e que conduzem as pessoas para o centro de Campos dos Goytacazes. Devido ao contato direto com o perímetro urbano, dada a passagem dos indivíduos por este espaço durante o processo de migração rural-urbano-rural e urbano-rural, bem como por meio da experiência de trabalho nas cidades, tendo em vista as observações de Sayad (2000), verifica-se que características consideradas oriundas da vivência urbana estão inculcadas em seus *habitus* e, também contribuem para a conformação das identidades presentes naquele espaço.

Tais fatos colaboram para que os assentados busquem aproximar suas formas de vida no assentamento à vida na cidade. Assim as diferenças entre o rural e o urbano e as fronteiras estabelecidas para estes dois espaços de fato existem para os assentados, mas estão mais ligadas aos aspectos anteriormente mencionados – como às modalidades de trabalho empreendido em cada local, ao menor ou maior trânsito de pessoas naqueles espaços, ao controle do tempo e a tranquilidade atribuída aos assentamentos, ao modo de trajar-se –, que a forma de vida no que tange a aspectos como desejo de uma renda fixa e aspirações por serviços essenciais como saúde e educação, melhoria na estrutura das casas, aquisição de eletrodomésticos, etc.

Ainda que em seus discursos seja possível observar que os assentados sempre fazem menção às características tradicionalmente atribuídas ao campo e, as suas vantagens e relação à vida no perímetro urbano, as experiências de trabalho durante a passagem pelas cidades não são de forma alguma descartadas pelos assentados. Muitos ainda têm o trabalho urbano como uma salvaguarda em momentos de crise. Deste modo, dado os processos migratórios urbano-rural e rural-urbano-rural foi possível aos assentados comporem alternativas, que são comumente utilizadas no momento de estagnação e crise no trabalho agrícola, principalmente em consequência das intempéries climáticas bem como da baixa dos preços decorrentes da superprodução, o que foi constatado no momento da pesquisa para este trabalho. Dado o período de queda no preço da cana-de-açúcar no mercado em virtude da superprodução, ocorrida no momento da coleta de dados para este trabalho, os assentados acionaram suas experiências de trabalho pretéritas e, passaram a realizar o que chamam de *bicos* nos centros urbanos mais próximos dos assentamentos, para garantirem sua sobrevivência.

Deste modo, de acordo com Souza *et al* (2001), a conformação desses afazeres representa um meio encontrado de sustentabilidade econômica, tratando-se de estratégias de sobrevivência decorrentes das interrupções das atividades agrícolas. Assim, as experiências laborais urbanas em funções como pedreiro, doméstica, eletricitista, motorista, etc., compõem um novo mecanismo de sobrevivência utilizado nos assentamentos e que colaboram com a renda familiar. Consistem, portanto, num mecanismo de burlar, por vezes, a miséria proveniente da ausência de políticas públicas efetivas no campo, principalmente em momentos de colapsos como o mencionado acima.

Por conseguinte, verifica-se que as experiências de trabalho assalariado, mesmo que de forma precária no mercado de trabalho urbano, incutiu nos assentados o anseio por uma renda fixa, aspecto nem sempre encontrado no trabalho agrícola, em que o indivíduo tem que promover um investimento inicial para então, depois muitas vezes, de um longo período, colher e assim receber pelo produto cultivado, como observamos no depoimento abaixo:

(...) Uma coisa que eu não sabia, mas a prática foi me mostrando isso, é que o campo exige um investimento maior para você viver (...) (D.).

Isto faz com que muitas famílias de assentados incentivem a que pelo menos um indivíduo do núcleo familiar exerça uma atividade assalariada, a fim de garantir alguma renda à família em momentos de crises. Desta forma, relatos colhidos entre os assentados atestam a valorização dada ao exercício de uma atividade remunerada de forma fixa.

Ele trabalha na prefeitura, meu marido. (...) Ele trabalha em caminhão de fossa. (...) É como eu falei com você, ele tava pescando no mar, aí ele largou porque a distância é muito longe, aí foi onde ele pegou esse serviço. Então todo mês ele recebe o dinheirinho dele, mas já vem descontando, aí é onde que a gente aqui, eu, meus filhos pra roça faz um biscatezinho (Dona S.P.).
É na cidade eu morei, morei no Rio, mas não gostava não. (...) Muito calor, muito mosquito, e muito barulho, e muito perigoso também né. Agora bom de ganhar um dinheirinho era lá. (...) Menina, minha filha, lá era uma coisa de louco. Era muito bom, pra ganhar dinheiro era bom. (Seu J.A.).

Dadas as crises e a demanda por uma renda fixa, alguns assentados dos assentamentos estudados estão incluindo em suas estratégias de sobrevivência, o trabalho assalariado nas olarias destinadas a produção de tijolos e telhas, que se localizam nas proximidades dos assentamentos. Trabalham como estivadores, carregando caminhões com tijolos e telhas ou fazendo o que chamam de *queimar tijolo*, que é a atividade de com o auxílio de um carrinho de mão, transportar e colocar os tijolos ainda frescos nos fornos de carvão para serem

queimados. Estas funções apesar de exaustivas são vistas pelos assentados como vantajosas em virtude de não precisarem se deslocar até a cidade ou para locais mais longínquos para trabalhar.

Portanto, trabalhando nas olarias, mantêm-se no campo e próximos aos assentamentos, ao mesmo tempo em que garantem uma renda fixa. Esta renda, na maioria das vezes, é investida na produção agrícola, como por exemplo, na compra de sementes, animais, pagamento de mão-de-obra para ajudar na plantação e colheita dos produtos, limpeza dos terrenos, etc. Ou então é destinada ao pagamento de prestações de móveis e eletrodomésticos que foram adquiridos e financiados nas lojas pertencentes ao comércio urbano. Assim é comum encontrar entre os assentados aqueles que trabalharam, trabalham ou possuem algum parente nas olarias da região.

Aqui o serviço que tem é em olaria, mais. Aqui se a pessoa for botar o cara pra trabalhar pro sujeito, o negócio também fica ruim. Aí o que e que eu faço? Aí o sujeito tem que pegar até com a mulher mesmo pra ajudar. [Os filhos] não ajudam não, porque eles estudam. Os dois mais novos estudam, e o outro não quis estudar, tá com dezesseis anos, aí tá trabalhando aqui mesmo né, pegou olaria. (...) Cada um quer ter o seu dinheirinho né (Seu J.).

Eu trabalhei em olaria, eu enchia caminhão de tijolo, caminhão de lenha. Era pesado, mas eles pagavam bem. (...) A olaria era em Babosa. Mas lá não tinha carteira assinada. Mas depois eles queriam assinar a carteira, mas eu não quis não porque o serviço era muito pesado. Ficar presa num serviço pesado daquele? Aí eu comprei umas coisas que eu quis. O que eu queria comprar eu comprei, aí saí. (...) Comprei cama, comprei bicicleta, comprava as coisas para as crianças, comprei colchão. Tudo o que eu precisava eu comprei (Dona S.F.).

Mas aí Silvia, eu não tenho vergonha de dizer não, às vezes o povo fala assim “ah os filhos dela tão tudo trabalhando”, mas raciocina comigo: Eu tenho quatro filhos, tenho esse mais velho aí que trabalha em olaria. (...) O mais velho, o outrozinho meu que tem dezesseis também trabalha em olaria, é de menor também, eu sei que é de menor, mas trabalha. E os meus doizinhos gêmeos que é essezinho que tá aqui e outrozinho, que tá catando até quiabo, então veja bem, tão tudo rapazinho, você já pensou, parou pra pensar como é a vida minha, de eu ter que dar dinheiro aos quatro pra eles saírem e se arrumar? Então é onde que eles trabalham praticamente pra eles, mas eles me dão uma ajudazinha, compra um gás, pagam uma luz. Mas tem os estudos deles que é eles que compram as coisinhas pra eles, tá entendendo? É uma roupinha pra eles, é eles que compram. Já parou pra pensar como é que eu ia me arrumar pra dar dinheiro aos quatro pra sair? (Dona S.P.).

Diante das experiências urbanas e da grande proximidade e interlocução com a cidade, os assentados além de desejosos de uma renda fixa, passaram a aspirar ao consumo de produtos caracterizados por eles como típicos da cidade, como DVDs, aparelhos de som, etc.

Internalizaram as experiências vividas ao longo das suas trajetórias e conformaram um habitus também fundamentado nas disposições formadas a partir do ideal de consumo. Tornaram-se deste modo, consumidores dos produtos disponíveis no mercado urbano. Desta forma, emerge um intrincado jogo de interpretações acerca da vida no campo e na cidade, fruto do encontro das várias trajetórias que são reunidas no espaço do assentamento, e da sua incorporação no mercado consumidor, favorecida pela renda obtida após o recebimento do pedaço de terra.

Assim, conforme já foi observado por Medeiros e Leite (1998), ao serem instaurados, os assentamentos exercem uma pressão nos poderes locais por demandas de melhor infraestrutura o que incluem aspectos como luz elétrica, saúde, transporte, escolas, atenuando sua dependência com a cidade. Como foi aventado em uma das hipóteses deste trabalho e, comprovado a partir da pesquisa empírica, estas alterações realmente repercutem no campo e, por conseguinte, nos assentamentos, modificando o estilo de vida concebido tradicionalmente para as pessoas daqueles espaços. Estas alterações correspondem ao inexorável e constante processo de transformação cultural a que qualquer sociedade está sujeita, já que aspectos como identidade e habitus estão sempre em processo de reconstrução e reelaboração.

Todavia, cada grupo absorve tais alterações a sua maneira, resignificando-as. Neste sentido, para Turatti (2001) as migrações, ou seja, as idas e vindas entre cidades e estados diferentes e os sucessivos e descontínuos empregos rurais e urbanos exercidos durante os deslocamentos, desencadeiam um desapego a valores únicos, dando origem a um *ethos* específico característico aos assentamentos, que não pode ser classificado dentro de uma tradição camponesa, há muito convencionada pela literatura especializada, mas que também não significa uma urbanização do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação concentrou-se em analisar as migrações rural-urbano-rural e urbano-rural, bem como a oportunidade da permanência de indivíduos no campo, vinculadas ao processo de reforma agrária. Para tanto, foi proposto um estudo de caso nos assentamentos Ilha Grande e Che Guevara, situados no município de Campos dos Goytacazes, na região Norte do Estado do Rio de Janeiro. Estes assentamentos foram estabelecidos no contexto da retomada das ações do MST neste Estado, a partir da década de 1990. Neste momento, visivelmente, observa-se em Campos dos Goytacazes a existência de vastas extensões de terras improdutivas, resultantes da falência da atividade canavieira, que durante séculos concentrou a estrutura fundiária e, por conseguinte, recursos econômicos e poder político neste município.

Assim, tomando a reforma agrária como motivadora das migrações de retorno ou entrada no campo, bem como, um processo que contribui para a manutenção da presença dos indivíduos no meio rural, – na medida em que permite a diversas famílias a oportunidade da propriedade de um pedaço de terra –, nos apoiamos na descrição e análise das trajetórias migracionais e ocupacionais de habitantes dos assentamentos Che Guevara e Ilha Grande para a realização deste estudo. Verificar por onde estes indivíduos passaram, o que fizeram em termos de trabalho, os significados construídos durante o percurso e após a entrada no assentamento e/ou acampamento, por meio dos depoimentos colhidos através da realização de entrevistas, atreladas a observação participante, consistiu na estratégia adotada.

Uma revisão teórica no capítulo inicial, acerca de questões como a dicotomia rural/urbana e o tratamento da temática das migrações nas ciências sociais, bem como a definição dos instrumentais conceituais a serem utilizados, também foram necessários. Neste momento, assumimos então, junto ao suporte da teoria, a relevância de abordarmos as migrações por uma perspectiva qualitativa. Por isso, sua relação com a reforma agrária apresentou-se como interessante e pertinente para pensar o fenômeno. Assim, dentre as várias possibilidades de análise, acreditamos que observar os deslocamentos populacionais sob uma ótica qualitativa tornar-se-ia conveniente tendo como referencial as categorias identidade, trajetória e habitus, que foram definidas no primeiro capítulo e retomadas no decorrer da dissertação, sobretudo no capítulo IV, a fim de interpretar e compreender as informações colhidas.

O conceito de identidade adotado apoiou-se, principalmente, nas reflexões elaboradas por Hall (1999; 2003), Woodward (2003), Castells (1999), e Silva (2003), que apesar de divergirem em alguns pontos, compartilham da afirmação de que um único indivíduo pode ser portador das mais variadas identidades e que estas, não consistem em algo estático, mas ao contrário, são continuamente construídas e reconstruídas e, se impõem por meio da influência de aspectos sociais, simbólicos e ao mesmo tempo materiais.

A partir desta definição, através do trabalho de campo, observamos como as identidades existentes entre os assentados são o tempo todo negociadas e reconstruídas, tendo como pano de fundo as diversas experiências vivenciadas, e as posições ocupadas pelos indivíduos na sociedade ao longo de seus itinerários. Ora, como verificamos, quando o indivíduo, mesmo tendo origem urbana, afirma que *é rural, é da roça, gosta de sossego*, ou então remonta seu passado para dizer que sempre trabalhou como cortador de cana-de-açúcar nas terras que deram origem aos assentamentos, não está fazendo mais do que apoiado no habitus, reivindicar para si identidades, cuja finalidade é distinguir-se de outros sujeitos, como por exemplo, os que habitam as cidades, ou os que não tiveram uma história de vida diretamente ligada àqueles espaços.

Para efeito da análise das trajetórias dos assentados, nos apoiamos na delimitação desta categoria realizada por Pierre Bourdieu (1998; 2007). Este autor define o conceito de trajetória como o agrupamento das ações realizadas e das posições ocupadas pelos indivíduos ao longo dos seus deslocamentos, o que de certo modo, compreende um ciclo de vida. As experiências conformadas durante estes itinerários, como observamos, dão suporte então, ao estabelecimento das múltiplas identidades. Foi ainda nas reflexões de Bourdieu (2005; 2007), também interpretadas e analisadas por autores como Setton (2002) e Wacquant (2004), que buscamos o conceito de habitus, princípio que ao mesmo tempo em que permite a coletivização a partir do compartilhamento de valores, significados e percepções, favorece a individuação, já que cada sujeito internaliza de forma particular estes fatores.

Munidos destes instrumentos teórico-conceituais, realizamos, no segundo capítulo, uma apresentação da região de estudo, o Norte Fluminense e Campos dos Goytacazes, destacando aspectos sócio-econômicos e culturais responsáveis por organizar os territórios locais que, por sua vez, repercutem diretamente nas relações existentes nos assentamentos estudados. Em seguida, no terceiro capítulo, empreendemos uma discussão acerca da metodologia de coleta de dados que seria mais pertinente, suas vantagens e limitações. Justificamos como se deu a inserção no campo, e problematizamos a construção do objeto.

Concluimos então, por meio desta discussão, apoiando-nos em experiências acadêmicas pretéritas, e a partir da leitura sobre o tema, que a observação participante e a realização de entrevistas semi-estruturadas seriam as opções metodológicas mais apropriadas, diante da necessidade de apreensão de aspectos qualitativos.

Desta forma, foram aplicadas vinte entrevistas e realizadas inúmeras visitas aos assentamentos que serviram de recorte para o estudo. Algumas entrevistas se tornaram verdadeiras conversas, em que o entrevistado sentiu-se a vontade para expor a sua biografia, outras foram mais curtas, porém, todas seguiram um mesmo roteiro. Cabe ressaltar que como nem sempre é possível organizar de forma cronológica a seqüência dos fatos presentes nestas trajetórias de vida, e como o objetivo deste trabalho não repousou em produzir informações numéricas, não quantificamos dados como, por exemplo, renda, número de bens, etc.

A apreensão das trajetórias destes assentados, permeadas pelos significados e percepções construídos sobre si e sobre o mundo, revelados através das entrevistas e conversas, foram apresentadas ao longo do último capítulo deste trabalho. A análise destas trajetórias permitiu que observássemos os caminhos percorridos e as motivações que perpassaram estes deslocamentos, arranjos capazes de estimular os indivíduos a resistirem a situações mesmo por eles consideradas precárias, a exemplo da vida nas periferias urbanas, os trabalhos extenuantes e as adversidades enfrentadas durante o acampamento. A partir da observação das trajetórias migratórias que foram externadas, com o intuito de facilitar a análise, decidimos então classificá-las em dois principais grupos, em função de características comuns ao entrevistados.

Dito isto, destacamos um grupo formado pelos assentados que antes das ocupações e/ou estabelecimento do processo de reforma agrária residiam nas redondezas da área que hoje abriga os assentamentos, ou na própria fazenda. Verificamos que estes indivíduos, em geral, de alguma forma têm suas trajetórias de vida atreladas à atividade canavieira. Deste modo, o assentamento antes de significar mobilidade espacial, significou um deslocamento no quadro de posições sociais, ao permitir-lhes tornarem-se proprietários de uma extensão de terra.

O segundo grupo foi composto pelos indivíduos que antes de entrar nos assentamentos, residiam no perímetro urbano. Todavia, este grupo pôde ser desdobrado em dois segmentos, dada a natureza do processo migratório empreendido. Por um lado, localizamos nos assentamentos indivíduos que tiveram a oportunidade de construir uma experiência concreta de vida e trabalho no campo, antes de migrarem para a cidade. Tal

condição, atrelada ao processo de reforma agrária, fomenta o desejo de retorno. Deste modo, a partir de uma representação do campo como local de sossego, fartura, liberdade, retorna-se ao campo, por meio dos assentamentos, almejando resgatar parte de um passado, porém sob outras condições, cuja principal é a de *morar no que é seu*. Estes indivíduos são aqueles que efetuaram a trajetória rural-urbano-rural.

Por outro lado, há também aqueles que nunca tiveram uma experiência concreta de vida e trabalho no campo, mas que com a oportunidade da reforma agrária anunciada, pela instituição dos assentamentos e/ou acampamentos, decidem migrar para o campo e nele trabalhar, aventurando-se neste espaço, mesmo sem nunca ter *lidado com a terra*, realizando, portanto, a migração urbano-rural.

A partir da classificação destes grupos, a análise teve prosseguimento. Assim, as anotações do caderno de campo provenientes da observação participante, bem como as informações coletadas pelas entrevistas, confrontadas com as observações acerca da história fundiária da região, nos permitiram observar para além das hipóteses levantadas, que a instauração dos assentamentos rurais estudados, de certo modo, promoveu alterações na dinâmica populacional daquele local, ainda que não representem um fenômeno de grande expressão no âmbito da demografia.

O latifúndio, modalidade de propriedade que comumente emprega pouca mão-de-obra, no período da ocupação já havia falido, isto sugere a alteração que a criação dos assentamentos rurais proporcionou em termos da inclusão de pessoas naquele espaço. Logo, como observamos no decorrer do capítulo 4, a análise dos depoimentos coletados pelas entrevistas, permitiu a constatação de que, para a maioria dos entrevistados, há uma relação direta entre a formação dos acampamentos e a migração para o campo a partir de 1998, o que atesta o pressuposto de que a reforma agrária pode ser tomada como elemento motivador de deslocamentos populacionais em direção ao campo.

Tal constatação também reforça nossas proposições iniciais acerca das singularidades mantidas pelo rural. Isto nos leva a nos alinharmos aos debates que asseveram que ante as alterações advindas do processo de globalização, há a manutenção de relações peculiares e características ao campo, embora existam algumas vertentes teóricas que apontam para a homogeneização deste espaço, dada a crença da prevalência e expansão das características urbanas. Ora, se o campo estivesse mesmo atravessando um processo similar a este, não haveria motivos para os indivíduos abandonarem suas vidas no perímetro urbano e, retornarem ou entrarem, ou mesmo se manterem neste espaço. Mudam-se as relações, as

influências do mundo urbano são inegavelmente sentidas, mas são traduzidas e situadas na ordem local, daí o surgimento de relações díspares no que concerne tanto ao mundo rural quanto ao mundo urbano.

Ao confirmarmos a potencialidade da reforma agrária resultar na promoção de deslocamentos populacionais para o campo entendemos que, de certa forma, tal fato coincide com as observações de autores, como Brito (1996), Pacheco & Patarra (1997) e Barcellos (2000). Como examinamos no capítulo primeiro, estes estudiosos identificaram o surgimento, a partir de meados de 1980 em diante, de novos aspectos referentes às migrações no Brasil, onde deslocamentos no sentido rural-urbano, que marcaram o período de industrialização, já não figuram como explicação satisfatória para abordar a totalidade das migrações no país. Diante disso, Cunha (2005) assevera que verifica-se então, a maior incidência das migrações de retorno também a partir dos anos 1980. Observações deste tipo atestam a importância de viabilizarmos análises dos processos migratórios pra além do êxodo rural, em virtude da emergência de novos processos sociais, cuja reforma agrária é um exemplo.

Neste cenário de migrações urbano-rural, rural-urbano-rural e de permanência no campo por meio dos assentamentos rurais, emerge um fator importante: o papel das redes de parentesco como alicerce para quem está acampado em busca de um lote. Apesar deste fator não ter sido levantado diretamente como uma hipótese, verificamos que as trajetórias evidenciadas no caso estudado atestaram a função de parentes e amigos no favorecimento dos deslocamentos, seja acompanhando o migrante ou contribuindo para a sua manutenção até que o mesmo pudesse se estabelecer. Deste modo, constatamos que o destino do migrante não é individual, mas, na maioria das vezes, é tencionado pelas possibilidades e expectativas dos familiares.

As trajetórias descritas revelaram também, a importância e valorização do trabalho para os assentados, por isso sempre tomado como marco e referencial das suas histórias de vida. Para descrever algum fato remetido ao passado, todos os assentados entrevistados recorreram à função por ele ocupada ou por familiares na ocasião do evento contado. Por conseguinte, os assentados buscaram na diferenciação entre o trabalho realizado no campo e na cidade, uma maneira de estruturarem seus depoimentos, de onde emergiram as trajetórias. A relevância do passado sobre o agir do presente é igualmente evidenciada.

É a partir desta distinção entre os trabalhos executados em determinados momentos das suas trajetórias, que aparecem as percepções acerca das relações entre o rural e o urbano. Neste sentido, diferenças entre estes dois espaços são estabelecidas. Conseqüentemente, a

despeito de alguns estudos no Ramo da Sociologia Rural apontarem para o esmorecimento das fronteiras que dividem estes dois espaços, para os assentados elas estão postas de maneira contundente, ratificando mais uma vez a hipótese da permanência das peculiaridades reservadas ao rural tendo em vista o mundo urbano. Assim, uma percepção que marca esta distinção refere-se às atividades realizadas no campo e às atividades empreendidas na cidade. Os assentados classificaram imediatamente a vida e o trabalho no campo como muito mais pesados, portanto, mais difíceis que as funções e o modo de viver urbano.

Outro aspecto surgido nos depoimentos, e que para os assentados retrata a diferença entre campo e cidade, remonta ao provimento de mantimentos, como frutas, legumes e verduras. Foi recorrente entre os assentados a afirmação de que na cidade tudo tem que ser comprado, ao passo que no campo há a possibilidade de plantar ou mesmo contar com a generosidade do vizinho para obter alimentos. O controle sobre tempo, de acordo com a análise efetuada sobre os relatos dos assentados, apresentou-se como um aspecto diferenciador fundamental entre campo e cidade, cujo mote foi a discussão acerca do grau de liberdade que se acredita que os indivíduos gozam em cada um destes espaços.

Neste contexto, a cidade é sempre idealizada pelos assentados como o local da correria, da agitação e do controle sobre o tempo e ações, por parte dos empregadores, ao passo que o campo é concebido como lugar de tranquilidade, onde o indivíduo tem uma maior autonomia sobre si, representada pelo domínio do seu tempo e de seu corpo, principalmente no momento do trabalho. Junta-se a estes marcos de diferenciação calcados na idéia de liberdade, a crença, fundamentada e exemplificada por meio de experiências vividas, de que a cidade pressupõe um vestuário mais sofisticado, em que somente é possível ser notado, ouvido e respeitado, se obedecerem a sua lógica, trajando-se de uma forma que consideram desconfortável. No campo, ao contrário, acreditam que as pessoas são livres para trajar-se de forma mais simples.

Diante das considerações e discussões travadas ao longo deste trabalho, aqui recolocadas de forma breve e sucinta, percebemos que diferentemente das teorias que sobressaiam nos anos 1950 e 1960, como aponta Galizoni (2000), que consideravam de certo modo, as migrações para a cidade como a oportunidade de livrar-se das mazelas presentes no campo, nos dias atuais, diante dos relatos colhidos entre os assentados, podemos afirmar que, migrar para o campo tendo em vista o recebimento de um lote de terra em um assentamento de reforma agrária, – embora existam problemas quando as políticas públicas direcionadas para estes espaços – podem representar uma oportunidade real de melhoria de vida, por meio

da recuperação de uma liberdade, ainda que relativa. O que corrobora com a pertinência da hipótese de que as migrações, geralmente tratadas como um problema, nem sempre o são.

Assim, observamos que em uma conjuntura onde o êxodo rural, freqüentemente, ainda é apontado como inexorável, a realização de políticas públicas cujo intuito é o de pelo menos amenizar a disparidade de renda, como a promoção da reforma agrária, embora sejam necessários questionamentos quanto aos modelos preconizados, é capaz de provocar, mesmo que de forma tênue, não consistindo ainda num fenômeno expressivo do ponto de vista demográfico, dada talvez a intensidade da sua implementação, um movimento contrário: a entrada ou retorno de populações ao meio rural.

Dentre inúmeros fatores tributários deste movimento contrário, verificamos que a falta de oportunidades no mercado de trabalho urbano, a idealização e atribuição dos conceitos de liberdade e tranqüilidade a vida no campo, bem como o desejo de possuir, morar e trabalhar no que é seu e, assim adquirir autonomia financeira e reconhecimento social, figuram como algumas das principais justificativas. Estas justificativas, de certo modo, demonstram a validade da proposição levantada que assevera que as migrações de retorno ou entrada de indivíduos no campo envolvem além de aspectos objetivos ligados ao ramo econômico, aspectos simbólicos e subjetivos.

Deste modo, o Norte Fluminense, mais especificamente o município de Campos dos Goytacazes, configura-se em um cenário capaz de ilustrar de maneira contundente o fenômeno das migrações rural-urbano-rural e urbano-rural, tendo em vista a mencionada atuação do MST, a partir do início dos anos 1990 na região. Isto indica que os assentamentos de reforma agrária constituem importante panorama para analisarmos os processos de migrações de retorno ou entrada no campo no país, ao mesmo tempo em que as migrações podem ser um mote para pensarmos as novas relações existentes no rural brasileiro.

Finalmente, a análise destes processos migratórios, que visivelmente manifestam o desejo de retorno, entrada ou manutenção de indivíduos na zona rural, confirma nossa hipótese inicial. Se por um lado, as mudanças no mundo do trabalho e a influência do setor urbano refletem no campo, conseqüentemente, nos assentamentos, – destacando-se alterações no modo de vida tradicionalmente concebido para os indivíduos que residem neste espaço –, por outro lado, sinaliza que tais alterações são traduzidas e inseridas nas relações sociais, no sistema de representações, e nas percepções dos indivíduos.

Deste modo, apesar da proximidade da cidade e da trajetória migratória de muitos assentados, cuja maioria durante o processo de migração, teve pelo menos uma breve

passagem pelo mundo urbano, os assentamentos possuem particularidades relacionadas a um estilo de vida rural, que diverge das relações empreendidas no espaço urbano, mas que não coincidem com as definições tradicionalmente cunhadas para o campo. Isto demonstra que é preciso relativizar e estabelecer questionamentos às teorias que prenunciam o desaparecimento ou então submersão do rural pelos processos urbanos e, direcionar a discussão para um patamar capaz de considerar, dentre as possibilidades, que assim como a dinâmica urbana sofre alterações constantes, o campo também não é algo estático, o que, no entanto não implica simplesmente na sua submersão, mas no surgimento de relações atualizadas e complexas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Economia Aplicada, São Paulo, v. 4, n. 2, abr./jun. 2000. Disponível em: <<http://www.econ.fea.usp.br/>> Acesso em: 20 dez. 2007.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. Luta Por Terra e Reforma Agrária no Rio de Janeiro. **Revista Eletrônica da Associação de Geógrafos do Brasil**. Niterói, 2005. Ano 1. jan/jun.2005. Disponível em: www.agbniteroi.org.br/Revista1/rfg1_texto7.htm. Acessado em 05 de jan. 2008.

_____. **Reforma agrária e Pluriatividade no Rio de Janeiro: Repensado a Dicotomia Rural-Urbana nos assentamentos rurais**. Dissertação (Mestrado em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade). CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro. 1997.

_____. **O que há de novo no rural brasileiro? In: Terra Livre: Geografia, Política e Cidadania**. São Paulo n.15, 2000. Disponível em: <http://www.cibergeo.org/agbnacional>. Acesso em: agos. 2005.

_____. **Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro**. Dissertação (Doutorado em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade). CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro. 2003.

ALMEIDA, Alfredo Wagner; PALMEIRA, Moacir. **A invenção da migração. Em Projeto Emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste**. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro, Museu Nacional (mimeo). 1977.

ALMEIDA, Rosemeire A. As contribuições do conceito de *habitus* para o debate da classe camponesa. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 2005.

_____. A sociologia da prática de Bourdieu e o campesinato. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas**. Três Lagoas, MS. V 1. N.º 3. Mai. 2006. Disponível em: www.cptl.ufms.br/revista-geo/rosemeire.pdf. Acesso em out.2007.

ALVES, Maria Rita Pontes Assumpção. A dinâmica da cadeia de suprimento no setor sucroalcooleiro. In: XVIII Encontro Nacional de Engenharia da Produção - NEGEP, Niterói, 1998. **Anais...** Universidade Federal Fluminense. 1998. V. CD ROM.

ALVES, Pedro Assumpção; MATTEI, Lauro Francisco. Migrações no Oeste Catarinense: História e Elementos Explicativos. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP, Caxambú- MG, 2006. **Anais...** Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_598.pdf. Aceso em 01 de Nov. 2007.

ANDRADE, Márcia Regina; DI PIERRO, Maria Clara. **A Educação na Reforma Agrária em perspectiva: Uma avaliação do programa nacional de Educação E Reforma Agrária**.

São Paulo: Ação Educativa, 2004. 200 p. BBE. Disponível: http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/ensaio_introdutorio.pdf. Acesso em: 07 de dez. de 2007.

AQUINO, Silvia Lima de. **Um estudo sobre os impactos socioambientais do uso de agrotóxicos em três assentamentos de Reforma Agrária no Município de Campos dos Goytacazes – RJ.** (Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais)-, Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes, 2006.

ARANGO, Joaquín. Las 'Leyes de las Migraciones' de Ravenstein, cien años después. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**. V. 32. Dez.1985. pp. 7-26. Disponível em: WWW.dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?articulo=250715&orden=80729. Acesso em 01 de jan. 2008.

AZEVEDO, Hamilton Jorge de. **Uma Análise da Cadeia Produtiva de cana-de-açúcar na Região Norte Fluminense.** Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense. Boletim Técnico Nº 06. Abr. 2002. Disponível em: www.cefetcampos.br/observatorio. Acesso em dez. 2007.

BAPTISTELLA, Celma da Silva Lago *et al.* O trabalho volante na agricultura paulista e sua estacionalidade, 1985-93. **Agricultura em São Paulo**. SP, 41(3): 61-83, 1994.

BARBOSA, Pedro Paulo Biazzo de Castro. “**A constituição de uma periferia em face da modernização: a produção de açúcar e álcool no Brasil e as transformações na Região Norte Fluminense**”. In: Revisitando o Território Fluminense. Rio de Janeiro: Edições NEGEF. 2003.

BARCELLOS, Tanya M. de. **Novas Migrações e Assentamentos no Extremo Sul do Brasil.** São Paulo: Revista Travessia, n. 39. Jan.- abr. 2001.

_____. O panorama recente das migrações no Brasil: A situação do Ri Grande do Sul e da RMPA. In: **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, FEE, V.28, n.1, p.181-200, jul. 2000.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: HUCITEC, 1993.

BECKER, Olga Maria Schild. O movimento dos trabalhadores sem-terra (MST) como expressão da contra-mobilidade espacial da população. III Encontro Nacional sobre Migrações, 2003. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <http://www.abep.org.br>. Acesso em: agos. 2005.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais.** Rev. Elet. dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Vol. 2 nº. 1. jan./jul. p. 68-80. 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **Razões práticas**. Campinas: Papyrus, 2007

_____. A ilusão biográfica. In: M. FERREIRA e J. AMADO (eds.), **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro, FGV. 1998.

_____. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes. 3ª edição, 1999.

BRITO, Fausto; GARCIA, Ricardo Alexandrino; CARVALHO, José Alberto Magno de. Migrações de Curto Prazo nas Regiões Metropolitanas: migrantes de etapa única, migrantes de retorno e migrantes de passagem– 1986/1991. In: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto- MG, 2002. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST25_Brito_texto.pdf. Acesso: 08 de nov. 2007.

CAMPOS DOS GOITACAZES (RJ). Prefeitura Municipal. **Campos dos Goytacazes: perfil 2004/**. Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, Instituto Superiores de Ensino do CENSA, FUNDENOR. Campos dos Goytacazes, 2006.

CAPELO, Maria Regina Clivati. **A cidade como território educativo: memórias e histórias de migrantes rurais analfabetos**. Conferência Internacional - Educação, Globalização e Cidadania. Novas perspectivas da Sociologia da Educação. 2008. Disponível em: <http://www.socieduca-inter.org/cd/0408/007.pdf>. Acesso 24 de abril de 2008.

CARNEIRO, Maria José. "**Ruralidade: novas identidades em construção**". In Revista Estudos, Sociedade e Agricultura. CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/download/textos.html>. Acesso em: jul. 2005.

CARVALHO, Ailton Mota de; SILVA, Roberto Cezar Saraiva da. **Formação Econômica da região Norte Fluminense**. In: Economia e Desenvolvimento da região Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004.

CARVALHO, René Louis de. O setor sucroalcooleiro e desenvolvimento da região Norte Fluminense. **Revista de Economia Fluminense**, Rio de Janeiro, - Edição nº 3, p. 22-25, jun, 2005.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Elisa Guaraná. **Entre o Rural e o Urbano: dimensões culturais nos assentamentos rurais do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Sociologia). CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro. 1995.

CAVIGNAC, Julie A. **Destinos Migrantes: Representações Simbólicas, Histórias de Vida e Narrativas**. Revista de Antropologia Social; Vol. 1. 2001. Disponível em: <http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/campos/article/view/1569>.

CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO. **Rio de Janeiro em Dados**. 2007. Disponível em: <http://www.cide.rj.gov.br/download/RiodeJaneiroemDados.pdf>. Acessado em 02 jan. 2008.

COMERFORD, John. **Onde está a comunidade? Configurações sócio-morais e a redefinição dos limites do rural e do urbano.** In: Reunião Brasileira de Antropologia, Goiânia. 2006.

CUNHA, José Marcos Pinto. **Migração e Urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para a análise.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo. 2005.

CURADO, Fernando Fleury. **Ocupação e Assentamento na Fazenda Rio Vermelho: A Constituição do Agricultor Assentado na Região de Goiás.** Dissertação (Doutorado em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade). CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro. 1999.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social.** Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa.** 2.ed. Campinas: Papius, 2001.

DORNELLAS, Sidney Marco. **Migração num mundo do trabalho em transformação.** São Paulo: Revista Travessia. N. 41. Set./Dez. 2001.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. In: **Cadernos de Pesquisa.** n. 115. P. 139-154. Mar. 2002.

DUBAR, Claude. Social trajectories and identity forms: Some conceptual and methodological considerations. **Educ. Soc.** Campinas. V. 19, n. 62, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 Jan 2008.

DURHAN, Eunice. **A caminho da cidade.** São Paulo: Perspectiva S.A., 1978.

ESTERCI, Neide. **Migrações e Migrantes, uma nova versão.** UFRJ/IFCS, N.º 4, 1985.

EVELYN, Suzanna Sochaczewski. **E a festa, onde foi parar?** In: Travessia n. 1. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios. 1988.

FAO/INCRA. **Proposta de Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Zumbi dos Palmares.** Rio de Janeiro: 1999.

FAZITO, Dimitri. A Análise de Redes Sociais (ARS) e a Migração: mito e realidade. In: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto- MG, 2002. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST1_Fazito_texto.pdf - Acesso em ago. 2007.

_____. Dois aspectos fundamentais do retorno: símbolos e topologias dos processos de migração e sua circularidade. In: IV Encontro Nacional sobre Migrações, GT de Migração, 2005, Rio de Janeiro. Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2005. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/4EncNacSobreMigracao/ST4-1.pdf - Acesso em ago. 2007.

FERREIRA, Angela Damasceno Duarte. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. N.18. Abr. 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes. 2000.

_____. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. **Revista Agrária**, nº 1, pp. 16-36, 2004.

FRANCISCO, Quésia de Souza. **História e Memória Social do Mundo do açúcar em Campos: Um Estudo das Mudanças de Representação Social Do Usineiro Na Sociedade Campista A partir do Sistema de Dádivas. 1900 – 2000**. (Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais)-, Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes, 2006.

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA UFRRJ (FAPUR). **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Che Guevara**. Rio de Janeiro: 2001.

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA UFRRJ (FAPUR). **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Fazenda Ilha Grande**. Rio de Janeiro: 2002.

GALIZONI, Flávia Maria. **Migrações, Família E Terra No Alto Jequitinhonha, Minas Gerais**. In Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR. 2000.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. O Sul: **Caminho do Roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero. Editora UNB. 1989.

GATTAZ, A.C. Lapidando a fala bruta: a textualização em História Oral. In: **(Re)definindo a História Oral no Brasil**. São Paulo, Ed. Xamã, 1996. P. 135-40.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara. 1989.

GINSBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais, morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIULIANI, Gian Mario. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Ano 5, V. 14. out. 1990. p 59-67.

_____.CASTRO, Elisa Guaraná de. Recriando espaços sociais: uma análise de dois assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro. Rev. **Estudos Sociedade e Agricultura**. N. 6. Jul. 1996, 138-169.

GODOY, Marcelo Magalhães. **Persistência do tradicional o processo de modernização da agroindústria canavieira do Brasil e a sobrevivência de formas produtivas não-capitalistas**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2007.

GOLGHER, André Braz, MARQUES, Denise Helena França. A migração urbano/urbano, rural/urbano, urbano/rural e rural/rural no Brasil: a busca de padrões e de diferenças – implicações para a pobreza rural. In: XV encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu- MG, 2006. **Anais...** Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2006.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar - como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record. 1997.

GONÇALVES, Claudio Ubiratan. Capelinha: marco e marcas da luta pela terra no Rio de Janeiro. **Vértices**, Rio de Janeiro: CEFET Campos, v. 6, n. 2, p. 83-102, maio/ago. 2004.

GONÇALVES, M. C. da S. (2007). O uso da metodologia qualitativa na construção do conhecimento científico. **Ciências & Cognição**; Ano 04. Vol 10: 199-203. Disponível em www.cienciasecognicao.org.

GRABOIS, José. Que urbano é esse? O habitat num espaço de transição do norte de Pernambuco. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 79-104, 1999.

HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização a Multiterritorialidade. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. São Paulo, 2005. **Anais...** Universidade de São Paulo. 2005. p 6774-6792.

HALL, Stuart. **Da Diáspora Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003 a.

_____. Quem precisa de identidade? In: Tomaz Tadeu Silva, org. **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HEREDIA, B.M. Alásia. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas, v.1, 1990, p. 8.

JUNIOR, Edmilson Lopes. **Aportes Para Uma Sociologia dos Deslocamentos e das Culturas Móveis**. Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Minas Gerais. 2002.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 3ª edição. São Paulo: Atlas. 1996.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e o Brejo**. 2ª ed. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro: Lidador, 1974.

LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política

Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9478.htm>. Acessado em 17 de jan. 2008.

LOPES, José Sérgio Leite. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1976.

LEWIN, Helena; RIBEIRO, Ana Paula Alves; SILVA, Liliane Souza. **Uma nova abordagem da questão da terra no Brasil - o caso do MST em Campos dos Goytacazes**. 1. Ed. Rio de Janeiro: FAPERJ / 7 Letras, 2005.

LIMA, Sergio Ricardo Ribeiro de; ARAGÃO, Paulo Ortiz Rocha de. **Modernização e crise do setor sucroalcooleiro da Paraíba. Raízes Revista de Ciências Sociais e Econômicas**. Ano XVIII. Nº 19. P. 88-100 maio/1999.

LOERA, Nashieli Cecília. **A busca do território: uma aproximação à diversidade do seu significado entre os sem-terra**. Campinas. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas. (2004).

MACEDO, Marcelo Hernandez. Entre a "violência" e a "espontaneidade" reflexões sobre os processos de mobilização para ocupações de terra no Rio de Janeiro. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 Jan 2008.

_____. **MST, políticos locais e sindicatos – uma etnografia da representação política do campesinato no Rio de Janeiro**. In: 25ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, 2006, Goiânia. **Anais...** Reunião da Associação Brasileira de Antropologia. 2007.

MARTINE, George. Migrações internas e alternativas de fixação produtiva: experiências recentes de colonização no Brasil. In: **Anais do Primeiro Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, pp. 51-85. 1978.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. **Educ. Pesqui.** São Paulo, v. 30, n. 2. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022004000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 Mar 2008.

MARTINS, José de S. **Migrações temporárias - Problema Para Quem?** São Paulo: Revista Travessia, n. 1 mai/ago. 1988.

_____. (org). As coisas no lugar. In: **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MATOS, Cristina. **Migrações: decisões individuais e estruturas sociais**. Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade Técnica de Lisboa, 993, p. 5-93.

MEDEIROS, Leonilde Servolo; LEITE, Sérgio Pereira. “Perspectivas para a análise das relações entre assentamentos rurais e região”. **Mundo Rural e política, ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

MEDEIROS, L., LEITE, S. (orgs). **Impactos dos Assentamentos: Um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

_____. **Assentamentos Rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

_____. **Impactos dos Assentamentos: Um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: UNESP, 2004.

MENEZES, Heloísa R. G. de. **Reforma agrária e identidade social na Baixada Fluminense: uma nova correlação rural-urbana**. Dissertação de Mestrado, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro. 1991.

MENEZES, Marilda Aparecida. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**. Um estudo de famílias de camponeses – migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará. JP: Ed. UFPB, 2002.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 6ª Ed. Petrópolis: Vozes. 1996.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. **Sociologias**. n.17 Porto Alegre jan./jun. 2007.

MUNIZ, Jerônimo Oliveira. **Um ensaio sobre as causas e características da migração**. Mimeo. 2002.

NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento Rural: Reforma Agrária em Migalhas**. Niterói: EDUFF, 1997. b.

_____. Assentamento rural: confluência de formas de inserção social. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro. V. 13, p. 5-28, 1999.

_____. **Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista: um estudo do processo de constituição social dos fornecedores de cana**. Niterói: EDUFF, 1997. a.

NEVES, Márcia Regina; BATALHA, Mário Otávio. Desenvolvimento e Novas Tendências do Setor Sucroalcooleiro. In XVII Encontro Nacional de Engenharia da Produção. Gramado-RS, ENEGEP, 1997. **Anais...** Rio Grande do Sul.

OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de. **Retratos de Assentamentos: Um estudo de caso em assentamentos rurais formados por migrantes na região do entorno do Distrito Federal.** Dissertação (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro. 2007. 193 f.

_____. **Trajetórias de Migrantes para Brasília e Assentamentos Rurais: O caso do Vereda I** Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Viçosa. Viçosa: UFV, 2002. 136 f.

PACHECO, Carlos Américo; PATARRA, Neide. **Movimentos Migratórios anos 80: novos padrões?** In: Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1997.

PAES, Margot Wagner. **Desenvolvimento Regional e Reconversão Produtiva: Alternativa para a região de Campos dos Goytacazes,** (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

PARANHOS, Paulo. O açúcar no Norte Fluminense. In: **São João da Barra, apogeu e crise do porto do açúcar do Norte Fluminense.** Rio de Janeiro, 2000.

PATARRA, Neide. **Tendências e modalidades recentes das migrações internas e da distribuição populacional no Brasil: um olhar para o Nordeste.** In: Seminário Quantos Somos e Quem somos no Nordeste, 2003, Recife, 2003.

PEDLOWSKI, Marcos A. *et al.* Os Limites da Reforma Agrária Desassistida na Região Norte do Estado do Rio de Janeiro: Entre o Descaso do Estado e a Resistência dos Assentados. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife, 2005. **Anais...** Universidade Federal de Pernambuco. 2007.

PEIXOTO, João. **As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas.** SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2004, p. 04. Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200411.pdf>. Acesso em: 10/10/2007.

PEREIRA PINTO, Jorge Renato. **O Ciclo do Açúcar em Campos.** Campos dos Goytacazes: Edição do Autor, 1995

_____. **Um pedaço de terra chamado Campos: sua geografia e seu progresso** Campos dos Goytacazes, RJ: Almeida Artes-gráficas Editora, 1987.

PESSANHA, Roberto Moraes. **Radiografando o Orçamento de Campos dos Goytacazes. Análise do período 2000 a 2004.** Disponível em: www.cefetcampos.br/observatorio-socioeconomico/nossas-publicacoes/Boletim11.pdf. Acesso em 10 de jan.2008.

POYDO, P. R. **Álcool:** tipos, misturas e uso em automóvel. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/bestcars/ct/alcool.htm>. Consultório Técnico, UOL, 1999. Acesso em: 01 dez. 2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Software, versão 1.0.0. Brasília, PNUD; São Paulo, IPEA, Belo Horizonte, Fundação José Pinheiro, 2003.

REA, Louis M; PARKER, Richard A. **Metodologia de pesquisa: do Planejamento à Execução**. São Paulo: Pioneira, 2002.

REIS, Douglas Sathler dos. **O Rural e Urbano no Brasil**. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **Migrações e retornos: Breve história das viagens, lutas, vitórias e sofrimentos de camponeses do nordeste mineiro**. São Paulo: Revista Travessia. N. 39, p. 31-34. Jan./Abr. 2001.

ROVERE, Renata Lèbre La; CARVALHO, René Louis de. Campos dos Goytacazes: os desafios da transformação de um epicentro regional. In: **O Desenvolvimento Local no Estado do Rio de Janeiro - Estudos avançados nas realidades municipais**. 1 ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2005, v. p. 73-138.

SAHLINS, Marshall. “Cosmologias do capitalismo” In: **Cultura na Prática**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

_____. O retorno do território. OSAL, ano VI. n° 16, jan-abr, 2005.

SAMPAIO, Henrique J. P. A busca da objetividade na pesquisa social: reciprocidade entre teoria e método. **Par'a'iwa - Revista dos Pós-Graduandos de Sociologia da UFPB**. João Pessoa: PPGS-UFPB. Dez. 2001. N.1. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/paraiwa/01-sampaio.html>. Acesso em: 28 Mar 2008.

SANTOS, Milton: **Território e sociedade: Entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Fundação Perseu, 2000.

SAUER, Sérgio. **A luta pela terra e a reinvenção do rural**. XI congresso brasileiro de Sociologia. Campinas, set. 2003. Disponível em: www.nead.org.br/download.php?form=.doc&id+266. Acesso em: Agos. 2005.

SAYAD, Abdelmalek. “**Os filhos ilegítimos**”. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998

_____. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. **Travessia**, v.13, N. Esp., p.7-32, jan. 2000.

SCHNEIDER, Sergio. Agricultura familiar e emprego no meio rural brasileiro: Análise comparativa das Regiões Sul e Nordeste. Rev. **Parcerias Estratégicas**. N.22. Jun. 2006.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Projeto Inventário de Bens Culturais Imóveis: Desenvolvimento**

Territorial dos Caminhos Singulares do Estado do Rio de Janeiro - Volume II – Açúcar. Rio de Janeiro: Inepac Instituto. 2004.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação.** São Paulo. N.20. p.60-70. 2002.

SIGAUD, Lygia. Ocupações de terra, Estado e movimentos sociais no Brasil. **Cuadernos de Antropología Social.** N° 20, 2004.

_____. As condições de possibilidade das ocupações de terra. **Tempo Social - Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo.** V. 17. N. 1. P. 255-280. 2005.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro.** Campinas: UNICAMP, 1999.

SILVA, Leonardo de Carvalho. **Da cana ao petróleo: Dinâmica intra-urbana recente em Macaé.** Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisa Social Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro. 2006. 116f.

SILVA, José Otacílio da. A produção de discursos políticos na visão de Pierre Bourdieu. **Tempo da Ciência.** Paraná: Unioeste. P. 187-200. 2005 b.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello. Dos espaços rurais aos territórios: o papel da organização sócio- territorial. In: **Estudos sobre globalização, território e Bahia.** Salvador: UFBA, 2003.

SILVA, Tânia Paula da. **As Redefinições do “Rural”:** breve abordagem. Revista NERA. n. 4, jan/ju, 2004. Disponível em: www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Revista/Arq_4/05_T%E2nia.pdf Acesso em: Set. 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). A produção social da identidade e da diferença. In: **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2003 b.

SIQUEIRA, Liédje Bettizaide Oliveira de; MAGALHÃES André Matos; NETO, Raul da Mota Silveira . **Uma Análise da Migração de Retorno no Brasil: perfil do migrante de retorno, a partir do Censo de 2000.** In: IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2006, Foz do Iguaçu. CD dos artigos do Encontro. São Paulo: ABER, 2006.

SOUZA, José Gilberto de; JORGE, Wirley Jerson, GEBARA, José Jorge. **Migração e Reforma Agrária: Desconstituição e constituição laboral de trabalhadores rurais.** São Paulo: Revista Travessia, n. 41 set - dez. 2001.

SZMRECSÁNYI, Tamás; MOREIRA, Eduardo Pestana. **O Desenvolvimento da Agroindústria Canavieira do Brasil desde a Segunda. Guerra Mundial.** Estudos Avançados, v.11, n.5. 1991.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emília. **Êxodo rural na Paraíba: Análise do período 1991/96.** 2000. Disponível em: www.fundaj.gov.br/docs/text/pop2001-12.doc. Acesso em: Agos. 2005.

TEIXEIRA, Simonne; QUINTO JR., Luiz. P.; MESQUITA, Zandor Gomes. Patrimônio Industrial em Campos dos Goytacazes: Inventário. In: V Coloquio Latino Americano e Internacional sobre Rescate y Preservación del Patrimonio Industrial, 2007, Buenos Aires. **Anais....** Buenos Aires: Ed. Literaria, 2007. V. 1. P. 1-7.

TURATTI, Maria Cecília Manzoli. Uma etapa pretérita: A passagem pelos acampamentos. São Paulo: **Revista Travessia**. N. 39, p. 21-24. Jan./Abr. 2001.

VELHO, Gilberto. Ciências sociais e biografia individual. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, n. 38, p. 3-9, jul./dez. 2006.

WACQUANT, Loïc. Esclarecer o habitus. **Sociologia**, N. 14, pp. 35-41. 2004. Disponível em http://sociology.berkeley.edu/faculty/wacquant/wacquant_pdf/ESCLARECEROHABITUS.pdf. Acesso às dez. 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma. (Comp.). **Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO/ASDI. 2001. p. 31-44.

_____. **Olhares sobre o Rural Brasileiro**. Recife: (mimeo). Out. 1999.

WEBER, Max. A Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais. In: Gabriel Cohn (org.). **Weber. Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. O sentido da neutralidade axiológica nas ciências sociais e econômicas. In: **Metodologia das ciências sociais: parte 2**. 2ª ed. São Paulo: Cortez. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995, pp. 107-154.

_____. Comunitárias Étnicas. In: **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: Uma introdução teórica e conceitual. In: Tomaz Tadeu Silva, org., **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

WOORTMAN, Klass. “Com parente não se negueia”: o campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico 87**. pp. 11-72. Brasília: Ed. UnB/Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. N. 87. 1990.

ZINGA, Miguel Raul Mazissa. **Um Estudo de Caso sobre as Causas da Permanência e da desistência no Assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes, RJ**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Universidade Estadual do Norte Fluminense. 2004. 117f.

ANEXOS

Os Assentados, os assentamentos, as trajetórias



Figura 18 - Assentada do Assentamento Ilha Grande



Figura 19 - Assentada do Assentamento Che Guevara



Figura 20 - Assentado do Assentamento Che Guevara



Figura 21- Fotografias antigas de um assentado apresentadas no momento da entrevista



Figura 22- Fotografias antigas de um assentado apresentadas no momento da entrevista



Figura 23 - Fotografias antigas de um assentado apresentadas no momento da entrevista



Figura 24 - Assentado do Assentamento Che Guevara



Figura 25 - Assentado do Assentamento Ilha Grande



Figura 26 - Caminhão transportando a cana-de-açúcar do assentamento para uma usina



Figura 27 - Assentado do Assentamento Ilha Grande



Figura 28 - Assentada do Assentamento Che Guevara



Figura 29 - Assentada do Assentamento Che Guevara